



Mensagem Presidencial

Projeto de Lei Orçamentária - 2005

Índice

<i>I. Cenário Macroeconômico</i>	<i>09</i>
Introdução	11
Análise da Conjuntura Econômica do País	11
Cenário Macroeconômico e Proposta Orçamentária para 2005	14
<i>II. Resumo da Política Econômica do Governo</i>	<i>17</i>
Política Monetária, Metas de Inflação, Mercados Monetário e de Crédito	19
Política Fiscal e Dívida Pública	22
<i>III. Políticas Setoriais de Desenvolvimento</i>	<i>29</i>
Crédito ao Setor Produtivo	31
Agricultura e Agronegócio	32
Desenvolvimento Agrário	33
Indústria, Tecnologia e Comércio Exterior	35
Infra-Estrutura Econômica	39
Desenvolvimento Regional	42
<i>IV. Políticas Sociais</i>	<i>47</i>
Saúde	49
Desenvolvimento Social e Combate à Fome	52
Educação	54
Emprego e Renda	56
Previdência Social	57
Cultura	58
Esporte	59
Direitos Humanos, Justiça e Cidadania	60
Segurança Pública	64
Desenvolvimento Urbano	66
<i>V. Receita</i>	<i>69</i>
Receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	71
Receitas do Orçamento de Investimento	75
Transferências Constitucionais e Legais	76

<i>VI. Pessoal e Encargos Sociais.....</i>	<i>77</i>
<i>VII. Sistemas Previdenciários</i>	<i>81</i>
Regime de Previdência do Setor Privado	83
Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	84
<i>XIII. Dívida Pública Federal.....</i>	<i>87</i>
Administração da Dívida Pública Federal	89
Estratégia para Administração da Dívida Pública Federal	93
<i>IX. Agências Financeiras Oficiais de Fomento (Instituições Financeiras)</i>	<i>97</i>
Aplicações em Operações de Crédito	99
Investimentos no Ativo Imobilizado	99

ANEXOS

<i>Anexo da Avaliação das Necessidades de Financiamento</i>	<i>101</i>
Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e e os Parâmetros Utilizados	104
Metodologia de Cálculo das Empresas Estatais	108
<i>Anexo dos Objetivos das Políticas Monetária, Creditícia e Cambial</i>	<i>113</i>
<i>Demonstrativo Sintético do Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais.....</i>	<i>119</i>



I - Cenário Macroeconômico

Em atendimento ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO para 2005, este texto apresenta uma análise da conjuntura e da política econômica do Governo. Na análise da conjuntura econômica, projeta-se o cenário para 2005 e seus impactos na proposta orçamentária. O presente texto contém, ainda, um resumo das políticas econômica e social do Governo e das políticas setoriais de desenvolvimento para o país em 2005.

Introdução

O desempenho macroeconômico no ano de 2004 vem sendo marcado por um conjunto de indicadores favoráveis à economia brasileira. A evolução do nível geral de preços, medido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, mantém-se no interior das margens do sistema de metas para a inflação; o resultado primário situa-se ligeiramente acima da meta do Governo; e as transações correntes do Balanço de Pagamentos apresentam resultado positivo. Ademais, os dados sobre a atividade econômica, disponíveis até o momento, indicam a persistência do crescimento econômico iniciado no segundo semestre de 2003, com Produto Interno Bruto - PIB, vendas do comércio, produção industrial e criação de empregos em alta. Esse quadro positivo revela a capacidade que teve a economia brasileira de superar a situação crítica do primeiro semestre de 2003 e entrar em rota de crescimento.

Análise da Conjuntura Econômica do País

Ao longo do ano de 2003, o Brasil enfrentou uma conjuntura econômica extremamente desfavorável, especialmente no primeiro semestre, reflexo da crise econômica iniciada no segundo semestre de 2002. Para responder aos desequilíbrios macroeconômicos, o Governo adotou, no que concerne às políticas fiscal e monetária, medidas capazes de reverter aquela situação.

Uma das primeiras foi a revisão da meta de superávit fiscal para recuperar o controle das contas públicas. Conseqüentemente, foi feita a adequação do orçamento de 2003, reestimando-se as receitas e condicionando os gastos públicos a uma meta de superávit fiscal equivalente a 4,25% do PIB. No campo monetário, tendo em vista a necessidade de ganhar coordenação sobre as expectativas, a taxa SELIC foi elevada em janeiro e fevereiro, mantendo-se, a partir daí, em 26,5% até junho de 2003. Para não submeter a economia a um ajustamento ainda mais rigoroso, foi alterada a meta de inflação para o ano de 2003, de 4,0% para 8,5%.

Um dos efeitos dessas novas medidas foi o ganho de credibilidade junto aos investidores internacionais. O risco-país, que alcançou níveis muito elevados em 2002, chegando a 2.400 pontos básicos, em setembro de 2002, caiu progressivamente ao longo do ano de 2003. Em decorrência da melhoria das expectativas no campo financeiro, as empresas brasileiras, que em 2002 enfrentaram

dificuldades para rolar seus empréstimos de médio e longo prazo, conseguiram melhores condições de refinanciamento em 2003. A taxa de rolagem das suas dívidas, que em 2002 foi de 43%, passou, em 2003, para 115%.

A crise de 2002 provocou uma piora no perfil da dívida pública. O prazo médio dos títulos emitidos em oferta pública pelo Governo Federal e pelo Banco Central do Brasil apresentou uma trajetória declinante ao longo daquele ano, chegando, em janeiro de 2003, a 21,27 meses. Esse quadro foi, contudo, revertido em 2003. Ao longo desse ano, o retorno da confiança do mercado financeiro na condução da política econômica redundou no alongamento da dívida pública para 23,99 meses em dezembro do mesmo ano.

O perfil da dívida, no que se refere à sua sensibilidade quanto aos choques econômicos, também melhorou no ano de 2003. De um lado, a participação dos títulos públicos federais pré-fixados no total aumentou, elevando-se de 1,7% em janeiro de 2003 para 11,6% em dezembro daquele ano. De outro lado, a participação dos títulos com cláusula de correção cambial - incluindo as operações com swap -, que em dezembro de 2002 equivalia a 35,5% do total, reduziu-se para 20,5% em dezembro de 2003. Como decorrência dessa política, a dívida mobiliária tornou-se menos sensível às oscilações nas taxas de juros, nos preços e na taxa de câmbio.

A instabilidade cambial do ano 2002 não somente afetou o valor nominal da dívida como também se transmitiu, por meio de efeitos defasados, para os preços. A inflação, medida pelo IPCA, chegou a 3,0 % ao mês no final daquele ano. A pressão sobre os preços continuou elevada durante o primeiro semestre de 2003, acentuada, ainda, pelo reajustamento dos preços administrados. Contudo, em dezembro de 2003, a inflação já se situava na casa dos 0,5% ao mês.

A queda dos índices de inflação permitiu o abrandamento, já a partir de julho de 2003, do rigor da política monetária. Desde então, vêm sendo promovidas sucessivas quedas na meta da taxa de juros básica, ao mesmo tempo em que as metas de inflação para 2004 e 2005 foram fixadas em níveis bem menores do que a meta de 2003 (5,5% e 4,5%, respectivamente).

A queda da atividade econômica provocada pela retração da demanda de consumo, investimento e de gastos do Governo, foi atenuada, no primeiro semestre, pelo desempenho comercial. As exportações no primeiro semestre de 2003 expandiram-se em 26,6% quando comparadas com o primeiro semestre de 2002. A postura pró-ativa do novo Governo quanto à política comercial brasileira, a melhoria dos termos de troca e a taxa de câmbio favorável às exportações, contribuíram para essa expansão.

Na esteira do crescimento das exportações, o setor agrícola, que há muito vem exibindo ganhos de produtividade, demonstrou um excelente desempenho. Tal desempenho, por sua vez, irradiou-se

pela economia por meio de impactos de demanda sobre a indústria de bens de capital e de intermediários. Apesar disso, no primeiro semestre de 2003, registrou-se queda de 2,1% na produção de bens de capital e um modesto aumento da produção de bens intermediários (1,4%). Registraram-se, ainda, nesse período, reduções de 4,5% na produção de bens de consumo duráveis e de 3,4% na de bens não-duráveis.

Desde o segundo semestre de 2003, a reação do PIB demonstra que o crescimento, ainda que fortemente estimulado pelo esforço exportador, começa a refletir também uma dinâmica interna. O nível de investimentos começa a se elevar, assim como há sinais de crescimento do mercado interno.

A partir de 2003, no campo externo, os ganhos decorrentes da política cambial, da política comercial e da mudança de postura das empresas brasileiras quanto aos mercados estrangeiros, têm gerado resultados excepcionais. As exportações, que em 2003 foram de US\$ 73.084 milhões, no final de julho de 2004 já equivaliam a US\$ 52.298 milhões, 33,7% superiores às de igual período do ano anterior. Já o saldo comercial, que em 2003 foi igual a US\$ 24.800 milhões, apenas nos primeiros sete meses do ano de 2004 alcançou US\$ 18.534 milhões, 48,9% maior do que o obtido no mesmo período do ano anterior.

Em 2004, a manutenção do risco-país em níveis mais baixos, a despeito da elevação das taxas de juros nos Estados Unidos, tem permitido a rolagem e a captação de novos recursos em condições progressivamente mais favoráveis para o Brasil. O risco-País caiu para 527 pontos, em 20 de agosto de 2004, e a taxa de rolagem das dívidas das empresas brasileiras foi de 81%, em julho do mesmo ano.

No tocante à gestão da dívida pública, foram obtidos importantes avanços no seu perfil. A participação dos papéis indexados à taxa de câmbio (incluindo as operações de swap) diminuiu para 14,2% e a dos papéis pré-fixados aumentou para 15,2%, deixando a dívida pública mais isolada da influência da taxa de câmbio e das taxas de juros. A relação dívida líquida/PIB continua seguindo tendência de queda, situando-se em 55,98% do PIB, em junho de 2004. Esse foi o resultado da queda dos juros reais, do aumento do ritmo de crescimento e do superávit primário.

O nível de atividade em 2004, ao contrário do que ocorrera no primeiro semestre de 2003, dá sinais evidentes de que a economia está crescendo. Tal crescimento, ainda que liderado pelas exportações, sofre influência positiva do aumento dos investimentos, das operações de crédito e do crescimento do mercado interno. Os dados de desemprego mostram melhora relativa frente ao primeiro semestre de 2003.

O setor de bens de consumo duráveis, movido pela expansão do crédito ao consumidor, e os setores de semi-duráveis e não-duráveis, em menor ritmo, começaram a reagir à recuperação da massa salarial

a partir do segundo de semestre de 2003. Quando se compara a produção de bens por categoria de uso, do primeiro semestre de 2004 com o primeiro semestre de 2003, observa-se um incremento de 24,4% na produção de bens de capital, de 5,4% na de bens intermediários, de 23,2% na de bens de consumo duráveis e de 1,3% na de bens de consumo semi e não-duráveis.

Cenário Macroeconômico e Proposta Orçamentária para 2005

O cenário macroeconômico para 2005 indica manutenção das perspectivas de crescimento econômico e estabilidade do nível de preços. Estima-se que o crescimento do PIB situe-se em 4,0%, por efeito do aumento das exportações, dos investimentos e da recuperação do mercado consumidor.

A queda na inflação no ano de 2004, a despeito do aumento dos preços do petróleo e das oscilações na taxa de câmbio, em conjunção com os expressivos resultados fiscais previstos, permitem estimar a manutenção da taxa de inflação, em 2005, dentro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (de 4,5% com margens de 2,5 pontos percentuais). Em adição, os expressivos superávits comercial e de transações correntes, aliados à tendência de estabilização do risco-país em níveis baixos, permitem projetar relativa estabilidade cambial para o ano de 2005, com a taxa de câmbio média de 3,16 R\$/US\$.

Mantida a trajetória da inflação e o equilíbrio das contas públicas, bem como a queda do nível de endividamento do Governo, estimou-se, para a elaboração da proposta orçamentária, uma taxa de juros média de 13,47% em 2005.

Tabela 1- Evolução das projeções de Variáveis Macroeconômicas

Variável Macroeconômica	2004	LDO 2005	Projeção 2005
Crescimento do PIB - taxa % de crescimento anual	3,80	4,00	4,00
IPCA - % de variação acumulada no ano	6,73	4,50	4,50
Taxa de Câmbio R\$/US\$ - média anual	3,02	3,24	3,16
Taxa SELIC anual- taxa % média	15,92	12,52	13,47

A meta de superávit primário prevista no Projeto de Lei de Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para 2005 foi fixada na LDO em 2,45% do PIB, o que corresponde a R\$ 45.319,0 milhões. Esta meta é compatível com a de 4,25% do PIB para o setor público consolidado.

Com base nos parâmetros apresentados na Tabela 1 nos seus efeitos sobre a economia e as finanças do Governo, estima-se que em 2005 o PIB nominal e a receita primária total situem-se em R\$ 1.849.755,3 milhões e R\$ 457.403,9 milhões, respectivamente. Em

termos relativos, a receita total do Governo Central representará 24,73% do PIB, em 2004, sendo 16,34% provenientes da receita administrada pela Receita Federal, 5,82% do PIB da arrecadação líquida do INSS e 2,46% de receitas não-administradas pela Receita Federal.

Com base na estimativa de transferências para Estados e Municípios e na meta de resultado primário, projeta-se que a despesa primária total do Governo Central seja de, aproximadamente, R\$ 342.143,3 milhões em 2005. Em termos relativos, estima-se que a despesa primária do Governo Central representará a 18,50% do PIB, sendo 4,88% em despesas com pessoal e encargos sociais, 7,44% em benefícios previdenciários, 1,89% em outras despesas obrigatórias, 2,01% em Saúde e Fundo de Combate à Pobreza e o restante em outras despesas correntes e de capital, que são as despesas discricionárias.



II. Resumo da Política Econômica do Governo

A condução da política monetária em 2003, com especial destaque no primeiro semestre, foi pautada pela determinação do Governo de preservar a estabilidade dos preços em meio ao ambiente de incertezas que se delineou a partir do segundo semestre de 2002. Para tanto, o Banco Central do Brasil reafirmou o compromisso com o sistema de metas para a inflação. Diante das expectativas inflacionárias que se delineavam, o Conselho Monetário Nacional - CMN ajustou a meta de inflação a ser atingida em 2003, de 4%, para 8,5%, com o objetivo simultâneo de conter uma escalada inflacionária e evitar perdas mais expressivas para o crescimento do produto. Paralelamente, a meta de superávit fiscal também foi elevada, passando de 3,75% para 4,25% do PIB, visando a manter a trajetória da dívida pública em níveis sustentáveis.

Política Monetária, Metas de Inflação, Mercados Monetário e de Crédito

Essas medidas resultaram em redução expressiva na variação dos índices de preços, registrando-se, ainda, a convergência das expectativas de sua trajetória para o intervalo da meta nos próximos anos. Em função da alteração promovida de início, o Conselho Monetário Nacional, em decisão de 24.06.2003, alterou também a meta de 3,75%, fixada em 2002 para o exercício de 2004, ajustando-a para 5,5%, mantidos os intervalos de tolerância de 2,5 pontos percentuais. Para 2005, foi estabelecida meta de 4,5%, com intervalo de tolerância de 2,5 pontos para mais ou para menos.

O objetivo do Governo de assegurar a reversão da escalada inflacionária e realizar um processo de transição para uma meta de médio prazo foi alcançado com sucesso, como se percebe pelo acentuado declínio na inflação verificado desde o segundo trimestre de 2003 e sua convergência para a trajetória de metas. O IPCA acumulado de 12 meses, que em maio de 2003 havia atingido 17,2%, reduziu-se a 5,2% em maio de 2004. A continuidade dessa percepção levou o Conselho Monetário Nacional a fixar, para o ano de 2006, meta de 4,5%, reduzindo o intervalo de tolerância para 2,0 pontos percentuais, para acima e para abaixo da meta fixada.

A manutenção da taxa básica de juros em patamar elevado durante o primeiro semestre de 2003, de 26,25%, em média, foi condição básica para a reversão das expectativas apontadas inicialmente, de modo permitir que ao longo do segundo semestre desse ano fosse possível dar início ao processo de flexibilização da política monetária. Ao final do ano, observou-se redução de 950 pontos base em relação à taxa fixada em junho, período em que a taxa Selic passou de 26% para 16,50%.

O ambiente favorável então observado permitiu que a política monetária fosse gradativamente flexibilizada, não apenas através da redução da taxa Selic, mas também pela decisão, em agosto de 2003, de se reduzir a 45% a alíquota do compulsório, que havia sido elevada para 60%, em fevereiro. Essa medida resultou na liberação de recursos para as instituições financeiras estimada em R\$ 8 bilhões.

A conjugação dessas medidas resultou em considerável queda no custo das operações de crédito no segmento de recursos livres. A taxa média nas operações realizadas com pessoas físicas, que ao final de março de 2003 havia atingido 87,3% a.a., reduziu-se a 66,6% a.a., ao final de dezembro, significando queda de 16,9 pontos de percentagem em 2003. No mês de maio de 2004, o custo médio dessas operações alcançou 62,4%, o menor valor observado desde julho de 1994.

A evolução recente do nível de atividade e os resultados referentes a indicadores de caráter prospectivo - sondagens industriais e pesquisas de avaliação de expectativas - ratificam a tendência de crescimento da economia brasileira, não somente pela forte influência das exportações, mas também pela inegável participação do crédito na recuperação da demanda interna.

O crescimento das operações de crédito do sistema financeiro, cujo saldo em junho de 2004 atingiu R\$ 442,4 bilhões, acréscimo de 16% em relação a igual período de 2003, foi fortemente influenciado pelo desempenho positivo das operações realizadas tanto com pessoas físicas quanto jurídicas. Tudo indica que essa expansão seja ainda mais forte no segundo semestre, com a conjugação do crescimento econômico, demandando uma maior oferta de crédito, com uma redução dos custos dos empréstimos.

Novos programas e linhas de crédito continuam a ser ofertados pelas instituições financeiras, inclusive com o apoio do Governo, como é o caso do recente programa implementado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com recursos desse Banco e do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, em favor da modernização do Parque Industrial Nacional, que deverá disponibilizar, inicialmente, R\$ 2,5 bilhões, a taxas de juros fixas.

No segmento das pessoas físicas medidas foram tomadas para dar acesso mais amplo e menos custoso ao crédito pessoal, mediante a possibilidade de consignação em folha de pagamento.

As operações envolvendo pessoas jurídicas mostraram, da mesma forma, trajetória crescente, fundamentadas em recursos de origem interna e externa. Além disso, persistiu o impacto das operações com segmentos voltados às exportações, prevalecendo aqueles vinculados à atividade agroindustrial.

Esse expressivo crescimento ocorreu basicamente a partir do segundo semestre de 2003 e, junto com o incremento observado no primeiro semestre de 2004, reflete o ritmo mais intenso da atividade econômica, destacando-se o crescimento das operações com recursos livres, cujo saldo obteve incremento de R\$ 9,5 bilhões no último semestre de 2003, e de R\$ 27,8 bilhões no primeiro semestre de 2004. Nos mesmos períodos o segmento pessoa jurídica, observou acréscimos de R\$ 3,9 bilhões, e R\$ 15,9 bilhões, respectivamente.

A expansão do crédito vem ocorrendo de maneira saudável, haja vista que em um contexto de estabilidade macroeconômica e de

supervisão adequada por parte do Banco Central, o crescimento do crédito doméstico reflete o crescimento da economia e representa uma importante fonte de estímulo à demanda e, por conseguinte, à geração de emprego e produto.

Tabela 2 - Evolução do crédito no Brasil em 2003 e 2004 R\$ bilhões

Discriminação	2003		2004		variação	
	mai	dez	mai	jun	Jun04/dez03	Mai04/mai03
Total	379,3	409,9	436,1	442,4	7,9	15,0
Recursos Livres	214,8	224,2	248,4	252,0	12,4	15,6
Pessoa Jurídica	132,8	136,1	150,0	152,0	11,7	12,9
Pessoa Física	82,0	88,1	98,3	100,0	13,5	19,9
Direcionados	142,5	161,7	159,7	161,3	10,0	12,1
Habitação	22,2	23,1	23,6			6,3
Rural	37,1	44,9	46,8	48,0	6,9	26,1
BNDES	81,7	91,1	87,8			7,5
Sector Público	13,8	15,0	17,9	18,5	23,3	29,7

Fonte: Banco Central do Brasil

O volume das operações de crédito destinadas ao setor privado junto ao Sistema Financeiro Nacional, que em agosto de 2003 situou-se em R\$ 370 bilhões, passou a experimentar, desde então, crescimento positivo, atingindo R\$ 395 bilhões em dezembro de 2003, e R\$ 418 bilhões em maio de 2004. Em relação a agosto de 2003, verifica-se um crescimento de 6,8%, até dezembro, e de 13% até maio de 2004.

O crescimento apontado, principalmente a partir de dezembro, foi influenciado pelo desempenho positivo das operações realizadas tanto com as pessoas físicas quanto jurídicas. Para o segmento das pessoas físicas, destacam-se as relativas a créditos consignados em folha de pagamento, que a partir de 2004 tem tido crescimento significativo, alcançando R\$ 7,8 bilhões em maio, incremento de 32% apenas nesses cinco primeiros meses.

Essas operações foram fortemente favorecidas pelas reduções nas taxas básicas de juros promovidas ao longo do segundo semestre de 2003, que refletiram-se em reduções nas taxas ativas praticadas pelas instituições financeiras.

As operações de crédito rural, que em dezembro de 2002 somavam R\$ 34,7 bilhões, atingiram, em dezembro de 2003, R\$ 44,9 bilhões, e em junho de 2004, R\$ 48,0 bilhões. Ao longo de 2003 o incremento foi de 29,4%. No período de dezembro de 2003 a junho de 2004, o crescimento foi da ordem de 6,9% e para o ano-safra 2003/2004 (julho a junho) da ordem de 25%.

Com o intuito de estimular o mercado de crédito no país, principalmente para o segmento de pessoas físicas, o Governo Federal implementou diversas medidas no segundo semestre de 2003, com destaque para as operações de crédito em consignação, medida que beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, pois permitiu o desconto das parcelas relativas

a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados.

A medida, adotada em setembro, somente passou a ter maior efetividade a partir de fevereiro de 2004, pelo fato de que, não obstante tratar-se de tipo de operação que já vinha sendo realizada anteriormente, embora restrita em sua maioria, a funcionários públicos, demandou um certo tempo para avaliação, tanto pelas instituições financeiras, como pelas empresas e entidades sindicais, das principais questões operacionais, relacionadas à taxa de juros, prazo e condições gerais aplicáveis.

Ao final, diversas instituições financeiras, tanto públicas como privadas, firmaram acordos com as principais centrais sindicais, no sentido de viabilizar esses empréstimos para grande número de trabalhadores. Os números relacionados com o volume desse tipo de crédito ainda não são totalmente conhecidos, uma vez que o Banco Central recentemente regulamentou, por meio de circular, o envio, a partir do segundo semestre de 2004, de informações relativas às operações com consignação em folha.

Entretanto, consulta realizada por aquela autarquia junto às principais instituições financeiras atuantes no segmento de crédito pessoal, responsáveis por cerca de 75% da carteira de crédito pessoal do mercado, indica que em maio de 2004 o volume de crédito já ascendia a R\$ 7,8 bilhões, representando quase 29% do total do crédito pessoal da referida amostra. Em janeiro, essa percentagem correspondia a 25,4%.

Ao final de junho de 2004, o saldo médio diário dos meios de pagamento (M1), que em julho de 2003 havia atingido R\$ 84 bilhões (R\$ 83 bilhões em julho de 2002), situou-se em R\$ 104 bilhões, apresentando acréscimo de 23,8% no período.

Política fiscal e dívida pública

Em 2003 o Governo redefiniu o ajuste fiscal aumentando a meta de resultado primário do setor público consolidado em 0,50% do Produto Interno Bruto. O esforço de obtenção de superávit primário de 4,25% do PIB está previsto até 2007, para o setor público consolidado, tal como inscrito nas LDO 2004 e 2005. Esta meta tem como finalidade reduzir e estabilizar a relação Dívida/PIB que em setembro de 2002 chegou a 61,65%, e foi reduzida para 55,98% em junho de 2004.

Vale destacar que no primeiro semestre de 2004 a política fiscal produziu os objetivos esperados, na medida em que a razão Dívida Líquida/PIB apresentou trajetória declinante ao longo de todos os meses.

Outro objetivo importante é o alongamento do prazo médio de vencimento dos títulos que compõem a dívida pública. Percebe-se

uma melhora, na medida em que este prazo aumentou de 10,05 meses, em setembro de 2002, para 12,15 meses, em junho de 2004, considerados os títulos federais emitidos em oferta pública. Destaque deve ser dado às Letras do Tesouro Nacional - LTN que, por terem taxas prefixadas envolvem maior risco para os compradores, em função da possibilidade de variações da taxa de juros - o prazo médio dos seus vencimentos passou de 2,89 meses, em setembro de 2002, para 6,09 meses em junho de 2004, denotando a maior confiança dos agentes econômicos na estabilidade macroeconômica.

Um terceiro aspecto positivo a ser mencionado é a mudança na composição da dívida com a redução da exposição ao risco cambial e o aumento das operações prefixadas em detrimento das pós-fixadas, melhorando as condições de administração da Dívida Pública Mobiliária Federal -DPMF, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 3
Títulos públicos federais e operações em mercado aberto
Participação percentual por indexador

Indexador	Jun/2003 (%)	Jun/2004 (%)
Over/Selic	62,7	52,1
Câmbio	12,6	8,0
Prefixados	4,2	15,2
TR	1,9	1,7
Índices de Preços	1,2	13,5
Operações de Mercado Aberto	6,7	9,4
Total	100,0	100,0

Fonte: Banco Central

É importante ressaltar o esforço que o Governo vem empreendendo na busca de um ajuste fiscal saudável, através da redução das despesas meio e da maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, para evitar a geração de resultados primários à custa da criação de novos tributos ou do aumento de alíquotas.

Diante da magnitude da carga tributária total (35,2% do PIB em 2002 e 35,68% do PIB em 2003), o Governo Federal tomou no primeiro semestre de 2004 um conjunto de medidas de desoneração tributária, com o objetivo de estimular o investimento e a poupança de longo prazo, desenvolver o mercado de capitais e reduzir o risco de surgimento de gargalos que dificultem o comércio exterior e o crescimento econômico.

As principais medidas e seus impactos na arrecadação são:

Desoneração dos bens de capital: no início de 2004, o Governo reduziu a alíquota do IPI incidente sobre uma lista de bens de capital, de 5% para 3,5%. Em julho/2004, dando sequência à política de

desoneração de bens de capital o Governo, por meio do Decreto 5.173/04, aumentou a desoneração destes itens, reduzindo de 3,5% para 2,0% a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente sobre estes e ampliou a lista de máquinas e equipamentos desonerados em mais 29 linhas e produtos. Trata-se do atendimento de uma das principais reivindicações da indústria nacional, que é a redução do custo do investimento, que tem como consequência o estímulo à formação de capital fixo e, portanto, ao potencial de crescimento do País.

Ampliação do prazo de recolhimento do IPI: a partir de outubro, o prazo de apuração e recolhimento do IPI será ampliado, passando de quinzenal para mensal, antecipando uma medida prevista para entrar em vigor apenas em janeiro de 2005. A ampliação do prazo de recolhimento do IPI tem como consequência a redução do custo operacional das empresas e a melhora de seu fluxo financeiro. Trata-se de mais uma medida voltada para o aumento da eficiência da economia, com consequências positivas para o crescimento.

Ampliação da isenção tributária sobre as Letras Hipotecárias (LHs), Letras de Crédito Imobiliário (LCIs) e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) mantidos por pessoas físicas: esta medida isenta o rendimento total destes títulos, contribuindo para a elevação da sua remuneração líquida e aumentando a sua atratividade para os investidores. As LCIs e CRIs são títulos importantes no processo de securitização dos créditos imobiliários. Ao estender para estes títulos a isenção tributária hoje existente nas cadernetas de poupança e nas LHs, o Governo está estimulando o desenvolvimento dos mercados de títulos lastreados em créditos imobiliários. A medida proposta, além de ter um impacto fiscal extremamente reduzido, é uma forma eficiente de incentivo ao financiamento do setor de construção civil - um dos setores que mais geram emprego e renda, em especial para trabalhadores menos qualificados.

Redução do IOF incidente sobre seguro de vida: buscando reduzir o custo dos seguros de vida, para permitir o seu acesso a segmentos de renda mais baixa e a consequente expansão do setor, o Governo está diminuindo a alíquota do IOF incidente sobre os prêmios de seguros de vida e acidentes pessoais. Esta alíquota, que atualmente é de 7%, será reduzida para 4% em setembro de 2004, para 2% em setembro de 2005 e zerada em setembro de 2006. A medida tem dois objetivos principais. Em primeiro lugar, estimular a poupança doméstica, na medida em que as reservas constituídas pelo seguro de vida representam importante mecanismo de poupança de longo prazo e, portanto, uma importante fonte para o desenvolvimento de mecanismos sustentáveis de financiamento de longo prazo. Em segundo lugar, o estímulo ao seguro de vida tem um impacto social positivo, pois se trata de uma cobertura de custo relativamente baixo, amplamente difundida em países desenvolvidos como suporte financeiro às famílias que sofrem com a perda de um de seus provedores.

Modificação do tratamento tributário para aplicações financeiras: com o objetivo de fortalecer o mercado de capitais e estimular a formação de poupança de longo prazo, o Governo está adotando medidas de incentivo às aplicações financeiras de médio e longo prazos, por meio de um tratamento tributário diferenciado, tanto para as aplicações de renda fixa quanto de renda variável. A partir de 1º de janeiro de 2005, serão adotadas novas alíquotas de imposto de renda para aplicações de renda variável e de renda fixa no País. A alíquota para investimentos em ações no mercado à vista e em fundos de ações passarão dos atuais 20% para 15%. Tal redução deverá criar novos incentivos aos investidores para que direcionem seus recursos rumo ao mercado de capitais, minorando o custo de financiamento das empresas abertas. Adicionalmente, está sendo regulamentada a compra e venda de ações pelo mecanismo da conta-investimento. Para os fundos de investimento e demais aplicações de renda fixa, será adotado um critério de tributação decrescente, de modo a induzir o investidor a permanecer mais tempo com os recursos aplicados nos fundos. A redução dessas alíquotas, além de favorecer o financiamento do investimento das empresas - mediante, por exemplo, a emissão de debêntures e ações -, deverá ter um efeito positivo sobre o perfil da dívida pública, na medida em que o alongamento das aplicações estimulará a compra de papéis de maior prazo. Este movimento terá reflexos positivos sobre o conjunto da economia, ao contribuir para a melhora do perfil de vencimento da dívida.

A implementação das novas medidas de desoneração tributária ao longo de 2004 e 2005 está sendo possibilitada pelo bom desempenho da arrecadação, advinda do combate à sonegação e da eficiência na fiscalização.

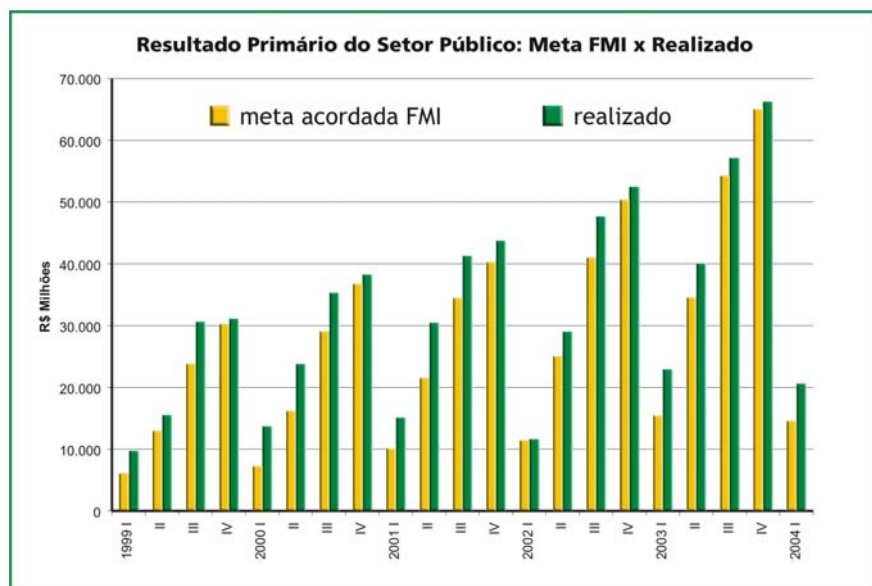
O Projeto de Lei ora encaminhado considera o impacto destas medidas de desoneração tributária, que representam 7,6 bilhões de redução em relação a 2004. A Receita Administrada pela Secretaria da Receita Federal, que representa a parcela das receitas decorrentes de tributos, retorna em 2005 a 16,34% do PIB, patamar de 2002 e próximo da média de 2003 e 2004 (em 2003, a Receita Administrada foi de 16,03% e em 2004 está projetada em 16,77% do PIB).

Cabe destacar que a medida de implementação de alíquota zero da COFINS e PIS/PASEP, para determinados produtos, estabelecida na Lei nº 10.925/04, resultará em redução da arrecadação destes itens da ordem de R\$ 3.692,0 milhões em 2005.

Finalmente, o Projeto de Lei Orçamentária para 2005 incorpora expressivas despesas inesperadas, uma vez que se referem às ações judiciais impetradas pelos beneficiários do INSS, que solicitam correção de seus benefícios por ocasião da implementação da URV, no início do Plano Real. Isto demonstra o compromisso do Governo com a elaboração realista do orçamento, em toda sua extensão.

O compromisso e a seriedade do Governo Federal na condução da política fiscal estão demonstrados pelos resultados alcançados

em 2003 e no primeiro semestre de 2004, quando se completaram 22 trimestres consecutivos de cumprimento das metas estabelecidas.



Este nível de realização tem sido obtido em virtude do monitoramento contínuo das projeções fiscais, efetuado pelo Governo por meio dos Decretos de revisão bimestral de receitas e despesas orçamentárias, a fim de corrigir os eventuais desvios entre as projeções e a efetiva realização, e conseqüentemente garantir o cumprimento das metas de resultado primário.

Para que a política fiscal seja sustentável, na tomada de decisões relativas às despesas de caráter continuado, como as de

pessoal e as relacionadas ao salário mínimo, o Governo tem considerado as limitações orçamentárias em uma visão de médio e longo prazo, ao tempo em que, as despesas com custeio gerenciável, de natureza essencialmente administrativa, vêm sendo reduzidas em favor da priorização dos investimentos e de outras despesas sociais.

No que se refere ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social de 2004, após o encerramento do terceiro bimestre, tendo em vista o comportamento das receitas e a revisão da despesa executada, o Governo recompôs mais uma parcela das dotações previstas na Lei Orçamentária, que haviam sido temporariamente indisponibilizadas nas avaliações iniciais. Após esta reavaliação, que considerou os valores realizados até junho/04, verificou-se a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira em R\$ 1.095,5 milhões para o Poder Executivo e demais Poderes.

Ainda em relação aos resultados de 2004, o superávit primário do Governo Central alcançado no período de janeiro a junho foi de 4,44% do PIB, resultado 9,4% maior do que o obtido no mesmo período do ano anterior.

Do lado das Estatais Federais, o déficit primário acumulado no período foi de R\$ 1,1 bilhão, que corresponde a 0,14% do PIB. Este resultado está compatível com o esperado, uma vez que, como nos anos anteriores, o desempenho das estatais tende a ser deficitário nos primeiros meses do ano e a apresentar melhoria nos meses seguintes, de forma a alcançar a programação de resultado para o ano fiscal.

No que se refere aos Governos Regionais e suas Estatais, o resultado primário acumulado até junho foi de 1,46% do PIB.

Desse modo, o monitoramento desses resultados, de forma consolidada, tem sido feito mensalmente, estando garantido o cumprimento da meta global de 4,25% do PIB para o setor público consolidado.

A política fiscal consistente, juntamente com as importantes reformas estruturais adotadas desde o começo desta Administração, vem contribuindo para a melhoria do quadro econômico-financeiro do país, com sensíveis efeitos sobre a dinâmica da dívida pública.

Os juros nominais apropriados em 2004 registraram queda, passando de R\$ 74,3 bilhões (10,27% do PIB) no primeiro semestre de 2003, para R\$ 61,8 bilhões (7,71% do PIB) no primeiro semestre de 2004, reflexo da trajetória declinante da taxa juros.

O efeito combinado do maior resultado primário e da menor apropriação de juros nominais contribuiu para a redução da necessidade de financiamento do setor público. Enquanto o resultado nominal no primeiro semestre de 2003 foi deficitário em 4,74% do PIB, no mesmo período de 2004 apresentou um déficit de apenas 1,95% do PIB, revertendo a trajetória crescente da relação dívida/PIB no primeiro semestre de 2004, como mostrado anteriormente.

A administração prudente da dívida pública tem permitido o alongamento dos seus prazos e a melhora da sua composição, enquanto a recuperação das reservas internacionais tem diminuído a vulnerabilidade externa. Este fenômeno se reflete na trajetória decrescente da dívida externa total do setor público não-financeiro que, depois de atingir o pico de US\$ 123,7 bilhões em setembro de 2003, caiu ao patamar de US\$ 114,2 bilhões ao final de abril de 2004. Prevê-se que até dezembro do corrente ano serão realizadas amortizações adicionais desta dívida no montante de US\$ 13,2 bilhões, enquanto para 2005 o total projetado é de US\$ 16,4 bilhões - os registros do Banco Central do Brasil mostram que somente a partir de 2008 será percebido um alívio significativo nestes desembolsos.



III - Políticas Setoriais de Desenvolvimento

Além da criação de um ambiente cada vez mais favorável ao crescimento da economia, o Governo vem adotando um novo modelo de desenvolvimento, caracterizado por um papel mais ativo do Estado no planejamento e implementação de políticas públicas, associado a políticas de redução da dívida pública como proporção do PIB e de redução da vulnerabilidade externa. Trata-se de intensificar e dar sustentação ao crescimento, combinado com a redução das desigualdades regionais e sociais existentes no País.

Essas políticas envolvem um amplo conjunto coordenado de ações voltadas para fortalecer os mecanismos de financiamento à produção e aos investimentos; elevar a competitividade dos setores produtivos; ampliar e modernizar a infra-estrutura básica, de modo a evitar entraves ao crescimento econômico; e estimular o crescimento mais acelerado das regiões menos desenvolvidas.

Para favorecer o aumento dos investimentos produtivos, requisito indispensável à sustentação do crescimento, ao lado dos efeitos favoráveis da redução consistente da taxa de juros reais, estão sendo implementadas medidas para aumentar a disponibilidade e reduzir os custos do crédito para o setor produtivo.

Crédito ao Setor Produtivo

Os bancos públicos estão retomando sua função como agentes de desenvolvimento. O total dos créditos dessas instituições tem crescido, desde 2003, acima da média do sistema bancário brasileiro, destacando-se um apoio crescente aos segmentos de pequenas e médias empresas, além da concessão de microcrédito.

Como fruto desta estratégia, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES recriou o seu Departamento de Prioridades, o que tem garantido uma alocação de recursos compatível com os objetivos da política de desenvolvimento do País. As aplicações do Banco devem atingir R\$ 47,3 bilhões no ano de 2004, 35% a mais do que em 2003 e viabilizarão um investimento total na economia de mais de R\$ 70 bilhões.

Foi adotado, no início do ano, um conjunto de medidas de estímulo ao crédito imobiliário, fator importante para a elevação do nível de atividade e geração de emprego e renda. Como consequência, os bancos aplicaram cerca de R\$ 1,3 bilhão em financiamentos habitacionais no primeiro semestre de 2004, 50% a mais do que no mesmo período do ano anterior. Mais recentemente, foram anunciadas novas medidas com a finalidade de estimular o crédito imobiliário, como a isenção, a partir do próximo ano, de Imposto de Renda para pessoas físicas nas aplicações em títulos imobiliários.

Em julho de 2004, foi aprovado pelo Congresso Nacional Projeto de Lei, de iniciativa do atual Governo, que favorecerá o acesso ao

crédito a um maior número de beneficiários e a um custo menor, em particular no segmento imobiliário. Alguns dispositivos da nova Lei - como o aperfeiçoamento do marco institucional do Patrimônio de Afetação - deverão contribuir decisivamente para um maior dinamismo do setor de construção civil no País.

O Governo vem também se empenhando pela aprovação da Nova Lei de Falências. Por reduzir as dificuldades para cobrança de dívidas, a nova legislação poderá estimular o mercado de crédito e reduzir os custos de financiamento, especialmente em uma conjuntura de crescimento econômico. A legislação protege e preserva o emprego, na medida em que facilita a recuperação de empreendimentos economicamente viáveis e dá tratamento diferenciado às empresas de menor porte no parcelamento de débitos.

Agricultura e Agronegócio

O Governo tem apoiado fortemente o crescimento sustentável das atividades agrícolas. Além da realização e difusão de pesquisas agropecuárias, com impacto importante no aumento da produtividade do setor, tem ampliado os créditos para financiar o custeio, a comercialização e os investimentos na agricultura.

Como reflexo desta política, a área plantada está crescendo cerca de 3 milhões de hectares por ano e os superávits comerciais do setor têm evoluído continuamente, contribuindo para reduzir a vulnerabilidade externa da economia brasileira. O saldo comercial do agronegócio passou de US\$ 11,3 bilhões, no primeiro semestre de 2003, para mais de US\$ 16 bilhões, no primeiro semestre de 2004, indicando crescimento de 42,4%.

Os recursos mobilizados do crédito rural para a agricultura comercial estão alcançando valores recordes, evoluindo de R\$ 21,7 bilhões na safra 2002/2003, para R\$ 27,2 bilhões na de 2003/2004 e para R\$ 39,5 bilhões no plano da safra 2004/2005, recentemente anunciado.

Na safra 2004/2005, os recursos para investimentos deverão atingir R\$ 10,7 bilhões, mais do que o dobro do valor aplicado na safra 2002/2003. Esses recursos incluem programas como o Moderinfra, que possibilita, além de investimentos de irrigação, um crescimento importante dos meios de armazenagem da produção nas próprias fazendas, favorecendo ao agricultor a escolha do momento mais adequado para a sua comercialização.

A regulamentação da Lei do Seguro Rural, em junho de 2004, que permite, entre outros dispositivos, que o Executivo subsidie uma parte do prêmio do seguro, é outra importante medida para favorecer o crescimento sustentado da agricultura brasileira. A legislação permitirá a criação de uma indústria de seguros rurais no

Brasil, instrumento fundamental para garantir a estabilidade da renda agropecuária e a melhoria das condições de financiamento do setor.

O Governo tem se empenhado na defesa dos interesses brasileiros no agronegócio, seja no âmbito multilateral - com destaque para os avanços recentes na Rodada de negociação da OMC - ou nas negociações regionais, em busca da redução progressiva das barreiras às exportações de produtos do agronegócio e da eliminação de subsídios que distorcem o comércio mundial desses produtos.

Neste sentido, o Brasil obteve importante vitória na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a política americana de subsídios ao algodão, que provocam a retração dos preços internacionais do produto e o aumento desproporcional da participação norte-americana no mercado. Os resultados preliminares também indicam perspectivas promissoras de que o País venha a ser vitorioso no contencioso contra os subsídios europeus ao açúcar.

Com a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP, vinculada à Presidência da República como uma demonstração de maior compromisso, resgatou-se a dívida do país com a pesca brasileira, que durante os últimos anos esteve relegada aos escalões inferiores da política e da economia, sendo responsável hoje por 834 mil empregos diretos, 2,5 milhões de indiretos e por uma renda anual de R\$ 4 bilhões de reais.

O papel do Estado, por meio da SEAP, será de fomentar e investir na modernização da cadeia produtiva da aquicultura e pesca, de estimular parcerias com os Estados e Municípios, e de incentivar o cooperativismo e o associativismo. Terá como meta dotar o setor de infra-estrutura de suporte para as atividades que contemplem não só o incentivo à criação de unidades modernas de beneficiamento do pescado; construção de entrepostos, terminais e frigoríficos; ampliação e modernização da frota pesqueira; como também o apoio à exportação e à comercialização interna.

Com o conjunto de instrumentos citados o Governo terá condições de imprimir no ano de 2005 um ritmo de crescimento próximo a 20% na produção de aquicultura e pesca, transformando-a em parte substancial do esforço de desenvolvimento econômico e social do País.

As ações propostas para 2005 com vistas ao desenvolvimento agrário, além de assegurar o acesso à terra, apóiam-se em dois desafios complementares contidos no Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA/2003. De um lado, buscar agilizar e dar qualidade aos assentamentos rurais - novos e antigos - de modo a garantir condições suficientes para que adquiram sustentabilidade e, de outro, ampliar

Desenvolvimento Agrário

os prazos e condições para o financiamento da agricultura familiar de pequeno e médio porte.

O PNRA inova ao incorporar o conceito de desenvolvimento territorial que introduz uma nova lógica no processo de implementação de assentamentos de trabalhadores rurais. Como consequência, tornou obsoleta a idéia de um modelo único de assentamento a ser praticado em todo País, passando a instalação e desenvolvimento dos assentamentos a respeitarem as diferentes potencialidades e características regionais.

Nesse contexto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA conta para 2005 com previsão de gastos em outros custeios e capital da ordem de R\$ 4,3 bilhões, que comparados ao R\$ 2,2 bilhões da Lei Orçamentária de 2004 representa um aumento de 95%. Tais recursos deverão beneficiar 115 mil famílias por meio de novos assentamentos rurais e atender 70 mil famílias mediante a recuperação e estruturação de assentamentos implantados até 2002.

A obtenção de terras para assentamento tem como eixo principal a desapropriação por interesse social, o que não exclui outras possibilidades, tais como a compra e venda, a arrecadação de terras, dentre outras. Neste sentido, destacam-se as ações de regularização fundiária, que concedem aos ocupantes de terra, sob condições fixadas em lei, o título de posse definitiva e a aquisição de terra diretamente pelos interessados, por meio do Crédito Fundiário - programa que substituiu o antigo Banco da Terra com recursos orçados em R\$ 427,2 milhões, comparativamente aos R\$ 340,5 milhões constantes da Lei Orçamentária de 2004.

Além disso, está prevista a universalização da assistência técnica e capacitação aos beneficiários da reforma agrária, cuja meta é beneficiar mais de 478 mil assentados. No tocante à agricultura familiar, a prestação da assistência técnica também será ampliada e atenderá cerca de 252 mil agricultores de forma direta, além daqueles que dispõem dessa assistência como um dos componentes dos financiamentos.

O Governo vem também apoiando fortemente a produção da agricultura familiar, por intermédio do Programa Nacional da Agricultura Familiar - PRONAF. Os recursos disponibilizados para essa atividade na safra 2004/2005 deverão atingir cerca de R\$ 7 bilhões, contra R\$ 5,4 bilhões e R\$ 4,1 bilhões, respectivamente, nas safras 2003/2004 e 2002/2003. Já estão sendo beneficiadas com acesso ao crédito 1,4 milhão de famílias, número que deverá se elevar para quase 2 milhões, em função do aumento previsto de recursos na safra que está se iniciando.

Foi criado, em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos, parte integrante do Programa Fome Zero, cujo objetivo é promover, a partir do abastecimento pela agricultura familiar, o acesso à alimentação de populações em situação de risco alimentar. Na safra

2003/2004 foram aplicados mais de R\$ 200 milhões neste Programa, envolvendo a aquisição de alimentos produzidos por cerca de 100 mil famílias de agricultores.

Lançada, em março de 2004, a nova Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - PITCE alia ações voltadas para aumentar a competitividade de todo o parque industrial brasileiro, com o apoio a alguns segmentos estratégicos, capazes de contribuir fortemente para dinamizar a economia.

Os principais objetivos da nova política são a elevação da capacidade de inovação da indústria para desenvolver novos produtos e processos; e substituir importações e expandir as exportações. Para tanto, prevê políticas específicas para os segmentos de *software*, bens de capital, medicamentos e microeletrônica e para aqueles chamados portadores do futuro, como biotecnologia, nanotecnologia e biomassa.

A definição de diretrizes e a coordenação da implementação da nova política caberão ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, que reúne Ministros, empresários e trabalhadores, e está em exame pelo Congresso Nacional Projeto de Lei do Executivo que cria a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, órgão que será responsável pela articulação e execução das ações nesta área.

O BNDES desempenha papel fundamental no financiamento dos investimentos previstos. Já foi criado o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional - MODERMAQ com linhas de financiamento no valor de R\$ 2,5 bilhões, e destina-se a financiar a aquisição de bens de capital seriados, com prestações e taxas de juros fixas. Estão também em operação linhas de financiamento para produção de medicamentos e insumos farmacêuticos; bens de capital sob encomenda e serviços de engenharia; além do financiamento da produção, comercialização e exportação de *software*.

A nova política industrial contempla a reestruturação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), com o objetivo de encurtar, substancialmente, o prazo de registro de patentes, marcas e contratos de tecnologia.

Um dos importantes segmentos priorizados pela política industrial é o de fabricação de componentes para microeletrônica (semicondutores). Nesse segmento estão sendo desenvolvidas várias ações integradas, que vão desde a recente criação de Regime Aduaneiro Especial para agilizar o desembaraço de insumos e componentes para o segmento, até a implantação e consolidação de laboratórios para o desenvolvimento de projetos e pesquisas na área.

Indústria, Tecnologia e Comércio Exterior

A Rede Brasil de Tecnologia foi criada em 2003, e está dando importante contribuição para o desenvolvimento tecnológico do setor produtivo, mediante a identificação de demandas tecnológicas e maior integração entre a administração pública, universidades, empresas e agentes financeiros.

A Política Industrial atuará também fortalecendo os chamados Arranjos Produtivos Locais, mediante utilização de vários instrumentos, entre os quais destaca-se o Projeto de Extensão Industrial Exportadora - PEIEx, que disponibiliza técnicos para apoiar as empresas nas áreas de gestão e processo, com vistas a capacitá-las para atuar no mercado internacional. A meta do Projeto é atender cerca de 100 mil empresas até 2006. Já foram mapeados mais de 460 arranjos produtivos locais.

No âmbito do sistema tributário, foram adotadas medidas consistentes com os objetivos da nova política industrial. Para reduzir os custos dos investimentos, o Governo diminuiu, no começo de 2004, em 30% (de 5% para 3,5%) as alíquotas do IPI sobre uma lista de bens de capital. De acordo com as medidas fiscais recentemente anunciadas, o cronograma de redução do IPI sofreu uma aceleração e já a partir de setembro a alíquota cai para 2%. A lista de equipamentos beneficiados também foi ampliada, beneficiando, entre outros, os investimentos relacionados com a ampliação de segmentos que estão operando próximos de sua capacidade instalada.

O fim da cumulatividade na cobrança da COFINS e a sua cobrança sobre as importações vêm favorecendo o ajuste competitivo do parque industrial brasileiro, particularmente das cadeias produtivas mais longas, que eram muito prejudicadas pela cumulatividade do tributo e pela tributação diferenciada das importações.

Na área de Ciência e Tecnologia - C&T destacam-se várias ações voltadas ao atendimento dos objetivos da PITCE, em particular nos quatro setores estratégicos - software, fármacos e medicamentos, semicondutores e microeletrônica e bens de capital, além das áreas portadoras de futuro - a biotecnologia, a nanotecnologia e a biomassa.

Destacam-se, também, os incentivos fiscais para fomento de desenvolvimento tecnológico nas empresas; a extensão, até o ano 2016, dos benefícios para os setores de informática e de automação previstos na Lei de Informática; o novo modelo de gestão dos Fundos Setoriais de C&T e o apoio à geração de pequenas empresas de base tecnológica, por meio de iniciativas como o Programa de Apoio à Pesquisa em Pequenas Empresas (Pappe), o Programa de Criação de Tecnologia (Criatec) e o Projeto Mobilizar para Inovar.

Outro eixo de atuação na área de C&T inclui os chamados "objetivos estratégicos nacionais", entre os quais se enfatiza o Programa Espacial, o Programa Nuclear, a Amazônia, o Cerrado, o Pantanal, o semi-árido e a plataforma marítima brasileira.

O Brasil vem envidando esforços para o domínio da tecnologia espacial em seu ciclo completo - abrangendo satélites e cargas úteis, veículos lançadores e centros de lançamento. O programa Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS) prevê o lançamento de mais dois satélites, o que permitirá ao Brasil continuar atuando no mercado internacional de fornecimento de imagens e ter instrumento eficiente para monitoramento de seu território e de suas fronteiras.

Ainda neste semestre, deverá ser iniciada a reconstrução do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, possibilitando a retomada do projeto do Veículo Lançador de Satélites - VLS brasileiro e a assinatura de contratos para a utilização de Alcântara em lançamentos internacionais. Para 2005, a fim de dar continuidade a estas ações prevê-se uma elevação superior a 130% em relação aos valores constantes da Lei Orçamentária de 2004.

Outro objetivo estratégico diz respeito à inclusão social que se dará mediante o apoio a programas e ações voltados para a difusão científica e tecnológica, com a criação dos Centros Vocacionais Tecnológicos - CVTs, que estimularão a geração de emprego e renda nas regiões mais pobres do País.

O alcance desses objetivos depende diretamente de investimentos em recursos humanos, executados por meio dos programas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Em 2005 pretende-se conceder 56 mil bolsas nas diversas modalidades, e para tanto, o CNPq contará com recursos globais da ordem de R\$ 545,4 milhões.

Para dar sustentação ao trabalho integrado desses milhares de pesquisadores, será dada continuidade à implantação de tecnologias de redes avançadas para transmissão de dados, combinando a Internet com feixes de luz em fibra óptica, para interligar unidades de pesquisa e de ensino das diversas regiões do País no âmbito da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP. Um investimento de R\$ 53 milhões, em três anos, para conectar na RNP unidades de pesquisa e ensino de todo o País.

Cabe destacar que a atuação da área de C&T estará diretamente associada à Lei de Inovação, encaminhada pelo Governo ao Congresso Nacional, que facilitará a transferência para o setor produtivo de conhecimento gerado nas universidades e institutos públicos de pesquisa, permitindo inclusive a participação dessas instituições e dos pesquisadores nos resultados financeiros derivados das inovações desenvolvidas.

A gestão dos Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia foi reformulada para garantir o apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em áreas prioritárias, inclusive as definidas na nova política industrial, como semicondutores, software, entre outras. As aplicações desses Fundos têm crescido

substancialmente no período recente, passando de R\$ 315 milhões em 2002, para R\$ 563 milhões em 2003, devendo atingir mais de R\$ 602 milhões no corrente exercício e com previsão de R\$ 722 milhões em 2005.

Aplicação dos Fundos de Ciência e Tecnologia
Série Histórica 2001-2005

R\$ mil

Fundo	Executado			PL	
	2001	2002	2003	2004	2005
Fundos Setoriais	315.992	315.350	563.573	591.908	701.256
Aeronáutico	0	196	12.027	12.000	15.000
Agronegócio	0	1.260	25.936	26.000	31.200
Biotechnology	0	970	13.163	13.000	30.000
Energ	50.167	25.324	66.140	73.620	75.000
Espacial	102	2.709	0	1.050	1.880
Hidro	20.594	11.689	18.264	17.000	42.160
Info	4	21.329	23.245	19.000	31.540
Infra	74.108	68.347	112.341	134.828	145.038
Mineral	2.285	2.453	4.419	5.000	6.352
Naval	0	0	0	0	4.592
Petro	111.201	75.079	82.136	75.040	87.087
Saúde	0	421	24.125	27.000	31.200
Transporte	26	3.401	1.798	2.370	207
Verde-Amarelo	57.505	102.172	179.979	186.000	200.000
Fundos Regionais	0	0	0	10.000	20.643
Amazônia	0	0	0	10.000	20.643
TOTAL	315.992	315.350	563.573	601.908	721.899

A promoção do comércio exterior é outro elemento central da ação governamental. Além do financiamento às exportações, via PROEX - Programa de Financiamento às Exportações e BNDES, o Governo promoveu aperfeiçoamento nos mecanismos de seguro de crédito às exportações, que redundaram em maior articulação e agilidade na concessão de crédito e seguro - pela criação de um único Comitê para administração dos dois instrumentos - e redução dos prêmios do seguro no caso de operações com países da Associação Latino-Americana de Integração - ALADI.

O Programa Brasil Exportador, lançado no final de 2003, integra 44 projetos e programas dos vários órgãos de Governo, com a meta de US\$ 100 bilhões de exportações para 2007. Como parte das iniciativas desse Programa, foram simplificados substancialmente os normativos para exportação e importação e está em processo final a consolidação e simplificação da legislação de drawback.

As políticas em curso têm contribuído para o desempenho expressivo das exportações brasileiras, que alcançaram o valor recorde de US\$ 83,4 bilhões nos últimos 12 meses terminados em junho de 2004 (contra US\$ 60,4 bilhões em 2002), permitindo um saldo comercial de quase US\$ 30 bilhões (contra US\$ 13,1 bilhões em 2002).

Infra- Estrutura Econômica

A escassez de investimentos ao longo das últimas décadas provocou deterioração da infra-estrutura do País, particularmente em alguns segmentos, como no sistema de transportes, tendo contribuído também para provocar a crise no abastecimento de energia em 2001. Nesse contexto, a ampliação e modernização do setor é um desafio que precisa ser enfrentado com urgência, para eliminar entraves ao crescimento sustentado e melhorar a competitividade da economia.

O atual Governo, por intermédio do reforço do sistema de planejamento, vem identificando os projetos prioritários na área e procurando recuperar, progressivamente, a capacidade de investimento. Reformas estruturais, como a da Previdência, ações voltadas para a racionalização dos gastos em custeio da máquina administrativa - com resultados já bastante expressivos - e a defesa de critérios mais adequados para tratamento de determinados investimentos nas metas fiscais contribuem para liberar recursos para o investimento público.

No entanto, pela magnitude dos investimentos necessários, é fundamental criar condições favoráveis para maior participação do setor privado, isoladamente ou em parceria com o setor público, nos projetos de infra-estrutura. Para criar um ambiente favorável à realização desses investimentos, o Governo está aperfeiçoando os marcos regulatórios e a consistência institucional do ambiente de regulação em áreas prioritárias. Além disso, empenha-se na aprovação e implementação de Parcerias Público-Privadas - PPPs.

Foi encaminhado ao Congresso Nacional, em abril de 2004, o Projeto de Lei que aperfeiçoa o marco regulatório do sistema de agências reguladoras, e paralelamente, está sendo recomposto e fortalecido, por intermédio de concursos públicos, o quadro de recursos humanos das agências, inclusive mediante a substituição de pessoal admitido por meio de contratos precários.

Na área de energia elétrica foi aprovado pelo Congresso Nacional, em março de 2004, o novo modelo, que reduz substancialmente os riscos de racionamento de energia e permite tarifas mais baixas para os consumidores. Foi fortalecido o papel do Estado na área de planejamento do setor pela criação da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, e criado o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, para acompanhar sistematicamente as condições de suprimento de energia.

Foram realizadas, em 2003, licitações de 11 linhas de transmissão em todas as regiões do País, totalizando cerca de 1.800 km e envolvendo investimentos totais de R\$ 1,4 bilhão. As empresas vencedoras foram as que apresentaram menor preço na tarifa, beneficiando, portanto, os consumidores industriais e residenciais. Estão previstos mais dois leilões para licitação de 18 linhas, num total de 7,7 mil km. Para diversificar a matriz energética brasileira,

foi criado o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA. O Programa conta com o apoio do BNDES e prevê a contratação de 3.300 MW de energia no Sistema Interligado Nacional, derivados de fontes eólicas, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas.

O Governo está também enfrentando o desafio de universalizar o acesso à Energia Elétrica. Para isto foi criado o Programa Luz para Todos, que tem o objetivo de levar energia para mais de 12 milhões de pessoas até 2008 e acabar com a exclusão elétrica no País, que hoje atinge cerca de 80% das famílias nas comunidades rurais. Em junho de 2004, foram assinados contratos no valor de R\$ 2,5 bilhões, suficientes para mais de 560 mil ligações.

Na área de petróleo e gás, são bastante expressivos os resultados obtidos pela Petrobrás na atividade exploratória, elevando as reservas domésticas comprovadas em mais de 14%, apenas no ano de 2003. Ademais, foram feitas descobertas importantes fora da Bacia de Campos, o que abre perspectivas de desenvolvimento de novos pólos de produção.

Outro aspecto a ser destacado é a preocupação governamental de maximizar os impactos positivos dos investimentos em petróleo e gás para a geração de empregos e fortalecimento da indústria nacional. Isto tem sido possível pela elevação das exigências de conteúdo nacional nas encomendas de equipamentos pela Petrobrás, como foi o caso das plataformas P-51 e P-52, e nos processos de licitação para exploração e produção de petróleo em novas áreas. Os investimentos no setor também têm contribuído para a reativação da indústria de construção naval, com a meta de contratação de 22 navios para entrega até 2010 e investimentos de R\$ 3 bilhões.

No setor de transportes, avanços importantes já foram obtidos com a elevação substancial dos recursos para o Setor, mas ainda há muito por fazer. Cerca de 50% das rodovias necessitam, urgentemente, de investimentos para sua recuperação. Paralelamente, quase 2 mil km da rede pavimentada federal, como a BR 101, Florianópolis-Osório, e a BR 101, no Nordeste, apresentam altos níveis de congestionamento de tráfego, necessitando de obras urgentes de adequação de capacidade. A má conservação das rodovias e o congestionamento do tráfego acarretam custos adicionais da ordem de 40% no transporte de cargas e passageiros, com acréscimo de até 60% no consumo de combustíveis.

As boas condições da malha rodoviária estão diretamente relacionadas ao crescimento econômico e à segurança dos seus usuários. Os primeiros sinais de elevação da atividade econômica neste ano, o crescimento da produção agrícola e das exportações, evidenciaram a necessidade de o Governo atuar de forma mais incisiva em relação ao setor rodoviário.

A recuperação das estradas é uma das prioridades do Governo Federal. Em 2003, conforme demonstra o quadro abaixo, foram

investidos R\$ 818,9 milhões na manutenção da malha rodoviária federal, 55% a mais que em 2002 (R\$ 528,3 milhões). Na Lei Orçamentária de 2004 estão previstos R\$ 942,1 milhões e para 2005, visando a dar prosseguimento às ações que buscam reverter no curto prazo a profunda degradação das rodovias brasileiras, R\$ 1.131,0 milhões.

R\$ milhões				
Programa	Executado 2002	Executado 2003	Lei 2004	PLO 2005
Manutenção da Malha Rodoviária	528,3	818,9	942,1	1.131,0

Esses recursos serão aplicados em ações de conservação preventiva e rotineira ao longo de 30 mil km, restauração de 4,8 mil km, serviço de manutenção terceirizada de 4,3 mil km, manutenção e reparação da sinalização de 6,2 mil km e operação de 30 postos de pesagem de veículos.

Para obras de adequação e duplicação da BR 101 - Florianópolis-Osório, cuja execução inicia no corrente exercício, estimam-se para 2005 recursos da ordem de R\$ 135,0 milhões. O projeto viabilizará a criação de um corredor rodoviário duplicado ligando os grandes centros econômicos do Brasil aos países do Mercosul. Esse trecho de 350 km, cujas obras já foram licitadas a um custo de R\$ 1,4 bilhão, é a última etapa da ligação rodoviária em pista dupla desde Belo Horizonte até Porto Alegre.

Sua duplicação, um anseio acalentado há anos pelas comunidades que vivem sob a influência da Rodovia, trará diversos benefícios à Região Sul com a melhoria da fluidez e da segurança do tráfego. Além dos aspectos econômicos que justificam a obra devem ser consideradas: a redução do custo do frete, o maior afluxo de turistas, e especialmente a possibilidade de redução dos altos índices de acidentes e de atropelamentos de pedestres e ciclistas nas cercanias da Rodovia.

No que se refere à BR 101 - Nordeste, a presente proposta prevê R\$ 124,9 milhões para dar início às obras de sua duplicação no trecho que vai de Natal, no Rio Grande do Norte, ao Entroncamento com a BR-324 na Bahia. Devido à sua localização ao longo do litoral, dentre os muitos benefícios que essa iniciativa trará à região de influência da Rodovia, o de maior destaque é, sem dúvida, o crescimento do turismo e, conseqüentemente, do setor de serviços, como hotéis, bares, restaurantes, pousadas e outros, e o imediato aumento da oferta de emprego e a elevação da renda da população local.

A adequação da Rodovia resultará, também, na melhoria da segurança de veículos e de pedestres próximos aos perímetros urbanos, com a separação do tráfego local do de longa distância, disciplinando o trânsito de pessoas e ciclistas; e na redução da tarifa de transporte de carga e passageiro, aumentando a competitividade dos produtos locais.

O Governo está atualmente envolvido num esforço para identificação dos entraves físicos e operacionais dos principais portos

brasileiros, com vistas a definir investimentos emergenciais e medidas administrativas que possam evitar problemas logísticos para escoamento das exportações brasileiras.

Como consequência dos levantamentos iniciais, serão investidos em 2005 R\$ 235,0 milhões no melhoramento, na modernização e expansão de instalações portuárias em todo o Brasil. Desses recursos, tendo em vista a importância do transporte hidroviário para a sua economia e para a movimentação de seus habitantes, R\$ 42,0 milhões destinam-se à construção e ampliação de 23 terminais portuários na Região Norte.

De forma a cumprir o Acordo da Conferência Diplomática sobre Segurança Marítima, realizada pela Organização Marítima Internacional - IMO, o Governo Federal implantará o Sistema de Segurança nos Portos Nacionais. Para tanto, estão previstos investimentos de R\$ 20,0 milhões em 2005, complementando as ações já desenvolvidas em 2004 estimadas em R\$ 100,0 milhões.

Ainda, para favorecer os investimentos na modernização e ampliação dos Portos, foi recentemente criado o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTO. O regime concede, até dezembro de 2005, com possibilidade de prorrogação por mais um ano, ampla desoneração fiscal (IPI, PIS/COFINS, Imposto de Importação - II) para aquisição de equipamentos para o setor portuário, sendo a suspensão do Imposto de Importação condicionada à não-existência de similar nacional.

Na área do licenciamento ambiental, o Executivo está capacitando o quadro técnico permanente de licenciamento do Ibama e criando áreas específicas de licenciamento para os setores de transporte, petróleo e gás, energia hidrelétrica, entre outros, o que possibilitará o aperfeiçoamento e a agilização das atividades de licenciamento, e contribuirá para a eliminação de entraves desnecessários aos investimentos de infra-estrutura econômica.

Desenvolvimento Regional

O Governo vem implementando um conjunto de ações para reduzir as desigualdades regionais do País e viabilizar um crescimento econômico mais harmônico. Algumas iniciativas, como o apoio aos arranjos produtivos locais, as ações para a agricultura familiar, o estímulo às atividades turísticas e a política de ampliação da infra-estrutura econômica, permitirão impactos favoráveis no desenvolvimento regional. Outros instrumentos específicos estão sendo também mobilizados com esse objetivo.

Foram intensificadas as aplicações com recursos dos Fundos Constitucionais. Para o conjunto das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, o valor aplicado em 2003 (R\$ 3,0 bilhões) superou

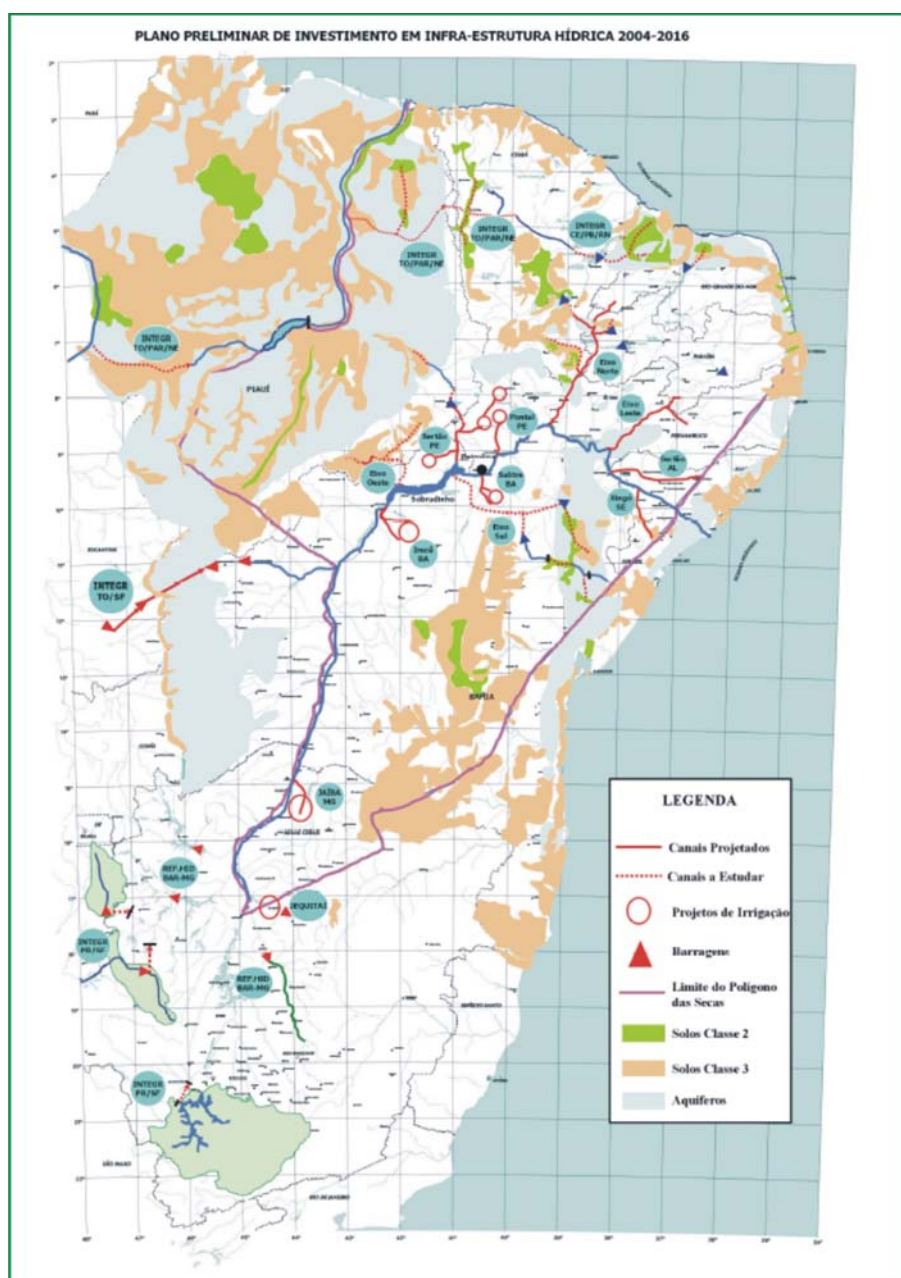
em mais de 30% o do ano anterior. No caso do Nordeste, o valor aplicado em 2003 (R\$ 1,1 bilhão) foi quatro vezes superior ao investido em 2002 (R\$ 254 milhões). O total de crédito previsto para 2004 deve superar R\$ 6,6 bilhões, tendo como prioridade a aquicultura e pesca, o aproveitamento da biodiversidade das regiões e o desenvolvimento de arranjos produtivos locais.

Para enfrentar os problemas do Semi-Árido do Nordeste, foi criado o Programa Conviver, com três objetivos principais: desenvolver e dinamizar a economia; oferecer infra-estrutura hídrica; e viabilizar a melhor convivência da população com a região. Estão em andamento várias obras de armazenagem e distribuição de água, que têm potencial para beneficiar cerca de 2,5 milhões de pessoas.

O destaque da ação do Governo nessa área é o projeto de transposição do Rio São Francisco, que passou por profunda reformulação em relação ao projeto anterior e evoluiu para uma visão ampla de integração de bacias hidrográficas, aliada à revitalização daquele Rio, por meio do desenvolvimento de diversas ações de recuperação ambiental. Essa nova visão fundamenta-se na sinergia hídrica proporcionada pela otimização dos recursos das bacias beneficiadas, priorizando o seu uso racional e suprimindo as carências hídricas resultantes das longas estiagens.

Foram redesenhados novos eixos de transposição, buscando uma concertação entre os diversos segmentos ligados ao tema "água". Esses eixos, denominados Norte e Leste, estão subdivididos em trechos ou módulos para a implantação do Projeto de forma mais eficiente, em uma Região que detém mais de 30% da população do Polígono das Secas, equivalente a 3,5 milhões de habitantes no Eixo Leste e 5,0 milhões no Eixo Norte.

No Eixo Norte, os volumes de água transpostos aumentarão a vazão da Bacia dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e



Apodi, estimulando a produção agrícola dos seus vales férteis e a melhoria da manutenção dos Açudes estratégicos da Região: Castanhão, no Ceará; Santa Cruz e Armando Ribeiro, no Rio Grande do Norte; e Engenheiro Ávidos, na Paraíba. Além disso, indiretamente, serão beneficiados os Açudes de Orós, no Ceará; e Coremas, na Paraíba, tendo em vista a possibilidade de operarem de forma sinérgica com os canais do Eixo.

No Eixo Leste, serão beneficiados, principalmente, os Estados de Pernambuco e da Paraíba, mediante o aumento da vazão da Bacia dos Rios Moxotó, Ipojuca e Paraíba. Nesse Eixo, a água transposta será utilizada essencialmente pela população urbana e pelo setor industrial, cuja capacidade de pagamento possibilita o retorno econômico do investimento. Com isso, viabiliza-se em atividades agrícolas da população interior o uso da água dos açudes locais das bacias receptoras, atualmente comprometidos pelo consumo urbano.

A transposição do Rio São Francisco associa-se às ações de revitalização, diante da necessidade de recuperar e ampliar a sua disponibilidade hídrica. Desse modo, estão sendo articuladas diversas atividades de recuperação, conservação e preservação ambiental para promover o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições sócio-ambientais da Bacia e o aumento da quantidade e da qualidade das águas. A coordenação da revitalização, gerida pelo Ministério do Meio Ambiente, em função da transversalidade do tema, conta também com a contribuição do Ministério da Integração Nacional, responsável direto pela implementação da transposição.

A viabilidade econômica do empreendimento justifica-se apenas com a redução das despesas públicas com gastos emergenciais e assistenciais às populações, decorrentes da seca que recorrentemente assola a Região. Ressalta-se, ainda, a redução das migrações para os grandes centros, a elevação da qualidade de vida das populações beneficiadas, a redução de gastos com a saúde pública e a abertura de uma perspectiva concreta de desenvolvimento para a Região. Ademais, a viabilidade financeira do empreendimento está baseada no princípio de que a água é um bem de valor econômico, pago por quem o consome.

A transposição terá impacto significativo na vida das cidades beneficiadas, o que permitirá a ampliação do setor de serviços, com destaque para o turismo, bem como para a agricultura, a piscicultura e a criação de gado na zona rural, atendendo indistintamente a pequenas e grandes propriedades. No caso da agricultura irrigada, vocação e, por vezes, única opção de ocupação econômica sustentável das áreas sujeitas à seca, a disponibilidade controlada de água, aliada ao clima seco e à qualidade do solo, permitirão produções agrícolas excepcionais com baixo uso de agrotóxicos. Dessa forma, com a oferta de água, os efeitos da seca no Semi-Árido nordestino poderão ser controlados, e a Região passará a dar valiosa contribuição à economia do País.

O montante de recursos destinados à transposição e à revitalização do Rio São Francisco, que atingirá em 2005 R\$ 1.073 milhões,

demonstra a ênfase dada pelo Governo Federal ao desenvolvimento da Região Nordeste. A transferência de águas do Rio São Francisco para bacias adjacentes tem a amplitude de um projeto nacional e insere-se na política de desenvolvimento e interação dos municípios assolados pelas secas, articulando-se com o processo de produção e com a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. O projeto de transposição, cuja implantação está estimada em R\$ 4,2 bilhões, não deve ser visto como a solução final dos problemas do Nordeste, mas atenderá às necessidades de água de parte das populações sujeitas às secas e representa uma parcela importante de um conjunto de medidas necessárias ao desenvolvimento da Região e ao resgate da chamada dívida social do País com aquelas comunidades.

Com vistas a apoiar as ações na área de Desenvolvimento Regional está em análise no Congresso Nacional projeto encaminhado pelo Governo que objetiva a criação das novas Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste, da Amazônia e do Centro-Oeste, para que possam, sem os vícios dos órgãos extintos no passado, contribuir em novas bases para o desenvolvimento dessas regiões.

A política para promoção do turismo interno, formulada pelo atual Governo, tem também papel relevante para a dinamização das regiões menos desenvolvidas do País. Neste sentido, o Plano Nacional de Turismo, lançado em 2003, tem, entre seus objetivos, a geração de renda e a redução das desigualdades regionais.

O Plano inclui um projeto de regionalização do turismo, que compreende o mapeamento da situação do setor nos municípios brasileiros, bem como dos principais produtos turísticos regionais. O Projeto permitirá a estruturação de um planejamento territorial turístico e a montagem de roteiros integrados, que articulam, em cada região, a atividade turística municipal.

Foi também criado no PPA 2004-2007, o Programa Nacional de Ecoturismo, instrumento importante para o desenvolvimento sustentável das regiões menos desenvolvidas do País.



IV - Políticas Sociais

Combater a fome e a pobreza e assegurar que todos os brasileiros usufruam dos direitos sociais básicos são grandes desafios a serem enfrentados pela Nação. Ciente disso, o Governo Federal tem como compromisso fundamental o enfrentamento da questão social, contemplada prioritariamente na presente proposta orçamentária.

A redução das desigualdades em saúde constitui prioridade central deste Governo, que a define como condição essencial para a qualidade de vida e bem-estar da população.

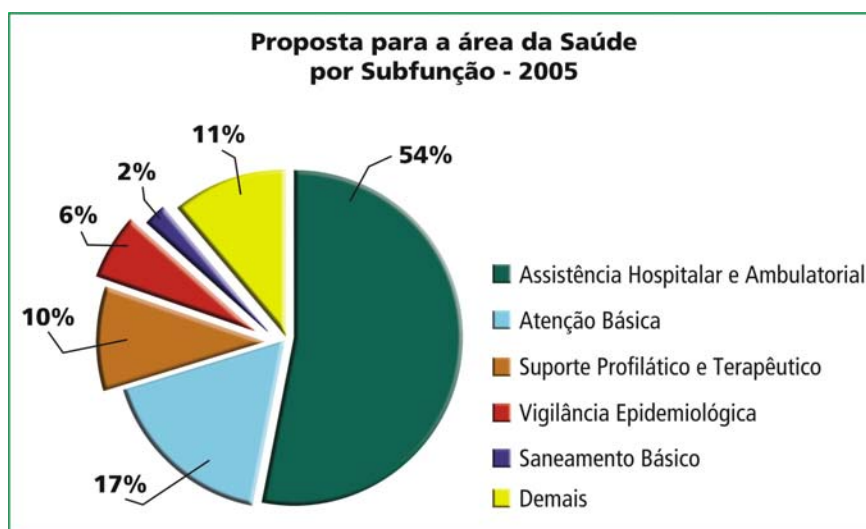
Saúde

De acordo com Plano Nacional de Saúde - PNS e com as ações inscritas no PPA, para o alcance de resultados que possibilitem novos avanços no processo de correção das desigualdades em saúde no Brasil, o Ministério da Saúde em 2005 incrementará medidas que são estratégicas para tal, entre as quais podem ser destacadas aquelas compreendidas no âmbito da atenção básica, da atenção pré-hospitalar, ambulatorial e hospitalar, da assistência farmacêutica e da atenção a segmentos e agravos específicos.

No tocante ao fortalecimento da atenção básica, até dezembro de 2005, a expectativa é de que estejam em atuação cerca de 25.000 equipes de saúde da família, atendendo a uma população de mais de 86 milhões de pessoas. Serão 206.000 agentes comunitários de saúde atuando em todo País, cobrindo cerca de 65% da população.

Vale ressaltar a importância da implantação do Projeto de Expansão da Saúde da Família, em municípios com mais de 100 mil habitantes, como uma estratégia para ampliar a cobertura da população pelas equipes de saúde da família em grandes centros urbanos. Para o custeio da atenção básica, a proposta é revisar o valor per capita do Piso da Atenção Básica - PAB fixo, representando um aumento de cerca de R\$ 210 milhões no repasse federal aos estados e municípios.

Na atenção à saúde bucal, até o final de 2005, estima-se a formação de 12.000 equipes, para atender uma população de 82 milhões de pessoas. As equipes de saúde bucal são compostas por um dentista, um auxiliar de consultório e um técnico em higiene bucal. A atuação desses profissionais compreende extração dentária, restauração, aplicação de flúor, resina e prótese dentárias gratuitas.



O trabalho desenvolvido pelas equipes de saúde bucal integra as diversas ações que compõem o programa "Brasil Sorridente", nas quais serão investidos, até o final de 2006, aproximadamente, R\$ 1,3 bilhão. Outra frente do "Brasil Sorridente" consiste na fluoretação da água em 80% dos municípios com sistema de abastecimento que, atualmente, existe em 60% das cidades.

Outro conjunto de metas estratégicas a ser incrementada em 2005 no esforço para reduzir as desigualdades refere-se à ampliação do acesso da população à atenção pré-hospitalar, ambulatorial e hospitalar.

Pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde, em parceria com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, revela que as filas nas emergências dos hospitais, o longo tempo de espera para a realização de exames e cirurgias e a incapacidade das unidades de saúde de acolherem os pacientes são queixas frequentes entre os usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. Segundo essa pesquisa, concluída no final de 2003, mais de 90% da população brasileira é usuária de alguma forma de atendimento oferecido pelo SUS.

Baseado nesse trabalho, foi criado o programa QualiSUS, que busca promover a adoção de um elenco de mudanças visando proporcionar maior conforto ao usuário, atendimento de acordo com o grau de risco, atenção mais efetiva pelos profissionais de saúde e menor tempo de permanência no hospital. Os hospitais abarcados pelo programa receberão equipamentos novos, comprados pelo Ministério da Saúde, e terão suas instalações reformadas.

Já o Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - Samu/192 -, iniciativa integrante do QualiSUS, destina-se a melhorar o nível de resposta - historicamente insuficiente - do sistema de saúde aos portadores de quadros agudos, de natureza clínica, traumática ou psiquiátrica, que ocorre fora do ambiente hospitalar, provocando e perpetuando fluxos espontâneos de pacientes - em situação de urgência real ou presumida - aos prontos socorros, os quais não conseguem oferecer um atendimento de forma qualificada e humanizada.

O Samu/192 permitirá a organização e a racionalização da rede pública, visto que, na central de regulação deste Serviço, o médico atende a chamada de socorro e tem autonomia para fazer a triagem do atendimento, decidindo o destino do paciente segundo informações de vagas em leitos de emergências nos hospitais.

A estruturação dos serviços de atenção pré-hospitalar visa melhorar e qualificar o atendimento às urgências, diminuir o tempo de internação hospitalar e os prognósticos de reabilitação. O atendimento rápido a quadros agudos de natureza traumática e clínica, mediante o envio de ambulâncias de suporte básico e avançado - UTIs móveis - com equipes de saúde, contribuirá para diminuir significativamente o índice de mortes precoces.

Em relação à qualificação e ampliação do acesso hospitalar, o Ministério da Saúde definiu um conjunto de medidas e estratégias para a Reforma do Sistema de Atenção Hospitalar Brasileiro, conferindo especial atenção aos hospitais de pequeno porte.

O Brasil possui uma rede hospitalar bastante heterogênea no que diz respeito a incorporação tecnológica e complexidade de serviços, verificando-se não só grande concentração de recursos e de pessoal em complexos hospitalares de cidades de médio e grande porte, mas também claro desequilíbrio regional e favorecimento das regiões Sul e Sudeste.

Um grande esforço será empreendido também na prestação da assistência farmacêutica, questão essencial para uma atenção resolutiva e integral. Nesse sentido, o Ministério da Saúde vem atuando em diferentes frentes, com a criação da rede pública de Farmácias Populares em todo o País, sendo alocados R\$ 350 milhões para o exercício de 2005, com o intuito de incentivar o desenvolvimento da indústria nacional do setor farmacêutico.

Já para a assistência farmacêutica básica no próximo ano, o Ministério da Saúde transferirá recursos do incentivo financeiro específico - destinado à aquisição de medicamentos na atenção básica de saúde -, cobrindo assim 5.560 municípios habilitados a receber tal incentivo. No tocante a insumos estratégicos no SUS, o público-beneficiário será atendido por diferentes programas, como o de controle de diabetes, Aids, endemias, tuberculose, asma, hipertensão arterial, hanseníase, tabagismo, e lupus, atenção à saúde da mulher e saúde-família.

Outra ação da assistência farmacêutica refere-se à aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais, destinados aos portadores de doenças crônicas de baixa prevalência e com alto custo de tratamento. Em 2005, serão mais de 370 mil pessoas, entre as quais estão incluídos os pacientes que realizaram transplantes, os portadores de insuficiência renal crônica, de osteoporose, de esquizofrenia refratária, de doença de Parkinson, de doença de Alzheimer e de doenças metabólicas, entre outros.

No tocante a segmentos específicos, cabe destacar a população indígena que, em saúde, apresenta um quadro diversificado de problemas, como deficiências de cobertura, acesso e aceitabilidade do SUS; elevado coeficiente de mortalidade infantil; baixa cobertura vacinal; elevado índice de desnutrição, sobretudo em menores de 5 anos de idade; alta incidência da tuberculose pulmonar positiva; alta vulnerabilidade às DST/Aids; elevada rotatividade e baixa qualificação dos trabalhadores de saúde.

Desenvolvimento Social e Combate à Fome

O combate à fome constitui-se em um dos principais objetivos políticos do Governo Lula. As limitações que ainda hoje marcam o acesso aos alimentos para largos contingentes da população brasileira, reflexo, sobretudo, do baixo nível de renda, impõem ao País a priorização de uma política que assegure o direito à alimentação. Inaugurada com o Programa Fome Zero, essa política tem-se ampliado e vem sendo progressivamente fortalecida, associando-se às ações de acesso aos alimentos, intervenções de caráter estruturante voltadas ao combate das causas da fome, pela via da ampliação da renda e da promoção de oportunidades.

A construção e implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional buscam englobar as várias dimensões envolvidas na erradicação da fome e na promoção da segurança alimentar, por meio de projetos integrados que contemplam a natureza intersetorial destes objetivos.

Por essa razão, os recursos para a Segurança Alimentar e Nutricional serão destinados especialmente às ações de aquisição de alimentos da agricultura familiar, priorizando os pequenos agricultores e os assentados da reforma agrária; à reconstituição dos estoques de segurança alimentar; à distribuição de cestas básicas a populações em situação de risco nutricional; à construção de cisternas e ao apoio à instalação de restaurantes populares.

Quanto aos restaurantes populares apoiados pelo Fome Zero, seu objetivo é atender aos trabalhadores urbanos que se deslocam das periferias para o centro das grandes cidades, com comida de boa qualidade a preço baixo. Em 2005, propõe-se ampliar o número de cidades beneficiadas com a instalação de 49 novos restaurantes populares.

No tocante à Assistência Social, o Governo deu início, em 2004, a uma grande inovação: a implantação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS. Com o SUAS busca-se potencializar a rede de atendimento municipal, a partir da identificação das necessidades dos grupos familiares, agregando-os aos programas já existentes. Em 2005 mais de 466,8 mil famílias serão atendidas por Centros de Referência em Assistência Social.

A prioridade apontada pelo Governo, de promover a inclusão social de crianças e adolescentes, vem sendo atendida pelos programas de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), de Proteção Social à Criança, ao Adolescente e à Juventude e de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) atenderá, até o final de 2005, 1 milhão de crianças.

Para a proteção social à criança, ao adolescente e à juventude o Governo Federal destinará recursos, em 2005, para o atendimento de cerca de 2 milhões de crianças carentes de até seis anos em creches, pré-escolas ou alternativas comunitárias.

A capacitação de jovens em situação de vulnerabilidade social também atende a 55,6 mil jovens por mês. O propósito é atingir 110,0 mil beneficiários a partir do segundo semestre de 2005.

No combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, o programa Sentinela contempla ações de atendimento às crianças, aos adolescentes e às famílias vitimadas pela violência, com ênfase nas situações de abuso e exploração sexual comercial. Este programa já está presente em 315 municípios de 26 estados da Federação, com previsão de atender 28 mil crianças e adolescentes por mês, em 2005.

Bolsa-Família

O Programa Bolsa-Família, criado em outubro de 2003, utiliza transferências de renda monetária para famílias em situação de pobreza extrema e de pobreza, como poderoso instrumento de resgate da cidadania e inclusão social. Esta iniciativa tem como objetivos: combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; combater a pobreza e outras formas de privação das famílias; promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação e assistência social; e criar possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares e de desenvolvimento local dos territórios.

A agenda de compromissos que as famílias necessitam cumprir para receber a bolsa auxilia esta população a romper o ciclo de perpetuação da pobreza. Primeiro, ao orientar os pais quanto ao acompanhamento da saúde de toda a família, em especial das gestantes, nutrizes e crianças de até 6 anos de idade. Depois, ao dar condições para a escolarização de seus filhos, com a obrigatoriedade da frequência à escola das crianças de 6 a 15 anos de idade e sua retirada do trabalho. Por fim, possibilita a transposição de uma barreira para inserção no mercado de trabalho dos membros adultos do núcleo familiar ao integrar-se a uma política voltada à alfabetização de adultos.

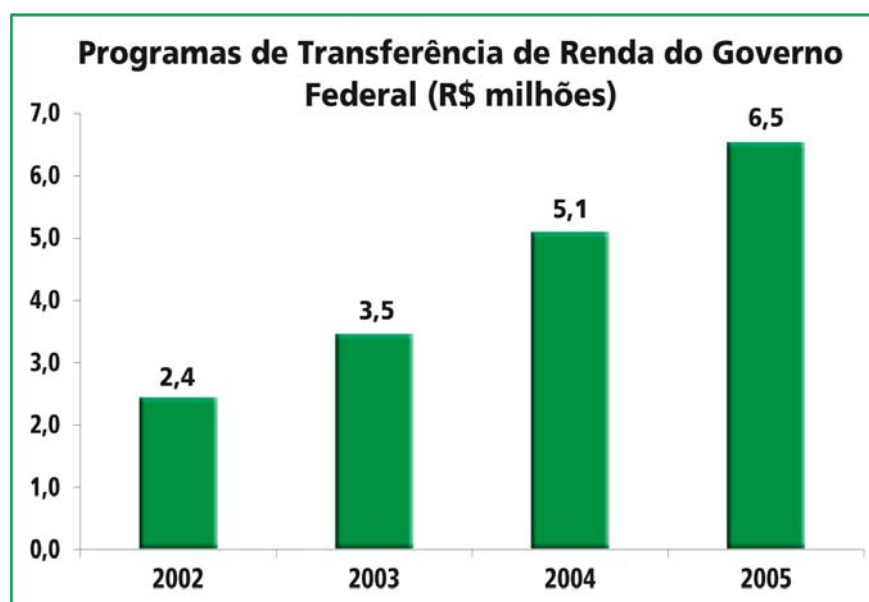
Devido a este efeito positivo em várias facetas do problema da pobreza o Governo Federal se propôs uma meta ambiciosa para o Bolsa-Família: atender, até o final de 2005, a 8,7 milhões de famílias. Este número extraordinário só será possível devido ao êxito que o programa conseguiu no último ano. Após a unificação dos diversos programas de transferência de renda existentes anteriormente, em outubro de 2003, iniciou-se uma forte expansão do atendimento, de forma que, já em dezembro de 2003, foram atendidas 3,6 milhões de famílias em todas as regiões do país. Em junho de 2004, o programa alcançou a meta de mais de 4 milhões de beneficiários em 5.461 municípios e deverá atingir a mais de 6,5 milhões de famílias até dezembro.

Ressalta-se que, para que não haja descontinuidade no pagamento de auxílio de renda a famílias carentes atualmente beneficiárias de outras ações, e que deverão migrar para o Programa Unificado, está prevista a manutenção do atendimento das atuais 6,0 milhões de famílias remanescentes de outros auxílios, que serão incorporadas ao programa até 2006.

Visando atingir a meta fixada para 2005 bem como aprimorar o Bolsa-Família serão investidos R\$ 6,0 milhões no aperfeiçoamento do Cadastro Único. Também será reforçado o acompanhamento do atendimento das condicionalidades nas áreas de saúde e educação.

Programa Bolsa-Família				
Item	Realizado		Lei 2004	Proposta 2005
	2002	2003		
Total	2.616,3	3.642,9	5.343,7	6.702,8
Transferência	2.435,4	3.454,9	5.136,2	6.537,8
Despesa Operacional	180,9	188,0	207,5	165,0

(*) Em 2004, retirou-se a bolsa do PETI, que estava incorporada à mesma ação do Bolsa-Família



Educação

O novo direcionamento estratégico da política educacional tem como eixos a democratização do acesso aos bens educacionais, melhoria da educação básica, sustentabilidade das fontes de financiamento e transformação do modelo educacional. Dentre as prioridades merecem destaque: a Alfabetização de Jovens e Adultos; a preparação do Fundeb; a Reforma da Educação Profissional e a Reforma da Educação Superior.

É importante destacar que a preocupação em propiciar a continuidade de estudo aos recém alfabetizados levou ao estabelecimento de uma articulação entre as ações de alfabetização

e as de ensino fundamental, na modalidade de educação de jovens e adultos. Na recente revisão do Plano Plurianual - PPA - 2004-2007, um novo programa foi criado para integrar essas ações: o Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos.

Com os novos critérios, passam a ser beneficiários das ações de alfabetização os municípios que apresentarem taxas de analfabetismo igual ou superior a 20% na população de 15 anos ou mais, além de municípios das regiões metropolitanas com número absoluto de analfabetos superior a 30 mil pessoas. Serão também privilegiadas as ações de alfabetização que atendam segmentos sociais específicos, como populações indígenas, do campo, remanescentes de quilombos e pessoas com necessidades educativas especiais.

Ao tratar dos níveis e modalidades de educação e ensino, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, consolida a compreensão de que a educação básica inicia-se com a educação infantil, para as crianças com até seis anos de idade, e, além do ensino fundamental, obrigatório, estende-se ao ensino médio, para o qual prevê a progressiva obrigatoriedade e gratuidade. De forma a atender aos princípios inspiradores da legislação educacional e de maneira a consolidar a unidade do ensino básico, o Ministério da Educação - MEC efetuou a fusão das secretarias de Ensino Fundamental e Infantil e de Ensino Médio, passando a denominar-se Secretaria de Educação Básica, responsável por esses três níveis do ensino. Além disso, a proposta de criação do Fundeb, em substituição ao Fundef, visa dar sustentabilidade à fusão.

Para enfrentar problemas relacionados à fragilidade na formação dos professores e à falta de estímulo em sua prática pedagógica, está sendo proposto o Programa de Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica. No âmbito desse programa é constituída a Rede Nacional de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação, organizados por campos do conhecimento, para a formação continuada de professores, o desenvolvimento de pesquisa, tecnologia, gestão e avaliação; e a prestação de serviços para os sistemas públicos de ensino.

Outra importante iniciativa é a proposta de ampliação do ensino fundamental, de oito para nove anos, com a inclusão de crianças de 6 anos de idade, no intuito de oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período de escolarização obrigatória.

Com a implantação, em 2004, da Reforma na Educação Profissional, a partir de 2005 serão possíveis várias formas de articulação entre os ensinos técnico e médio, sendo a principal delas a que prevê a integração entre ambos, resgatando assim o modelo que vigorava antes de 1997.

A educação superior assume a condição de prioridade na política educacional do Governo Federal, com o desencadeamento do processo de sua reforma, no bojo da qual se inserem a

democratização do acesso a esse nível de formação e a disseminação da universidade no projeto de desenvolvimento nacional.

Nesse sentido, estão sendo concebidas e implementadas ações com rebatimento, tanto para o setor privado como, principalmente, para a esfera pública. Algumas ações pontuais já vêm sendo implementadas, no sentido de reverter o processo de deterioração ao qual foram submetidas às Instituições Federais de Ensino Superior nos últimos anos, tais como a autorização para a realização de concursos para docentes, o reajuste dos valores correspondentes às bolsas de mestrado e doutorado e a implantação de novas unidades e instituições federais de educação superior.

Emprego e Renda

No primeiro semestre de 2004, observou-se um quadro mais favorável para a economia brasileira, que tem contribuído para melhorar o mercado de trabalho, com o incremento dos postos de trabalho e a redução do desemprego.

Outro dado alvissareiro é o aumento da formalidade: com efeito, dos 80 mil postos de trabalho criados no mês de junho de 2004, 24 mil eram com carteira de trabalho assinada, enquanto o estoque de empregados sem carteira recuou em 4 mil postos. Pela primeira vez em 3 anos, observou-se uma maior geração de empregos formais.

O grande desafio, contudo, a ser enfrentado pelo Governo Federal e pela sociedade brasileira como um todo, é a sustentabilidade deste processo de recuperação do mercado de trabalho. Para tanto, o Ministério do Trabalho e Emprego vem dando sua contribuição, mediante, por exemplo, a expansão do Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER Urbano, que continuará a ser financiado com recursos extra-orçamentários do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. Em 2005 o Governo Federal pretende ampliar as ações vinculadas à execução dos programas de geração de emprego e renda.

A inserção dos jovens no mercado de trabalho é também prioridade do Governo Federal. Neste sentido, foi criado, em 2003, o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego - PNPE, o qual vem passando por várias mudanças de forma a aumentar a sua efetividade, tais como, a ampliação da cobertura para jovens com ensino médio completo, a elevação do valor da bolsa paga e a flexibilização de algumas exigências feitas ao empregador. No âmbito desse programa também serão desenvolvidas ações de qualificação profissional.

Outra prioridade do Governo Federal na área de emprego e renda para 2005 é a erradicação do trabalho escravo, o que envolverá ações de fiscalização, assistência emergencial aos trabalhadores vítimas

dessa forma de exploração, atendimento ao trabalhador libertado e capacitação de recursos humanos para a prevenção e a repressão do trabalho escravo.

Serão ampliados também os recursos alocados ao programa de intermediação de mão-de-obra realizada pelo Sistema Nacional de Emprego - SINE. Tal proposta é de vital importância para a construção de um Sistema Público de Emprego no Brasil; o fortalecimento de seu papel na execução do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - PNPE; e a integração das políticas públicas de trabalho e renda.

O equacionamento fiscal dos sistemas previdenciários públicos, vis-à-vis a recuperação da economia, abre caminho, em 2005, para a ampliação da cobertura previdenciária, com inclusão de uma massa apreciável de trabalhadores informais de baixa renda, ainda desprotegida pelo sistema da Seguridade Social.

Previdência Social

Neste sentido, a instituição de um Regime Especial de Inclusão Previdenciária, previsto na Proposta de Emenda Constitucional nº 227, de 2004, em apreciação na Câmara Federal, representa um passo adicional na Reforma da Previdência, qual seja, o do seu compromisso com a ampliação dos direitos sociais básicos.

Na esteira da ampliação do direito social previdenciário, o Ministério da Previdência Social deu ênfase, em 2004, a estratégia da participação social local, reconstruindo os conselhos locais que haviam sido extintos em 1999, deixando o público previdenciário sem canal de interlocução com a burocracia do sistema. Até junho de 2004, haviam sido instalados 46 desses conselhos, dos 96 previstos até o final do ano. Para o exercício de 2005, está prevista a instalação dos 20 conselhos remanescentes.

Deve-se ressaltar ainda que a Previdência prioriza para 2005 novas estratégias de combate à sonegação e às fraudes, destacando-se as seguintes:

- novos processos de gerenciamento de riscos do sistema da Previdência Social;
- ampliação e reestruturação das ações educativas de sensibilização da população;
- intensificação de atividades de combate às fraudes, tanto na arrecadação quanto na concessão dos Benefícios;
- recuperação mais eficaz dos créditos previdenciários inscritos na Dívida Ativa em cobrança.

Finalmente, deve-se mencionar que, em 2005, o Poder Executivo buscará a implementação de legislação complementar à Emenda Constitucional nº 42, de 2004, que permite desonerar a folha de

salário das empresas, substituindo-a por contribuições não cumulativas que incidam sobre receitas ou rendas empresariais.

Cultura

Formou-se, paulatinamente, um consenso entre diversos segmentos da sociedade brasileira de que os maiores desafios das políticas públicas culturais são o reconhecimento da diversidade, o combate às desigualdades sociais e regionais no que se refere ao acesso a equipamentos culturais e o fomento da economia da cultura, com seu potencial de geração de renda e trabalho.

Neste sentido, as iniciativas das políticas públicas culturais visam garantir e democratizar o acesso à cultura; criar uma política nacional de cultura; e promover um dinamismo cultural que valorize a diversidade e promova a inclusão social pela cultura.

Um dos mais sérios problemas da área da cultura é a carência de equipamentos. Embora essa característica seja geral, é mais acentuada nos municípios com menos de 50 mil habitantes, o que corresponde a 74% dos municípios do País. É preciso enfatizar, contudo, que nos últimos anos o número de municipalidades que adquiriu equipamentos culturais se ampliou, revelando certa dinâmica do setor cultural.

É pequena a proporção de municípios que conta com teatros (apenas 19%) e, menor, ainda, a que possui museus (17%). Se, por um lado, 79% dos municípios possuem bibliotecas públicas, por outro, somente 43% contam com livrarias. Menos da metade dos municípios conta com lojas de música (49%), bandas de música (44%), rádios FM (38%) e AM (21%) ou, ainda, orquestras (6%). Note-se, porém, que a absoluta maioria dos domicílios do Brasil possui rádio (88%).

A presença de outros equipamentos culturais revela os padrões de difusão da cultura no Brasil: enquanto 64% dos municípios brasileiros possuem videolocadora, apenas 8% têm cinema. A absoluta maioria dos domicílios tem TV (90%), ou seja, pode-se constatar a importância dos equipamentos de consumo e de acesso privados à cultura. A despeito da disseminação da televisão, apenas 8% das municipalidades possuem geradoras de televisão e poucas têm TV fechada (6,7%), o que é revelador da homogeneização das imagens e da padronização da informações, sobretudo, as veiculadas pelas TVs abertas, devendo-se destacar que algumas emissoras têm abrangência em praticamente todos os municípios brasileiros.

Tendo em vista ser tarefa do Estado, em suas diversas esferas de atuação, assegurar e democratizar o acesso ao vasto repertório de possibilidades simbólicas e existenciais que integram o espaço cultural, o Ministério da Cultura atuará, em 2005, em seis grandes frentes definidas como prioritárias e que contribuirão para superar

a tendência à homogeneização cultural, melhora a capacidade de atuação das instituições públicas e dinamizar a economia da cultura, quais sejam:

- implementar o Sistema Nacional de Cultura com a articulação de sistemas setoriais de cultura, como museus, bibliotecas, arquivos, patrimônio, além da criação de uma rede nacional de circulação da produção cultural;
- articular iniciativas dos Governos Federal, estaduais e municipais;
- mobilizar a sociedade civil e os gestores públicos de cultura na institucionalização de um sistema participativo por meio da instalação de conselhos deliberativos e paritários nas diversas esferas de Governo;
- democratizar o sistema de financiamento e reorientar suas iniciativas segundo critérios públicos;
- aumentar os recursos destinados à cultura estimulando suas diversas cadeias produtivas;
- valorizar a diversidade cultural com a criação da rede de organizações e do programa Identidade e Diversidade Cultural.

Dentre as principais diretrizes do setor esportivo, encontra-se a elevação do Brasil à categoria de potência esportiva mundial. Nesse sentido, foram alinhados esforços em três ramos principais: a realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro; a concessão de Bolsas a Atletas de Alto Rendimento e a expansão e o desenvolvimento do esporte para as crianças pelo reforço do programa Segundo Tempo.

Esporte

Para melhor desenvolver as atividades preparatórias à realização dos Jogos foi criado ainda em 2004 o Programa Rumo ao Pan, cuja ação de implantação da infra-estrutura para a realização dos jogos prevê que ao final de 2005 tenhamos ultrapassado 50% das obras necessárias.

O Bolsa-Atleta foi instituído em 2004 com vistas a criar uma massa de atletas envolvidos com seu desenvolvimento individual e a elevar a participação do Brasil nos pódios de competições internacionais. Para tanto, serão transferidos recursos mensalmente aos atletas praticantes de desporto de rendimento que são destaques no cenário nacional e internacional, abrangendo desde o atleta estudantil até o que atingiu nível olímpico.

Com a certeza de que o Esporte é fator de inclusão e, também, ferramenta de desenvolvimento físico e mental, o programa Segundo Tempo propiciará às crianças brasileiras da Rede Pública de Ensino da Educação Básica o acesso à prática esportiva. Desenvolvido em turno diverso daquele destinado às aulas normais, permitirá que a criança freqüente núcleos de esporte, na própria escola ou em entidades esportivas, recebendo, além do acompanhamento de

especialistas em esporte, reforço alimentar necessário ao seu bom desenvolvimento.

Este programa além de promover o acesso a prática desportiva pelas crianças, reduz a idade de ingresso no esporte de alto rendimento para aquelas com potencial de tornar-se, no futuro, um atleta de ponta; aumenta a geração de atletas; e possibilita melhora qualitativa do esporte nacional.

Direitos Humanos, Justiça e Cidadania

A promoção e proteção dos direitos humanos é uma meta deste Governo e, neste sentido, vem desenvolvendo ações que têm como objetivos ampliar a cidadania e assegurar oportunidades mais justas para aqueles grupos que, historicamente, sofrem discriminações no país.

Assim, partindo do reconhecimento de que a efetivação dos direitos humanos depende, em última instância, da implementação de políticas públicas bem elaboradas, esta gestão governamental vinculou a Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH à Presidência da República, como uma demonstração de maior compromisso sobre os atos administrativos, as ações e os recursos voltados para esta área.

A Secretaria Especial de Direitos Humanos responde pelas políticas de promoção dos direitos da cidadania, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias, onde se encontram a defesa dos direitos das pessoas com deficiência e a promoção da sua integração à vida comunitária.

Criança e Adolescente

Na área da criança e do adolescente, o Governo Federal desencadeou uma série de medidas coerentes com o objetivo de promover e garantir os direitos desta parcela da população.

Para 2005, as principais prioridades na área de proteção dos direitos da criança e do adolescente são as seguintes:

- fortalecimento dos conselhos locais de Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares por meio do Programa de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. A existência dos conselhos é a garantia do acesso à justiça e aos direitos da população infanto-juvenil. Atualmente, existem conselhos tutelares em 67% dos municípios brasileiros e, conselhos de direitos, em 76% dos municípios. A meta para 2005 é que os conselhos estejam presentes em todas as municipalidades do país.
- humanização do atendimento socioeducativo dos adolescentes em cumprimento de medida de privação de liberdade, buscando o pleno atendimento do Estatuto da Criança e do Adolescente -

ECA, por meio do programa de Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei. Também estão previstas ações de articulação com os Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego, visando à ampliação da escolaridade e à oferta de cursos de capacitação para o mundo do trabalho voltados para os adolescentes privados de liberdade com vistas a sua re-inserção na sociedade.

- criação de políticas específicas de combate à violência infanto-juvenil. Para tanto, a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente tem empreendido esforços no sentido de desenvolver uma estratégia de combate ao desarmamento juvenil. Nesta linha se destaca a ação realizada em parceria com o Ministério da Educação - MEC, de Apoio a Projetos de Prevenção da Violência nas Escolas, financiada com recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA.

Programa Direitos Humanos, Direitos de Todos

O programa Direitos Humanos, Direitos de Todos vem tradicionalmente desenvolvendo ações em prol da promoção e defesa dos direitos. Neste sentido, merece destaque os "Balcões de Direitos", cuja finalidade inclui, além do fornecimento de documentação civil básica, a orientação jurídica gratuita e a mediação de conflitos.

Combate à Homofobia

O programa Brasil Sem Homofobia, inédito no país, foi lançado em 2004 e tem por objetivos precípuos o combate à violência e à discriminação contra gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais e a promoção da cidadania homossexual. Com este instrumento, o Brasil se destaca como vanguarda na adoção de uma política pública desta natureza, seguida por outros países da América Latina e do mundo.

Pessoas Portadoras de Deficiências

Desde que o Censo Demográfico de 2000 constatou que 14,5% da população brasileira é diretamente atingida por deficiências de diversos tipos, colocou-se para o Estado e a sociedade o desafio de garantir os direitos de cidadania e promover a efetiva inclusão social de cerca de 25 milhões de brasileiros.

Considerando-se o fato de que, numa sociedade desigual como a brasileira, a pobreza e a marginalização social são problemas que, embora não exclusivos, atingem de forma especialmente cruel as pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida, tem-se um quadro ainda mais expressivo da urgência social deste tema no país.

O atual Governo assumiu o compromisso de contribuir para a inclusão social das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida por meio da questão da acessibilidade, ou seja, da promoção de seu direito ao pleno acesso aos bens socialmente disponibilizados.

Igualdade Racial

Um dos destaques deste Governo foi a criação, em caráter pioneiro na história do país, de uma instituição federal voltada especificamente à coordenação de políticas públicas dirigidas à promoção da igualdade racial. A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial cumpre tal papel.

As precárias condições de vida da população negra brasileira consubstancia um dos maiores desafios a ser enfrentado pelas políticas públicas: o combate às desigualdades raciais que é, em grande medida, pautado pela existência da discriminação racial.

É nesse contexto que as políticas de promoção da igualdade racial, como as políticas valorizativas, as afirmativas, as de reforço de programas universais direcionadas às populações negras, entre outras, surgem como relevante instrumento de reversão deste cenário perverso.

Para 2005, a ênfase será outorgada às seguintes atividades:

- realização da I Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em Brasília, em maio de 2005. O objetivo deste importante evento é o de subsidiar o poder público no desenho, na implementação e na avaliação de medidas e instrumentos voltados para o combate dos mecanismos de reprodução do racismo, do preconceito e das desigualdades raciais;
- expansão do programa Brasil Quilombola, que objetiva a promoção da convergência e integração de um conjunto de ações, tais como, regularização de terras, provimento de infra-estrutura e serviços, além de outras ações que busquem o etnodesenvolvimento dessas comunidades;
- fortalecimento do Fórum Intergovernamental de instituições voltadas para a promoção da igualdade racial por meio de assistência técnica, de repasse de recursos para projetos exitosos e de capacitação de gestores. Atualmente integram o Fórum 7 estados e 36 municípios;
- implementação de ações valorizativas e afirmativas, particularmente, nos campos da saúde, educação e mercado de trabalho;
- formação e capacitação de gestores em políticas públicas de promoção da igualdade racial.

Igualdade de Gênero

A criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 2003, vinculada diretamente à Presidência da República e com status ministerial, foi um marco na luta empreendida pelos

movimentos sociais e de mulheres na defesa dos seus direitos e de políticas públicas que dessem visibilidade à questão de gênero, e atuassem no sentido de promover e assegurar a igualdade entre homens e mulheres nas mais diferentes esferas da vida social.

Dentre as atividades realizadas, merece destaque a elaboração do Plano Nacional de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher, que, ao enfatizar as medidas de prevenção e as mudanças na concepção da estrutura de atendimento às mulheres vitimadas, levou à criação da chamada "rede de cidadania".

Tal rede corresponde a um conceito de colaboração e integração dos diversos serviços que visam à assistência integral à mulher em situação de violência, tais como delegacias, casas-abrigo e serviços de saúde, reunindo recursos públicos e comunitários em um esforço comum para prevenir, atender e erradicar a violência doméstica em nosso país.

Entre as prioridades para 2005, destaca-se o apoio a projetos de incentivo à autonomia econômica das mulheres, no âmbito do programa de Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho, com vistas à inclusão das mulheres e à redução das desigualdades sociais e econômicas pela via do trabalho.

Por fim, o Governo Federal pretende consolidar a transversalidade de gênero em todas as esferas e órgãos governamentais, de modo a garantir que as políticas públicas adotem uma perspectiva de gênero desde o processo de elaboração de suas diretrizes básicas até o momento de avaliação de resultados, permitindo analisar o impacto diferenciado das ações entre homens e mulheres e sua contribuição para a promoção da igualdade de gênero e autonomia das mulheres.

Nesse sentido, a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2005, vai ao encontro dessa política de priorização da transversalidade.

Acesso à Justiça

A Proposta Orçamentária para 2005 contempla às Justiças Federal e do Trabalho e ao Ministério Público da União com os recursos necessários para implantação de novas varas e juizados especiais federais, varas do trabalho, Procuradorias da República e Ofícios do Ministério Público do Trabalho, nos termos do que determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005.

No caso da Justiça Federal tem-se procurado democratizar o acesso aos serviços por ela prestados à população, mediante a criação dos Juizados Especiais Federais e das 183 Varas Federais, cuja meta para 2005 é a instalação de 123 dessas Varas.

A instalação de novas Varas Federais tem como propósito, além de proporcionar condições para acelerar as cobranças relativas a

débitos judiciais de interesse da Fazenda Pública, a interiorização da Justiça Federal, de interesse primordial do cidadão que busca o serviço da Justiça em todo o território nacional, assegurando-lhe os direitos sociais e sua efetiva participação democrática.

Por sua vez, a Justiça do Trabalho, com os recursos alocados em 2005, poderá instalar 1.378 Varas, representando um crescimento de 24%. Serão atingidos, prioritariamente, os municípios do interior, muitos sem a jurisdição da Justiça Especializada Trabalhista, e os grandes centros populacionais com elevado número de litígios. Planeja-se para o próximo ano um incremento de mais de 350 mil novas causas trabalhistas, totalizando a meta de mais de 2,5 milhões de processos a serem solucionados em 2005.

Dois aspectos se destacam nessa nova fase da Justiça do Trabalho. O primeiro diz respeito à interiorização que propiciará a intensificação do combate ao trabalho escravizador e degradante, bem como ao trabalho infantil, em consonância com as prioridades sociais do Governo Federal e o segundo, refere-se ao aumento de varas trabalhistas nos grandes centros trará maior celeridade no julgamento dos litígios.

O crescimento observado está direcionado aos investimentos necessários à implantação das novas varas do trabalho e à informatização do processo trabalhista, integrando as instâncias judiciais, as partes em litígio e seus representantes, e dando transparência, rapidez e eficácia ao julgamento.

No que se refere ao Ministério Público da União para o exercício de 2005 serão implantadas 35 Procuradorias da República nas Varas Federais e 25 Ofícios nas Varas da Justiça do Trabalho, assegurando a atuação do Ministério Público ao lado da Justiça, a agilização do andamento dos processos, e o maior acesso da população aos serviços jurisdicionais do Ministério Público, além do atendimento satisfatório da demanda trabalhista em 1ª instância.

Segurança Pública

No que diz respeito às ações voltadas para a Segurança Pública, o ano de 2005 representará um avanço sem precedentes na área, particularmente no que concerne aos investimentos previstos na modernização institucional e no reaparelhamento das forças de segurança, na instalação de ouvidorias independentes de polícia, na formação e valorização profissional dos policiais, e em tecnologias aplicáveis na investigação e na formação de provas.

Vale lembrar que todas as ações desenvolvidas no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP foram objeto de priorização deste Governo, por entender que o combate à criminalidade não deve ficar circunscrito a uma única esfera de Poder.

O Governo tem adotado uma estratégia de integração de todas as Unidades da Federação que aderiram ao SUSP. Por meio deste Sistema, os Governos estadual e municipal passaram a apresentar projetos a serem apoiados com recursos federais, desde que condizentes com as diretrizes formuladas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, ente responsável pela definição dos critérios e das políticas a serem implementadas nas diversas regiões do País.

A União pretende, por intermédio do Fundo Nacional de Segurança Pública, fortalecer as polícias estaduais e municipais, implantar institutos de criminalística e laboratórios regionais de DNA forense em diversos pontos do território nacional e, ainda, integrar sistemas de alta tecnologia que permitam a identificação de criminosos em qualquer lugar do País. Em outras palavras, o ganho desses investimentos será compartilhado entre todos: União, Estados, Municípios e, principalmente, o próprio cidadão brasileiro.

Há de se ressaltar a implementação da Força Nacional de Segurança Pública, constituída dos melhores profissionais do País, para atuar nos Estados da Federação em situações emergenciais que fujam da normalidade ou do controle do Poder Público.

No que diz respeito à área penitenciária, o Governo reconhece o vultoso déficit no número de vagas no sistema prisional brasileiro, que não será reduzido sem o devido esforço de implementação de penas alternativas e os investimentos necessários na formação educacional e profissional do apenado. Com esse objetivo, serão construídas oito escolas penitenciárias nos Estados, com o intuito de beneficiar mais de 20 mil pessoas, e implementar doze novos serviços de acompanhamento de penas alternativas. O Plano de Saúde do Sistema Penitenciário, em fase de implantação, representará um marco na assistência à saúde do apenado. Esses investimentos, conjuntamente, trarão dignidade à população carcerária, e partem do princípio que os presos, em sua grande maioria, são recuperáveis e poderão se transformar em cidadãos produtivos, desde que o Estado lhes ofereça oportunidade de ressocialização e de reinserção no mercado de trabalho.

Será priorizada, também, a criação de penitenciárias federais, destinadas exclusivamente à reclusão de presos de alta periculosidade, visando reduzir o número de rebeliões dentro dos presídios, geralmente comandadas por membros do crime organizado e por narcotraficantes.

Vale ressaltar que os investimentos previstos para as Polícias Federal e Rodoviária Federal encontram-se em patamares superiores aos dos últimos exercícios e estão direcionados à modernização institucional e à valorização profissional de seus agentes, em respeito aos relevantes serviços que essas corporações têm prestado à sociedade brasileira.

O quadro abaixo apresenta um comparativo dos investimentos na área de segurança pública, entre os exercícios de 2003, 2004 e 2005:

Gastos com Segurança Pública (*)			
	R\$ milhões		
Item	2003	2004	2005
Sistema Penitenciário	141,7	200,1	260,0
Policimento Federal	355,7	335,9	544,8
Policimento Rodoviário Federal	118,7	121,6	212,0
Fundo Nacional de Segurança Pública	332,9	354,0	400,0
TOTAL	949,0	1.011,6	1.416,8

(*) despesas discricionárias posição PL

Desenvolvimento Urbano

Implementar o processo de reforma urbana, melhorar as condições de habitabilidade, de acessibilidade e de mobilidade urbana, com ênfase na qualidade de vida e no meio-ambiente estão entre as áreas de atuação prioritárias do Governo Federal para promover a inclusão social e reduzir as desigualdades sociais e regionais existentes.

Embora o acesso a condições adequadas de habitação e saneamento sejam direitos sociais mínimos da população e o transporte coletivo seja considerado um serviço público essencial, de acordo com a Constituição, as condições de moradia, acesso a serviços de saneamento básico e equipamentos urbanos e a mobilidade e acessibilidade da população brasileira ainda são bastante precários, principalmente entre a população de baixa renda.

Nesse contexto, a criação do Ministério das Cidades, em janeiro de 2003, constituiu um fato inovador na política urbana recente, na medida em que propôs a superação dos recortes setoriais de habitação, saneamento e transporte e trânsito em prol de uma abordagem de desenvolvimento urbano integrado, que garanta a coordenação e a integração dos investimentos e ações empreendidos nas áreas urbanas.

Essa integração leva em consideração o uso e a ocupação do solo e reforça a participação social, a descentralização e fortalecimento dos municípios, consoante os princípios estabelecidos na Constituição de 1988, com vistas à diminuição das desigualdades sociais e à promoção da sustentabilidade ambiental das cidades brasileiras.

Para enfrentar os desafios urbanos, o Ministério das Cidades procurou retomar e ampliar os investimentos em habitação e infraestrutura urbana, com destaque para o saneamento ambiental. Os programas e ações existentes passaram por uma racionalização, com

a eliminação de redundâncias de programas em vários Ministérios, como foi o caso do saneamento, e rebaixamento das faixas de renda beneficiadas pelos programas, como foi o caso da habitação.

A meta para a área de saneamento básico é de, pelo menos, dobrar a média anual dos investimentos realizados nos últimos 9 anos. Desde o início do atual Governo até o presente momento foram contratados ou estão em fase final de contratação investimentos em saneamento básico no valor de R\$ 4,4 bilhões. Na área de habitação, em 2003, foram contratados R\$ 5,1 bilhões provenientes de diversas fontes e, em 2004, os recursos orçados cresceram 66% em relação ao ano anterior, atingindo um total de R\$ 8,8 bilhões.

O grande desafio da política habitacional é priorizar efetivamente o atendimento das necessidades habitacionais da população de baixa renda, já que a maior parte dos recursos disponíveis para investimento em habitação é oriundo de fontes onerosas, com destaque para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. Isso exigiu mudanças em alguns programas como o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social-PSH e Programa de Arrendamento Residencial-PAR, além da criação de novos, como o Programa Especial de Habitação Popular-PEHP e o Programa de Crédito Solidário-PCS.

No tocante aos investimentos, há uma forte determinação de focar a aplicação dos recursos disponíveis para a habitação provenientes das diversas fontes de financiamento para o atendimento de famílias com rendimento bruto até 5 salários mínimos, faixa de renda no qual se concentram os déficit habitacionais quantitativo e qualitativo.

Para combater os principais problemas existentes nas cidades brasileiras foram definidas como prioritárias para 2005 na área de desenvolvimento as ações de:

- Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil) e Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas do Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, que têm por meta física beneficiar 120 mil famílias em 2005;
- Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda, dentro do Programa de Habitação de Interesse Social, cujos recursos, deverão compor o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS (em tramitação no Congresso Nacional), servirá de subsídio ao financiamento para a construção de unidades habitacionais destinadas a atender mais de 5 mil famílias com renda bruta até 3 salários mínimos em 2005;
- Apoio a Projetos de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano, do programa de Mobilidade Urbana, que planeja apoiar 30 projetos em 2005, aliada ao Programa de Barateamento das Tarifas, que visa a redução dos custos do

transporte coletivo urbano para o usuário final, através da diminuição de impostos, taxa de gerenciamento, encargos trabalhistas e gastos com combustíveis;

- As ações contidas nos programa de Saneamento concentram-se predominantemente na Região Nordeste e nas periferias das áreas metropolitanas, devendo atender aproximadamente 50 mil famílias, além de 87 projetos de apoio para o fortalecimento Institucional dos municípios e elaboração de seus projetos básicos no setor de saneamento.



V - Receita

O total das Receitas Orçamentárias previstas para o exercício de 2005 é de R\$ 1.616,6 bilhões, sendo R\$ 1.335,6 bilhões do Orçamento Fiscal, R\$ 245,1 bilhões do Orçamento da Seguridade Social e R\$ 35,8 bilhões do Orçamento de Investimento. Deste total, R\$ 935,3 bilhões correspondem à emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, destinados ao refinanciamento da Dívida Pública Federal, Interna e Externa Mobiliária, as quais não afetam o nível global de endividamento do Governo Federal, pois representam somente a explicitação orçamentária da rolagem das amortizações da dívida.

As receitas federais são divididas em dois grandes grupos: as Receitas Não-Financeiras e as Financeiras. As Receitas Não-financeiras podem ser subdivididas em "Receitas Administradas pela Secretaria da Receita Federal", "Receita Líquida do INSS", "Concessões", "Dividendos", "Contribuição para o Salário-Educação", "Próprias" e "Demais Receitas". Por outro lado, as Receitas Financeiras são aquelas que não constam da apuração do resultado primário, como as derivadas de aplicações no mercado financeiro ou da rolagem e emissão de títulos públicos, assim como as provenientes de privatizações.

Receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Composição da Receita Total

Discriminação	Realizado/03		Reprog 2004		PL 2005	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
I. RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	357,8	23,62	410,6	24,71	457,4	24,73
I.1 Receita Administrada	242,9	16,03	281,0	16,76	302,3	16,34
I.1.1. Imposto de Importação	8,1	0,54	8,4	0,50	10,0	0,54
I.1.2. IPI	17,9	1,18	21,1	1,26	23,3	1,26
I.1.3. Imposto de Renda	83,6	5,52	87,5	5,22	94,2	5,09
I.1.4. IOF	4,4	0,29	5,2	0,31	5,4	0,29
I.1.5. COFINS	59,4	3,92	79,1	4,71	83,7	4,53
I.1.6. PIS/PASEP	17,1	1,13	20,1	1,20	21,3	1,15
I.1.7. CSLL	16,2	1,07	18,8	1,12	20,7	1,12
I.1.8. CPMF	23,0	1,52	25,9	1,55	28,2	1,53
I.1.9. CIDE - Combustíveis	7,5	0,49	8,1	0,48	8,3	0,45
I.1.10. Outras Administradas SRF	3,2	0,21	3,5	0,21	3,7	0,20
I.1.11. REFIS	2,5	0,16	3,4	0,20	3,4	0,18
I.2. Arrec. Líquida INSS	80,7	5,33	93,2	5,56	107,7	5,82
I.3. Receitas Não Administradas	32,7	2,16	34,7	2,29	45,5	2,46
I.3.1. Concessões	0,4	0,03	0,3	0,02	0,6	0,03
I.3.2. Dividendos	3,8	0,25	3,4	0,20	4,2	0,23
I.3.3. Cont. Plano de Seg. do Servidor	2,1	0,14	1,7	0,10	4,2	0,23
I.3.4. Cota-Parte de Compensações Financeiras	10,9	0,72	11,7	0,70	15,7	0,85
I.3.5. Demais Receitas	6,1	0,40	6,8	0,41	9,0	0,49
I.3.6. Receita Própria (fontes 50 & 81)	5,4	0,36	6,2	0,37	6,8	0,37
I.3.7. Salário-Educação	4,0	0,26	4,6	0,28	5,1	0,27
I.4. FGTS	1,7	0,11	2,0	0,12	2,2	0,12
I.5. Incentivos Fiscais	-0,2	-0,01	-0,3	-0,02	-0,3	-0,01
II. RECEITAS FINANCEIRAS	508,4	33,56	1.042,1	62,19	1.123,4	60,73
II.1. Refinanciamento da Dívida	370,3	24,44	852,4	50,87	935,3	50,56
II.2. Emissão de Títulos	51,7	3,41	106,9	6,38	94,6	5,11
II.3. Operações Oficiais de Crédito	26,5	1,75	34,9	2,08	44,4	2,40
II.4. Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	18,2	1,20	18,9	1,13	20,0	1,08
II.5. Demais	41,7	2,75	29,0	1,73	29,1	1,58
III. RECEITA TOTAL (I + II)	866,2	57,18	1.452,7	86,69	1.580,8	85,46

Receitas Administradas pela Secretaria da Receita Federal - SRF

A previsão das Receitas Administradas pela Secretaria da Receita Federal para o exercício de 2005 é de R\$ 302,3 bilhões. Na projeção foram aplicados os parâmetros macroeconômicos estimados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda sobre a base do exercício corrente, composta pela soma dos valores arrecadados até julho, excluídas as receitas extraordinárias, e dos estimados de agosto a dezembro.

Entre os parâmetros destacam-se, quanto ao efeito sobre a arrecadação prevista para 2005, o crescimento real da economia, 4%, a inflação média medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, 5,38%, e pelo Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna - IGP-DI, 7,28%, a taxa média de câmbio Real/Dólar Norte Americano, R\$ 3,16/US\$, a taxa de juros "over" média, 13,47% ao ano, e a variação da massa salarial nominal, 9,09%.

É importante frisar que no atual exercício o Governo adotou medidas de desoneração tributária, especialmente sobre bens de capital e poupança de longo prazo, com o objetivo de fomentar o investimento e, por conseguinte, aumentar as possibilidades de crescimento sustentável.

Entre as medidas legais, destacam-se a Medida Provisória nº 206, de 6 de agosto de 2004, que reduziu as alíquotas do imposto de renda na fonte, dos investimentos em renda fixa com aplicações superiores a doze meses e dos investimentos em ações e suspendeu a cobrança de parte significativa dos impostos incidentes sobre máquinas e equipamentos destinados a portos e o Decreto nº 5.173, de 6 de agosto de 2004, que diminuiu as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados que recaem sobre bens de capital. As medidas estão discriminadas no quadro a seguir:

Principais Medidas de Redução da Carga Tributária para o ano 2005 (a preços 2005)

Medidas		R\$ Milhões 2005
1) Redução de alíquota do IPI sobre bens de capital (Dec. nº 5173/04)		(459)
I.P.I. - Vinculado à importação		(146)
I.P.I. - Outros		(313)
2) Redução de alíquota do IOF sobre seguros de vida (Dec. nº 5172/04)		(118)
I.O.F.		(118)
3) Alíquota zero de PIS/COFINS para produtos relacionados (Lei nº 10.925/04)		(3.692)
COFINS		(3.061)
PIS/PASEP		(631)
4) alíquota zero de PIS/COFINS sobre receitas financeiras (Dec. nº 5164/04)		(123)
COFINS		(99)
PIS/PASEP		(24)
5) receitas decorrentes das atividades econômicas relacionadas permanecem no regime de não cumulatividade do PIS/COFINS (Art. 10 da Lei nº 10.833/04 com redação da Lei nº 10.865/04)		(824)
COFINS		(707)
PIS/PASEP		(117)
6) alongamento do prazo e redução de alíquota incidente sobre aplicações financeiras (MP nº 206/04)		(1.917)
I.R.R.F. CAPITAL		(1.917)
7) mudança na sistemática de tributação dos planos de benefícios previdenciários		(450)
I.R.P.J.		(450)
TOTAL		(7.583)

Outras Receitas Não-Financeiras

Arrecadação Líquida do INSS

A previsão de Arrecadação Líquida do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é de R\$ 107,7 bilhões para 2005, 9,85% superior em termos reais (INPC-IBGE), à estimada para 2004 na 3ª Avaliação Bimestral. Parte dessa receita é originária de medidas de combate à sonegação e de recuperação de crédito implementadas pelo Ministério de Previdência Social - MPS.

Esse conjunto de medidas que está sendo preparado pelo Ministério da Previdência Social, a ser implantado já em 2004, possibilitará um expressivo ganho nos processos e intensificará o combate às fraudes, tanto na arrecadação quanto na concessão e cessação de benefícios. Dentre as medidas, destacam-se os novos processos de gerenciamento de riscos do sistema da Previdência Social que possibilitarão cruzamentos de informações a fim de sinalizar possíveis fraudes contra o sistema.

Em 2005 será dada continuidade às ações voltadas ao aparelhamento e fortalecimento institucional da área previdenciária, com foco na fiscalização da arrecadação e representação jurídica, que possibilitarão uma atuação mais ágil do INSS no exercício de suas atribuições e no cumprimento das metas de arrecadação.

Compensações Financeiras

A previsão de arrecadação das receitas de Compensações Financeiras totaliza R\$ 15,7 bilhões para 2005, representando 0,85% do PIB. Esse valor inclui R\$ 10,0 bilhões a serem transferidos para os Estados e Municípios por determinação legal. Os principais parâmetros utilizados na projeção destas receitas são a taxa de câmbio, o volume de produção e o preço do petróleo e gás natural, variáveis que afetam diretamente os royalties e a participação especial devidos pela produção de petróleo ou gás natural.

Destacam-se as receitas oriundas dos royalties do petróleo e da participação especial, que atingem, respectivamente, os valores de R\$ 6,9 bilhões e R\$ 7,0 bilhões, representando 88,4% das receitas de Compensações Financeiras.

Ressalte-se, ainda, que o Projeto de Lei no 7.188, de 2002, em tramitação no Congresso Nacional, desvincula, parcialmente, no exercício de 2003 e subsequentes, a aplicação dos recursos dos royalties do petróleo e da participação especial pertencentes à União, mantidas as vinculações aos respectivos Ministérios e ao Comando da Marinha. Essa desvinculação totaliza, para 2005, R\$ 0,6 bilhão.

Dividendos

A receita de Dividendos atinge o montante de R\$ 4,2 bilhões, o que representa uma participação em relação ao PIB de 0,23%, destacando-se a Petrobrás, a Caixa Econômica Federal, o BNDES e o Banco do Brasil, pois atingem, respectivamente, os valores de R\$ 1,6, R\$ 0,7, R\$ 0,5 e R\$ 0,3 bilhão.

Contribuição para o Salário-Educação

A receita oriunda de Contribuição para o Salário-Educação, prevista para 2005, é de R\$ 5,1 bilhões, o que representa uma participação de 0,27% no PIB. O parâmetro utilizado na projeção desta receita é a massa salarial, cuja variação média em relação ao ano anterior é estimada em 9,09%.

Concessões e Permissões

A previsão de arrecadação dos recursos de Concessões e Permissões totaliza R\$ 0,6 bilhão para o exercício de 2005. Desse total, R\$ 259,0 milhões, referem-se à receita de bônus de assinatura de novos contratos de concessão para atividades de exploração de petróleo ou gás natural e R\$ 132,0 milhões, à receita de pagamento pela retenção de área para a exploração ou produção de petróleo ou gás natural.

Recursos Próprios Não-Financeiros

Os Recursos Próprios Não-Financeiros distinguem-se dos demais recursos pelo fato de o valor arrecadado ser fundamentalmente dependente do esforço desenvolvido pelos órgãos e entidades vinculadas, e não de sua atribuição legal. Compreendem as fontes de recursos 50 - Recursos Próprios Não-Financeiros e 81- Recursos de Convênio.

Entre os tipos de receita que compõem a fonte 50, há aquelas originárias do processo produtivo. Em 2005, todo acréscimo dessas receitas em relação ao exercício de 2004, obtido por órgão ou unidade orçamentária a eles retornará para alocação nas despesas do processo produtivo na forma de ampliação do orçamento. Como exemplo, cita-se as Indústrias Nucleares do Brasil S.A, entidade vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, que estima um acréscimo de receitas originárias da venda de combustível nuclear no valor de R\$ 12,5 milhões, que será adicionado aos valores disponíveis da entidade e utilizado para financiar as despesas com a fabricação desses combustíveis.

Essa medida, além de ampliar a qualidade do processo de alocação dos recursos orçamentários, constitui-se em incentivo para a aplicação das receitas produtivas, uma vez que garante às entidades governamentais o retorno dos ganhos de receita obtidos.

Para o exercício de 2005, estima-se a receita de Recursos Próprios Não-Financeiros em R\$ 6,8 bilhões, dos quais R\$ 0,6 bilhão vincula-se a despesas que contribuem para a geração da própria receita, destacando-se entre os parâmetros que influenciam essa previsão, a variação esperada do PIB e do IGP-DI.

Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público

Para essa receita foram considerados os efeitos da Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004, que, ao regulamentar a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, elevou a contribuição patronal para 22%. Cumpre ressaltar que para 2005 estima-se que o recolhimento com a contribuição dos inativos alcançará R\$ 1,1 bilhão, já considerado o efeito da elevação do limite de isenção dos contribuintes.

Demais Receitas Não-Financeiras

A previsão de arrecadação das demais receitas não-financeiras totaliza R\$ 9,0 bilhões para o exercício de 2005. Desse total, destacam-se a Contribuição para o Custeio das Pensões Militares com R\$ 1,1 bilhão, a Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante, também com R\$ 1,1 bilhão e os Honorários Advocatícios com R\$ 0,2 bilhão.

Receitas Financeiras

A estimativa das Receitas Financeiras para o exercício de 2005 atinge o valor de R\$ 1.123,4 bilhões, o que equivale a 71,1% do total da receita prevista para o orçamento do ano seguinte. Do montante estimado para as receitas financeiras, R\$ 935,3 bilhões, ou 83,3%, correspondem a emissão de títulos do Tesouro Nacional para o refinanciamento da dívida pública federal e R\$ 94,6 bilhões, ou 8,4%, à emissão de títulos do Tesouro Nacional destinados a outras aplicações.

As demais receitas financeiras alcançam R\$ 19,7 bilhões, o que significa 1,20% do total das receitas financeiras. Cabe destacar ainda os recursos decorrentes dos retornos das Operações Oficiais de Crédito, os provenientes da remuneração do saldo diário dos depósitos da União existentes no Banco Central do Brasil, os resultados positivos do Banco Central operados em seus balanços semestrais e os ingressos de operações de crédito, os quais atingem, respectivamente, R\$ 44,4 bilhões, R\$ 20,0 bilhões, R\$ 3,2 bilhões e R\$ 6,2 bilhões.

A definição dos limites de investimento levou em consideração a efetiva capacidade de geração de recursos de cada empresa estatal federal, mediante a avaliação de suas propostas, e de compatibilização dos seus dispêndios globais. Os programas e ações propostos têm, assim, suas fontes de recursos asseguradas, ficando afastada a possibilidade de utilização de recursos a definir ou a aplicação de empréstimos de curto prazo para investimentos.

As fontes de financiamento dos investimentos discriminadas a seguir, indicam que apenas 16% destes são financiados por operações de créditos, junto ao sistema financeiro.

Receitas do Orçamento de Investimento

Fontes de Financiamento do Orçamento de Investimento

R\$ milhões	
Descritores de Fontes	PLO 2005
Recursos Próprios	27.299
Geração Própria	27.299
Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	392
Tesouro - Direto	143
Controladora	249
Operações de Crédito de Longo Prazo	5.832
Internas	1.087
Externas	4.745
Outros Recursos de Longo Prazo	2.295
Controladora	1.095
Outras estatais	1.039
Outras fontes	161
Total	35.818

Transferências Constitucionais e Legais

As Transferências Constitucionais e Legais por repartição de receitas constantes da Proposta Orçamentária para 2005, calculadas sob o regime contábil de competência, atingem o valor de R\$ 70,5 bilhões, registrando incremento nominal de 11,2% em relação à reprogramação para 2004. A variação ocorrida explica-se pelo aumento da receita dos Imposto sobre a Renda, do Imposto sobre Produtos Industrializados e da Contribuição para o Salário-Educação, além da mudança de 25% para 29% do percentual a ser transferido da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre petróleo e seus derivados, gás natural e álcool carburante, de acordo com a Emenda Constitucional nº 44, de 30 de junho de 2004.



VI - Pessoal e Encargos Sociais

Este Governo vem promovendo um amplo processo de recuperação de sua capacidade institucional, mediante a proposição de reformas; reestruturação de diversos órgãos; a definição de quadros de pessoal, especialmente das nove agências reguladoras; e a criação de cargos efetivos nas áreas de atuação estratégica do Estado, para reforço em segurança pública, saúde, educação, formulação de políticas públicas e gestão governamental, entre outros.

Pessoal e Encargos Sociais

Fica claro o comprometimento do Governo em selecionar pessoal qualificado para compor esses quadros, evidenciado pelo expressivo número de ingressos havidos no período 2003-2004, mediante a realização de concursos que permitiram à Administração Pública recuperar sua força de trabalho em mais de 40.000 novos servidores. O número é expressivo comparado com os ingressos ocorridos no período 1994 - 2002, mas ainda está bastante aquém do necessário para suprir o déficit institucional, pois, no decorrer dos últimos anos, houve considerável número de aposentadorias, além do fato de que boa parte da força de trabalho está sendo composta por pessoal terceirizado, o que contraria os preceitos constitucionais mais afetos à instituição do sistema do mérito.

Desde o ano passado, vem-se tentando corrigir as distorções identificadas no perfil dos servidores ativos, principalmente em relação à concentração verificada nas atividades de suporte administrativo ou de nível intermediário, na medida em que são promovidos concursos públicos para cargos de nível superior, de caráter mais finalístico, em consonância com a divisão de tarefas entre os três níveis da Federação definida pela Constituição de 1988.

Além disso, como a maior parte das descrições dos cargos atualmente existentes refere-se a atribuições muito específicas, próximas às de profissões regulamentadas como: motorista, datilógrafo, artífice, contado e bombeiro, dentre outras; ou tem requisitos de ingresso que já não correspondem à regulamentação vigente ou à necessidade das instituições, à exemplo do técnico de fisioterapia de nível médio, considera-se oportuna a gradual substituição desses cargos, a partir de sua extinção ou seu não-provimento, por outros cujas atribuições são mais amplas e mais apropriadas às atividades desempenhadas no âmbito do Estado, em virtude da necessidade de incorporar igualmente os avanços no padrão tecnológico dos últimos anos.

O ingresso de servidores, por si, não é suficiente para a recuperação da capacidade institucional do Estado - há que se investir, pesadamente, no desenvolvimento e na profissionalização dos servidores públicos federais, o que este Governo vem promovendo, fortemente os cursos oferecidos pelas Escolas de Governo, principalmente no que se refere ao desenvolvimento pessoal, técnico e gerencial dos servidores públicos.

As ações relativas à constituição de quadros de pessoal, ingressos e política remuneratória do servidor público demonstram o interesse

do Governo em atrair e reter pessoal qualificado. Entre outras, as medidas tomadas no período 2003-2004 no que concerne ao caráter remuneratório mostram preocupação em reforçar a agenda do sistema meritocrático, mediante a instituição de gratificação por desempenho, reestruturação de carreiras e revisão de remunerações e de gratificações no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e no Ministério Público da União.

Para o exercício de 2005, o Orçamento prevê gastos da ordem de R\$ 97,1 bilhões para pagamento de pessoal ativo, inativos e pensionistas da União. O crescimento dessa despesa, de 10,6% em relação à projeção do total da despesa para o exercício de 2004, deve-se à concessão de reajustes e às novas contratações ocorridas neste exercício. Os gastos do Poder Legislativo representam 4,6% do total, do Poder Judiciário e Ministério Público da União, 14,5% e do Poder Executivo 80,9%. No que concerne ao Poder Legislativo, estão reservados R\$ 91,7 milhões para nomeação de novos servidores, objetivando complementar o quadro de pessoal da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União. Entre as dotações reservadas para o Legislativo, foi considerada a implementação dos planos de carreira concedidos aos servidores do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União, obedecidos os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

No âmbito do Poder Judiciário, merece destaque a aprovação de leis que concedem reajustes e promovem adequação nos planos de carreira dos servidores daquele Poder e do Ministério Público da União, bem como a contínua criação de Varas, com o objetivo de garantir que maior número possível de cidadãos brasileiros tenham acesso à Justiça. Os efeitos financeiros decorrentes da aprovação das mencionadas leis podem ser percebidos a partir de 2004. Porém, é importante esclarecer que o impacto orçamentário anual desses planos consta da Proposta Orçamentária para 2005.

No âmbito do Poder Executivo pretende-se dar continuidade à revisão das estruturas salariais dos cargos e carreiras. A Proposta Orçamentária para 2005 destina mais de R\$ 1 bilhão com objetivo de prosseguir com essa revisão em algumas categorias funcionais.

Os recursos reservados para as despesas com nomeações, novas contratações, revisões remuneratórias e remanejamentos de cargos e funções, no âmbito do Poder Executivo, estão alocados em ações específicas no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Em continuidade às ações anteriormente descritas e em cumprimento ao art. 85 da Lei no 10.934, de 11 de agosto de 2004 - (LDO 2005), o Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária para 2005, apresenta o detalhamento, os limites financeiros e os quantitativos no âmbito dos Poderes, das autorizações para a concessão de vantagens, admissão de novos profissionais, criação de cargos, empregos e funções e alterações na estrutura remuneratória de cargos e carreiras.



VII - Sistemas Previdenciários

O Governo Federal responde pela gestão do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, que atende aos trabalhadores da iniciativa privada, e pelo Regime Próprio dos Servidores Públicos da União.

O crescimento das necessidades de financiamento dos sistemas de previdência social do país nos últimos anos obriga a busca de medidas capazes de assegurar a sua sustentabilidade, especialmente para os exercícios corrente e próximo, em que os benefícios concedidos pelo RGPS entre os períodos de 1994 a 1997 estão sendo revisados. Além disso, o aumento real do salário mínimo, correspondente ao crescimento do PIB real per capita em 2004, já está sendo considerado nas projeções dos benefícios previdenciários. Para fazer frente a esse aumento, estão programadas medidas de combate às fraudes e à sonegação, o que deverá proporcionar aumento da arrecadação além daquele gerado pelo crescimento da economia e pelos reflexos da Emenda Constitucional no 40, de 2003.

Para o exercício de 2005, as projeções apontam um déficit conjunto de R\$ 60,8 bilhões, ou 3,3% do Produto Interno Bruto - PIB, sendo que R\$ 30,3 bilhões referem-se ao RGPS e R\$ 30,5 bilhões ao Regime Próprio dos Servidores Públicos da União.

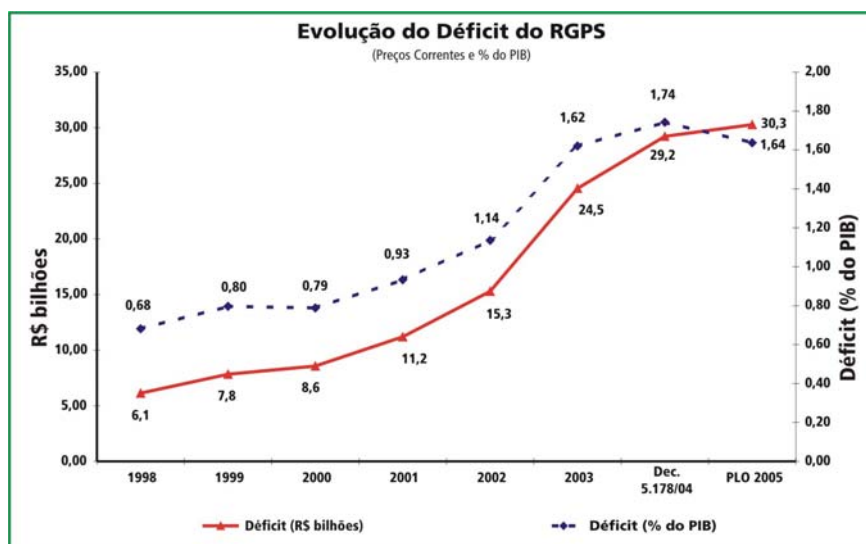
As receitas do Regime Geral de Previdência Social - RGPS sofrerão influência da recuperação da atividade econômica, das reformas obtidas com a aprovação da EC

no 40 e da reformulação da estrutura de arrecadação do Instituto Nacional de Seguridade Social para combater a sonegação e aumentar a capacidade de recuperação de créditos previdenciários. As despesas, por sua vez, serão fundamentalmente afetadas pela nova regra de correção do salário mínimo e pelo passivo previdenciário oriundo da revisão do valor dos benefícios concedidos entre fevereiro de 1994 a dezembro de 1997.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005 estabeleceu uma nova regra de recuperação do salário mínimo real, que além da reposição das perdas inflacionárias dada pelo INPC receberá também os frutos positivos do crescimento da economia em 2004, com a incorporação da variação da renda *per capita* real.

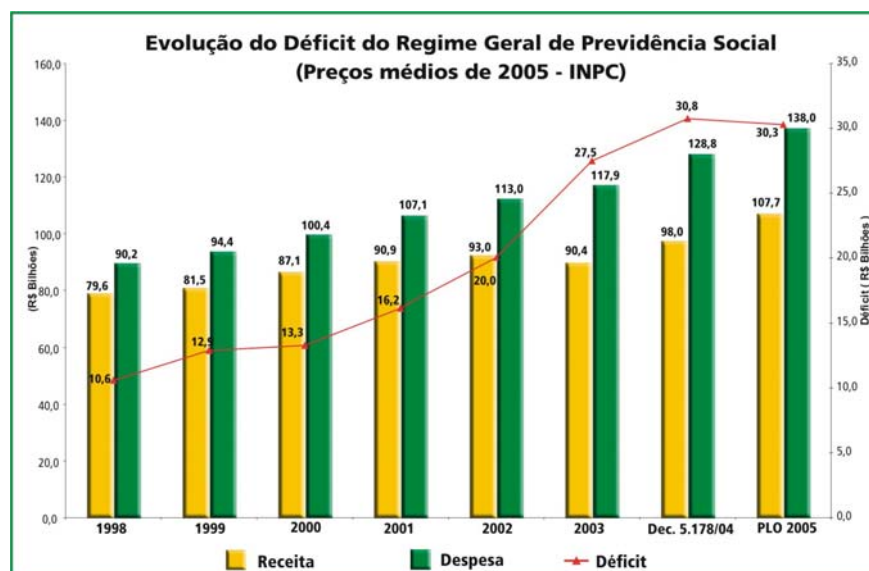
A revisão do valor dos benefícios concedidos entre março

Regime de Previdência do Setor Privado



de 1994 e fevereiro de 1997 terá um impacto significativo na Proposta Orçamentária de 2005, sendo R\$ 2,0 bilhões a título da incorporação de novos valores ao fluxo mensal de pagamentos e R\$ 3,0 bilhões para o pagamento da dívida do RGPS com cerca de 1,57 milhões de trabalhadores.

O Regime Geral de Previdência Social tem apresentado um déficit crescente nos últimos anos, como pode ser observado no gráfico a seguir. Em 2005, estima-se um déficit de R\$ 30,3 bilhões, que corresponde a 1,64% do PIB. No que diz respeito às receitas, a arrecadação líquida do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS apresenta, no período analisado, uma tendência de crescimento em termos reais. Em 2005, os seguintes fatores colaboram para que o déficit do INSS seja um pouco menor em termos nominais que o esperado para 2004: o impacto do ganho de receita decorrente da expectativa de crescimento da economia e a intensificação das ações de combate à sonegação e às fraudes.

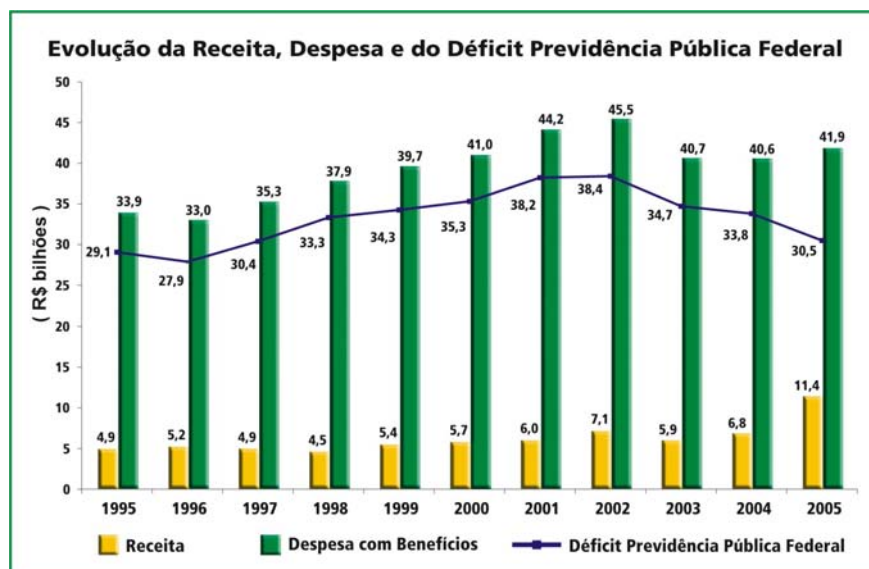


Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Quanto ao Regime Próprio de Previdência Social, cabe salientar que apresenta na programação o aumento da contribuição da União para o regime próprio de 11% para 22% da folha dos servidores civis, o aumento da faixa de isenção da contribuição sobre os inativos de R\$ 1.560,0 para R\$ 2.508,00, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal - STF, e a incorporação do abono de permanência que isenta os servidores com direito a aposentadoria a fim de estimulá-los a permanecerem em atividade.

A atual proposta orçamentária apresenta um déficit para

previdência pública federal bem menor em relação ao Produto Interno Bruto que o verificado no ano anterior. Esse resultado deve-se à mudança no percentual de contribuição do empregador de 11% para 22%. O déficit do regime próprio dos servidores federais continua bastante elevado: neste orçamento, será de R\$ 30,5 bilhões, representando 1,65% do PIB, conforme ilustrado no gráfico a seguir:





VIII - Dívida Pública Federal

Administração da Dívida Pública Federal

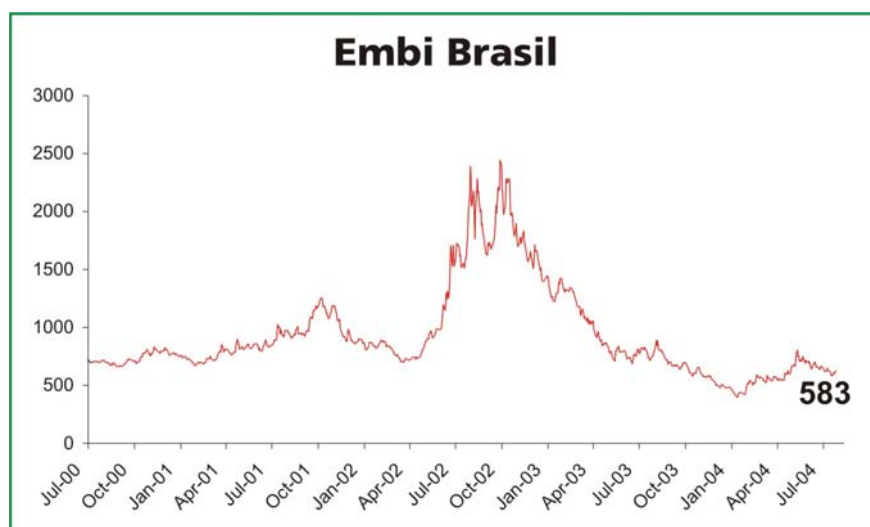
O desempenho da economia brasileira nos últimos meses reflete a consolidação das diretrizes de política econômica, baseadas na sustentação de uma política fiscal responsável e de uma política monetária empenhada no cumprimento das metas de inflação. O comprometimento com a questão fiscal - que se aprofundou, a partir do início do ano passado, com o estabelecimento de metas de superávit primário mais rigorosas - procurou, em última análise, garantir uma dinâmica de relação dívida/PIB compatível com a situação das contas públicas do País. Já do ponto de vista da política monetária, o comprometimento com o sistema de metas de inflação, demonstrado desde os primeiros dias do Governo, transmitiu ao mercado segurança em relação ao papel da estabilidade econômica no futuro do País.

O ano de 2004, por sua vez, vem se caracterizando, além da continuidade destas políticas, pelo aprofundamento das reformas que deverão significar a qualificação do ambiente institucional brasileiro, facilitando o funcionamento da economia como um todo e melhorando as condições de investimento no País. Estas reformas - que envolvem desde questões macroeconômicas, como a reforma da previdência social e regulamentação das Parcerias Público-Privadas, até aspectos micro-econômicos, como eliminações de distorções tributárias - contribuem diretamente para o desempenho da economia, uma vez que se constituem num fator de credibilidade e confiança no País.

Dentre as medidas de desoneração tributária, faz-se importante destacar as novas regras de tributação decrescente, que buscam incentivar aplicações de médio e longo prazo, por meio de tratamento tributário diferenciado. Tal iniciativa terá efeito positivo sobre o perfil da dívida pública, na medida em que a compra de títulos de maior prazo será estimulada. Dessa forma, no que se refere ao gerenciamento da dívida pública, as modificações auxiliarão o Tesouro Nacional, especialmente nas suas diretrizes de alongamento do prazo médio do estoque da dívida e de redução dos custos da DPMFi. Com relação a esta última diretriz, espera-se uma significativa redução no pagamento de juros, que poderá ser percebida já a partir de 2005.

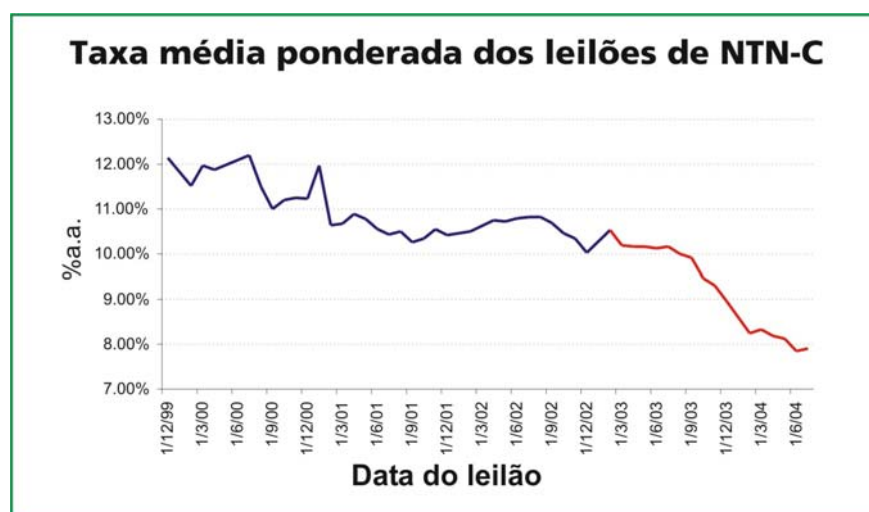
Ao se estabelecerem tais pilares, concomitantemente a uma melhora substancial nas contas externas, foi possível que os avanços obtidos na administração da dívida em 2003 fossem continuados com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Anual de Financiamento - 2004, notadamente, no que tange à substituição de parte dos títulos remunerados pela variação cambial e pela taxa Selic por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços, bem como ao desenvolvimento da estrutura a termo de taxa de juros. Essas diretrizes visam fornecer referencial claro dos objetivos da política de refinanciamento do Tesouro Nacional, sem, no entanto, imobilizar a sua administração em momentos em que seja necessária flexibilidade em relação à estratégia.

Para consecução dessas diretrizes, tem-se observado esforço contínuo do Tesouro Nacional no aprimoramento do mercado de títulos públicos, por meio da adoção de medidas que permitam a ampliação da liquidez dos títulos em mercado, a melhora do perfil da dívida pública e a correção rápida de divergências que possam desviá-la do caminho traçado no Plano para 2004. Dentre essas medidas, podemos destacar: (i) criação de referência (benchmarks) para títulos prefixados (Letras do Tesouro Nacional - LTN) e para títulos remunerados pela taxa SELIC (Letras Financeiras do Tesouro - LFT), por meio da concentração de emissões em pontos de mais longo prazo nas curvas dos títulos; (ii) operações de troca de títulos de curto prazo por mais longos; (iii) resgates antecipados de títulos prefixados e indexados a índice de preço; e (iv) manutenção de um saldo de caixa do Tesouro Nacional, o qual, ao transmitir segurança ao mercado quanto à capacidade de pagamento da dívida, contribui para reduzir seu custo médio, mesmo em momentos favoráveis.



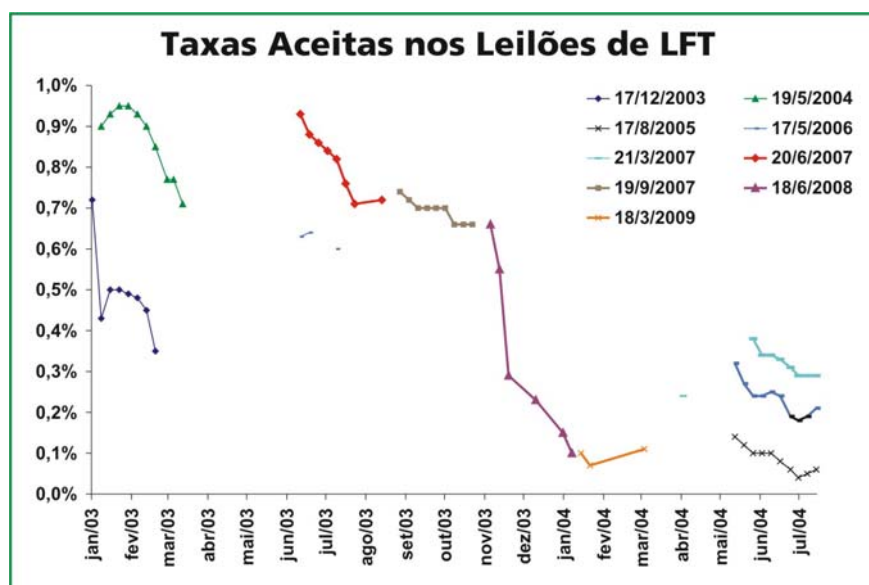
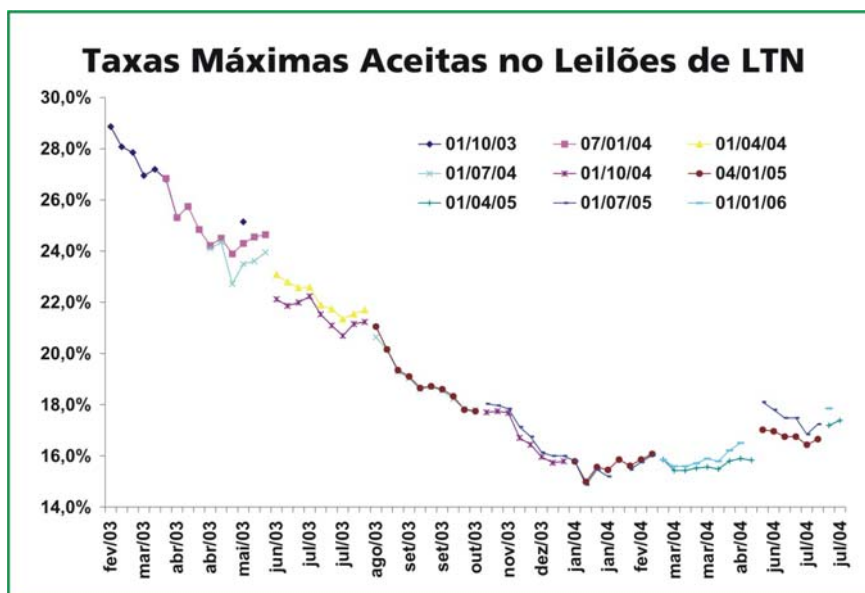
Os resultados desta combinação de fatores são visíveis na tendência de queda do risco país no período 2003/2004, e na conseqüente redução da pressão sobre as taxas de juros no médio e longo prazo, evidenciada pela trajetória decrescente das taxas dos leilões dos títulos indexados ao IGP-M, as Notas do Tesouro Nacional - Série C. Estes títulos, de prazos mais longos, tiveram a taxa média ponderada dos leilões reduzida de 10,53% a.a. em fevereiro de 2003, para 7,90% a.a.

em junho de 2004, conforme observado no gráfico a seguir.



Outro efeito dessa evolução está relacionado à capacidade do Tesouro Nacional em manter o curso da dívida pública em linha com o Plano Anual de Financiamento, após a volatilidade ocorrida

no mercado a partir do final do primeiro trimestre deste ano. Isto pôde ser observado inclusive no comportamento das taxas aceitas nas emissões dos títulos prefixados (LTN) e os remunerados pela taxa SELIC (LFT), que, após o aumento que se seguiu a um longo período de queda, retomaram sua trajetória declinante.

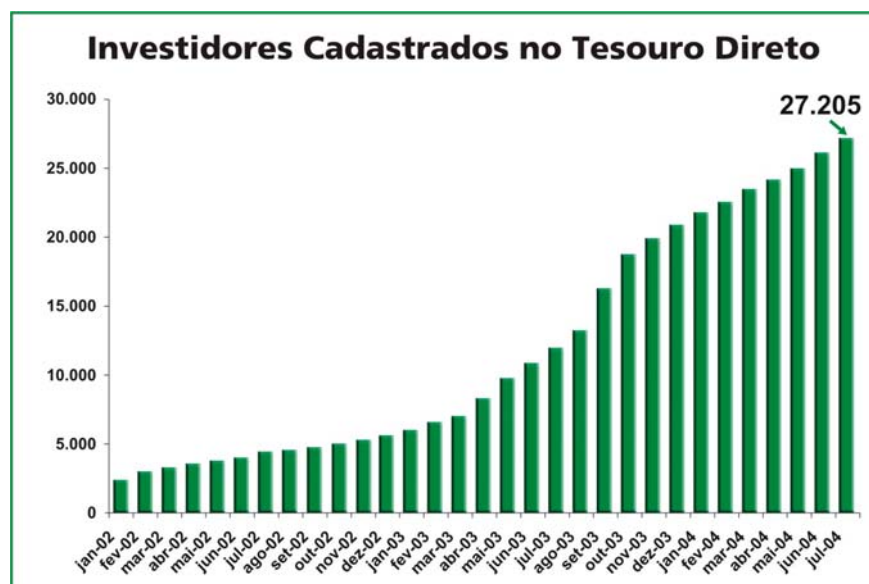
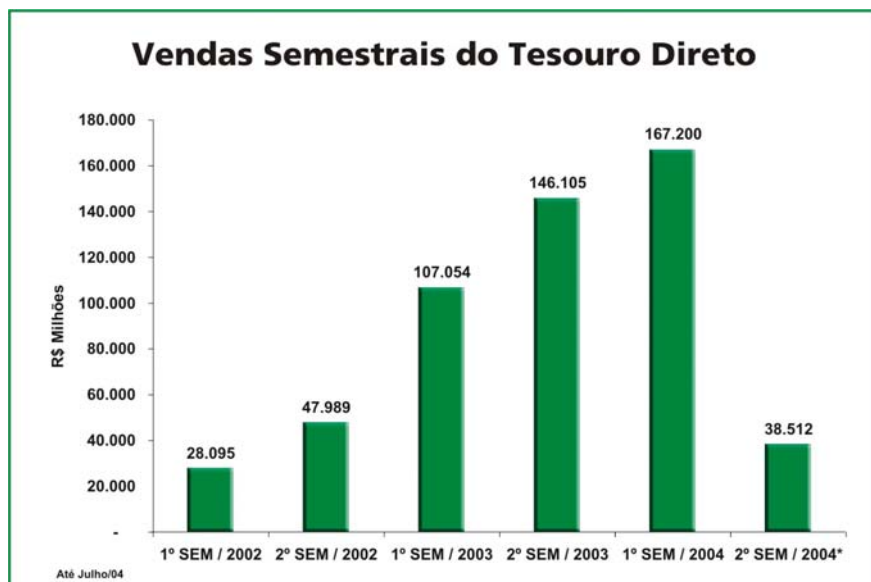


Efeito semelhante se deu em relação às emissões externas, quando a perspectiva de elevação da taxa de juros norte-americana restringiu as colocações dos países emergentes no mercado internacional. Neste contexto, o Governo Federal obteve êxito em dar continuidade ao programa de emissões para 2004, sem que isso tenha significado aumento expressivo no custo dos novos títulos, fazendo com que, até julho se tenha alcançado 81,8% do volume de emissões previsto no Plano de 2004 (US\$ 5,5 bilhões).

Destacam-se, por fim, algumas medidas adicionais adotadas pelo Tesouro Nacional, que contribuíram significativamente para o desenvolvimento desse novo ambiente institucional: (i) emissão de títulos com rentabilidade prefixada e cupom semestral de juros (NTN-F), visando desenvolver o mercado de títulos prefixados de prazo mais longo; (ii) implementação da Conta Investimento, com o objetivo principal de aumentar o volume de ativos negociados no

mercado secundário, propiciando o incremento da base de investidores; (iii) calendário regular de reuniões com representantes da previdência complementar (aberta e fechada) e de instituições financeiras (tais como ANBID, ANDIMA e FEBRABAN), buscando promover maior aproximação com investidores institucionais; iv) ampliação da base de investidores e incentivo a formação de poupança de longo prazo para pequenos investidores, por meio, dentre outros, das vendas de títulos públicos pela internet - programa Tesouro Direto.

Em particular, no que se refere ao Tesouro Direto, além de contribuir para a ampliação da base de investidores e a disseminação de informações sobre a dívida pública, o Tesouro Nacional buscou mudar a cultura dos poupadores, oferecendo alternativa de investimento a pequenos investidores que não viam os títulos públicos como um instrumento de poupança. Com isso, ao longo dos seus 28 meses de existência, o programa já ultrapassou a marca de R\$ 500 milhões vendidos (R\$ 533 milhões), 27.205 investidores cadastrados e 72 agentes de custódia habilitados, como pode ser observado nos gráficos a seguir:



Estratégia para Administração da Dívida Pública Federal

Assim como ocorreu ao longo dos últimos anos, o Tesouro Nacional tem utilizado o Plano Anual de Financiamento 2004 como um instrumento efetivo de gerenciamento da dívida pública, seguindo suas diretrizes, adotando as suas estratégias e buscando atingir as metas nele estabelecidas. Dessa forma, no segundo semestre deste ano, a administração da dívida continuará se valendo, dentro das condições oferecidas pelo mercado, da estratégia seguida no primeiro semestre.

No que tange particularmente às emissões externas, seguindo a política utilizada no primeiro semestre, que levou o Governo a alcançar mais de 80% do volume programado para o ano, espera-se completar o restante das emissões programadas para este ano, aproveitando-se de janelas de mercado que possibilitem captar os recursos, sem pressões sobre o custo da dívida.

Em termos de resultados, o que se espera, em linhas gerais, é o aumento do prazo médio do estoque da Dívida Pública Federal - DPF (interna e externa), bem como redução do percentual da dívida vincendo em 12 meses. Por outro lado, no que se refere à composição da DPF, em particular da dívida interna (DPMFi), espera-se crescimento da participação dos títulos prefixados e indexados a índices de preços, e redução nas parcelas correspondentes aos títulos remunerados pela Selic e referenciados/denominados em câmbio. O intervalo de variação para estes resultados é apresentado nas tabelas a seguir:

Resultados e Projeções 2003 e 2004
Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi

Indicadores	2003	Jun/04	2004	
			Mínimo	Máximo
Estoque da DPMFi em Mercado (R\$ Bilhões)	731,4	758,2	820,0	880,0
Prazo Médio da DPMFi (meses)	31,3	29,8	34,0	38,0
% Vincendo em 12 meses	35,3	42,3	30,0	35,0
Participação no Estoque da DPMFi (%)				
Prefixado	12,5	16,8	13,0	23,0
Selic	61,4	57,5	50,0	61,0
Índice de Preços	13,6	14,9	15,0	21,0
Câmbio	10,8	8,9	5,0	7,0
TR e Outros	1,8	1,8	1,0	3,0

Resultados e Projeções 2003 e 2004 Dívida Pública Federal - DPFe*

Indicadores	2003	Jun/04	2004	
			Mínimo	Máximo
Estoque da DPF em Mercado (R\$ Bilhões)	965,8	989,3	1.080,0	1.150,0
Prazo Médio da DPF (meses)	39,0	38,0	40,0	45,0
% Vincendo em 12 meses	30,7	35,1	26,0	32,0
Participação no Estoque da DPF (%)				
Prefixado	9,5	12,9	9,0	19,0
Selic	46,5	44,0	39,0	47,0
Índice de Preços	10,3	11,5	12,0	17,0
Câmbio	32,4	30,2	24,0	30,0
TR e Outros	1,4	1,4	1,0	3,0

* Inclui Títulos da Dívida Externa de responsabilidade do Tesouro Nacional

Tendo como base o processo gradual de alongamento e prefixação da dívida pública, as emissões de títulos públicos em mercado, para o exercício de 2005, serão realizadas por meio de oferta pública dos seguintes instrumentos: i) Letras do Tesouro Nacional (LTN) - títulos bullet com rentabilidade prefixada, ii) Letras Financeiras do Tesouro (LFT) - remunerados pela taxa Selic, iii) Notas do Tesouro Nacional - série C (NTN-C) - títulos indexados ao IGP-M, iv) Notas do Tesouro Nacional - série B (NTN-B), títulos indexados ao IPCA, e v) Notas do Tesouro Nacional - série F (NTN-F), títulos com rentabilidade prefixada e pagamento de cupom semestral.

Como instrumentos auxiliares para a administração da DPF, pretende-se manter a realização de leilões de recompra de títulos de curto prazo, para redução do risco de refinanciamento, de títulos de longo prazo, para estímulo à liquidez, além do resgate antecipado dos cupons das NTN-B, para ampliar a liquidez deste título no mercado. Buscar-se-á, também, realizar leilões de troca de títulos que vencem no curto prazo por outros mais longos, objetivando reduzir o risco de refinanciamento, aumentar a liquidez e auxiliar o alongamento do perfil da dívida pública.

No que diz respeito à maturação dos títulos do Tesouro Nacional na carteira do Banco Central do Brasil, foi considerado, para fins de estratégia, o refinanciamento integral dos vencimentos de principal (atualizado pela variação do IGP-M), por meio da emissão de títulos prefixados.

Emissões especiais também estão sendo programadas e poderão ocorrer para atender a diversos programas do Governo, dentre os quais, destacam-se: i) do Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público na Atividade Bancária (PROES), em razão de contratos anteriormente assinados e cujas condições de efetividade ainda não foram concluídas; ii) do pagamento de equalizações do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX); iii) do programa de reconhecimento de dívidas do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS); e iv) de securitização de dívidas diversas, ainda em fase de reconhecimento.

Objetiva-se também dar continuidade ao projeto de divulgação do Programa TESOUREIRO DIRETO, contribuindo para ampliar a base de investidores e promover a cultura de poupança de longo prazo. O significativo aumento das vendas de títulos (122,3% em julho/2004, quando comparado a julho de 2003) e do número de investidores cadastrados no Programa (27.205 em julho/2004 contra 11.992 no mesmo período de 2003), atestam a aceitabilidade do Programa.

No que tange à atuação do Governo Brasileiro no mercado financeiro internacional, o Tesouro Nacional dará continuidade à estratégia de captações externas implementada com sucesso nos últimos anos, tendo por diretrizes o alongamento de prazos, a redução de custos e o estabelecimento de uma curva de referência para os títulos brasileiros, principalmente nos mercados de euro e dólar.

Sob tal estratégia, pretende-se, ainda, dar continuidade, sempre que as condições de mercado permitirem, aos processos de recompra de títulos, minimizando as necessidades de refinanciamento do período, e de substituição da dívida externa reestruturada por títulos mais simples e convencionais, aproveitando oportunidades de mercado que permitam alcançar as diretrizes já mencionadas. Novos aportes financeiros por parte de organismos multilaterais de crédito também serão considerados, visando apoiar as reformas estruturais em curso e o financiamento de projetos prioritários do Governo.



IX - Agências Financeiras Oficiais de Fomento

(Instituições Financeiras)

Para 2005, as Agências Financeiras Oficiais de Fomento (Instituições Financeiras) reservaram R\$ 52,1 bilhões para aplicações em operações de crédito, no consolidado do Programa de Dispendios Globais. Esse resultado representa aumento do fluxo líquido das operações de crédito para o próximo exercício, envolvendo recursos de geração própria, de terceiros e do Tesouro Nacional (Fundos Constitucionais). Os recursos alocados representam apenas uma indicação, uma vez que os volumes de concessão de crédito são definidos periodicamente, de acordo com a política monetária do Governo Federal.

Não constam daquele total R\$ 7,3 bilhões referentes às transferências entre as empresas integrantes do Sistema BNDES.

As aplicações previstas pelas Agências de Fomento estão coerentes com as prioridades e metas da Administração Federal e com as disposições constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005. Respeitadas as especificidades de cada instituição, maior montante de recursos está sendo canalizado para financiar os setores de intermediação financeira, industrial, de serviços, rural, de habitação e outros. Em obediência às limitações legais, são também direcionados recursos para o financiamento de projetos a cargo da União, dos Estados e Municípios.

Em conformidade com a Lei no 10.934, de 11.08.2004 (LDO - 2005), dados detalhados sobre os valores relativos à aplicação dos recursos - por agência, Região, Unidade da Federação, setor de atividade, porte do tomador do empréstimo, fonte de recursos, recebimentos no período e saldos atuais - serão disponibilizados no conjunto das informações complementares a serem encaminhadas ao Congresso Nacional em até 15 dias após a remessa do Projeto de Lei Orçamentária.

O conjunto das Instituições Financeiras Federais conta, na proposta do Orçamento de Investimento para o exercício de 2005, com R\$ 3,4 bilhões destinados aos gastos com aquisição e manutenção de bens do Ativo Imobilizado.

Desse montante, cerca de R\$ 1,6 bilhão está reservado aos projetos que envolvem a instalação, modernização e manutenção de agências e postos de atendimento distribuídos por todo o território nacional.

Para aplicação em infra-estrutura de apoio, os recursos previstos para o conjunto das instituições financeiras são da ordem de R\$ 1,8 bilhão.

Do total de investimentos propostos para o exercício de 2005, as instituições Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal são responsáveis por dispendios correspondentes a 62% e 27%, respectivamente.

Aplicações em Operações de Crédito

Investimentos no Ativo Imobilizado



Anexo da Avaliação das Necessidades de Financiamento

Com a finalidade de garantir a redução gradual da relação Dívida Pública/PIB, mantendo a estabilidade de preços e criando condições favoráveis ao crescimento sustentado, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2005 fixou a meta de resultado primário de 3,15% para a União. Desse total 2,45% do PIB referem-se aos orçamentos fiscal e da seguridade social e 0,70% ao orçamento de investimento das empresas estatais, o que totaliza R\$ 45,3 bilhões e R\$ 12,9 bilhões, respectivamente.

Conforme exigido no art. 11 da LDO 2005, é apresentada adiante a avaliação das necessidades de financiamento do governo central, discriminando os principais itens de receitas e despesas que afetam a determinação da meta de resultado primário. A Tabela a seguir demonstra a evolução desses agregados, indicando os resultados primário e nominal do Governo Central observados na execução de 2003, na Lei Orçamentária e na reprogramação de 2004, e os implícitos no Projeto de Lei Orçamentária de 2005.

Resultados Primário e Nominal do Governo Federal

Discriminação	Realizado 2003		Lei 2004		Reprog 2004		PL 2005	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
I. RECEITAS PRIMÁRIAS	357,0	23,56	409,9	24,00	410,7	24,49	457,4	24,73
1. Receita Administrada	242,9	16,03	279,9	16,39	281,0	16,76	302,3	16,34
2. Arrec. Líquida INSS	80,7	5,33	92,6	5,42	93,2	5,56	107,7	5,82
3. Receitas Não Administradas	33,6	2,22	37,7	2,21	36,8	2,19	47,7	2,58
Concessões	0,4	0,03	0,4	0,02	0,3	0,02	0,6	0,03
Dividendos	3,8	0,25	3,6	0,21	3,4	0,20	4,2	0,23
Cota-Parte de Compensações Financeiras	10,9	0,72	11,6	0,68	11,7	0,70	15,7	0,85
Receita Própria	5,4	0,36	6,6	0,39	6,2	0,37	6,8	0,37
Demais Receitas	13,1	0,86	15,4	0,90	15,2	0,91	20,4	1,10
4. Incentivos Fiscais	-0,2	-0,01	-0,3	-0,02	-0,3	-0,02	-0,3	-0,01
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	56,9	3,76	64,3	3,76	62,3	3,71	69,9	3,78
1. Despesa Orçamentária	57,8	3,82	63,7	3,73	62,2	3,71	69,3	3,74
2. Subsídio Fundos Regionais	0,9	0,06	1,0	0,06	1,2	0,07	1,2	0,07
3. Ajuste Caixa / Competência	-1,8	-0,12	-0,4	-0,02	-1,1	-0,07	-0,5	-0,03
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	300,0	19,81	345,6	20,24	348,5	20,78	387,5	20,95
IV. DESPESAS	260,8	17,21	303,7	17,79	307,2	18,32	342,1	18,50
1. Pessoal e Encargos Sociais	75,8	5,00	80,1	4,69	83,3	4,97	90,3	4,88
Despesa Orçamentária	75,9	5,01	80,5	4,71	83,9		90,8	4,91
Ajuste Caixa / Competência	-0,1	-0,01	-0,4	-0,02	-0,7		-0,5	-0,03
2. Benefícios da Previdência	105,3	6,95	122,2	7,16	122,4	7,30	137,6	7,44
Despesa Orçamentária	107,7	7,11	123,1	7,21	123,4		138,6	7,49
Ajuste Caixa / Competência	-2,4	-0,16	-0,9	-0,05	-1,0		-1,0	-0,06
3. Despesas Obrigatórias Típicas do Ministério da Saúde	18,6	1,23	21,4	1,25	21,5	1,28	24,0	1,29
4. Despesas Obrigatórias Típicas do Ministério da Educação	1,9	0,12	2,1	0,12	2,1	0,12	2,9	0,16
5. Outras Despesas Obrigatórias	28,4	1,87	36,0	2,11	39,5	2,35	37,0	2,00
6. Discricionárias Poderes Legislativo/Judiciário/MPU	2,1	0,14	3,1	0,18	3,1	0,18	3,9	0,21
7. Discricionárias Poder Executivo	31,1	2,05	38,9	2,28	35,5	2,11	43,7	2,36
8. Parcela Primária da Reserva de Contingência							2,8	0,15
9. Ajuste Caixa / Competência	-2,5							
V. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-0,5	-0,04			-0,2	-0,01		
VI. PRIMÁRIO FISCAL E SEGURIDADE (III - IV + V)	38,7	2,56	41,8	2,45	41,1	2,45	45,3	2,45
VII. JUROS NOMINAIS	-100,9	-6,66	-85,1	-4,98	-75,1	-4,48	-80,3	-4,34
VIII. NOMINAL GOVERNO FEDERAL (VI + VII)	-62,2	-4,10	-43,3	-2,53	-34,0	-2,03	-35,0	-1,89
IX. PRIMÁRIO EMPRESAS ESTATAIS	9,6	0,63	12,0	0,70	11,7	0,70	12,9	0,70
X. PRIMÁRIO UNIÃO (VI + IX)	48,3	3,19	53,8	3,15	52,8	3,15	58,3	3,15

De acordo com o estabelecido na alínea "b", inciso III, do art. 11 da LDO, seguem também os parâmetros econômicos atualizados, que foram utilizados para a estimativa de cada segmento. Além disso, em atendimento ao inciso IV do mesmo art. 11, cumpre ressaltar que a responsabilidade pela apuração e divulgação dos resultados fiscais, para fins de cumprimento da meta ao final do exercício, é do Banco Central do Brasil - BACEN.

Metodologia de cálculo do resultado primário e nominal dos orçamentos fiscal e da seguridade social e os parâmetros utilizados

As Necessidades de Financiamento do Setor Público referem-se a uma metodologia consagrada internacionalmente para a avaliação de políticas fiscais, consistindo da soma entre o resultado primário do Setor Público Não-Financeiro e o pagamento de juros por competência. O resultado primário de um determinado ente, por sua vez, diz respeito à diferença entre receitas e despesas primárias, em um determinado período, e pode ser apurado por dois critérios: pela variação do nível de endividamento do ente durante o período considerado, ou pela soma dos itens de receita e despesa que geram o resultado. O primeiro critério, chamado "abaixo da linha", é calculado também pelo BACEN e considerado resultado oficial, por fornecer também o nível de endividamento final obtido com a geração do superávit/déficit primário. O segundo, denominado "acima da linha", possibilita o controle dos itens que compõem o resultado, sendo fundamental para a elaboração dos orçamentos e planejamento fiscal para um exercício financeiro.

A metodologia da necessidade de financiamento do setor público implícito nesta Proposta Orçamentária está condicionada à meta fiscal estabelecida na LDO 2005, que pressupõe um volume de receitas compatível com ela e com o montante de despesas necessárias para o funcionamento da máquina pública.

Dessa forma, são apresentadas adiante as metodologias das principais receitas e despesas constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2005, em valores correntes, sendo que os principais indicadores econômicos utilizados para as estimativas são os apresentados no quadro a seguir:

Parâmetros Econômicos 2004

PIB			Mercado de Trabalho - Var. média s/ ano anterior			
R\$ milhões	Variação Real	Deflator	Massa Salarial	Ocupação	PEA	Rendim. Nominal
1.849.755,3	4,00%	6,13%	9,09%	2,50%	2,90%	6,54%

Inflação - IGP/DI		Inflação - IPCA		Câmbio - Taxa Média	
Var. Média	Var. Acum.	Var. Média	Var. Acum.	Variação	R\$/US\$
7,28%	5,26%	5,38%	4,50%	4,40%	3,16

Receitas, exceto Previdência Social

Para a apuração do resultado são consideradas apenas as receitas primárias, excluindo-se as provenientes de privatização.

A composição de cada um dos itens que integram a receita primária é identificada a seguir:

Administradas: incluem os impostos e as principais contribuições, tanto sociais quanto de intervenção no domínio econômico, arrecadadas pela União e administradas pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda - SRF, com exceção daquelas diretamente arrecadadas pelos órgãos da administração pública. As estimativas dessas receitas são determinadas, primordialmente, pelo nível de atividade econômica e inflação.

Concessões: compõem-se de todas as permissões da União para que empresas privadas explorem determinados serviços, tais como os setores de telecomunicações, petróleo e energia elétrica. O valor programado para 2005 é calculado em função da expectativa de venda dessas permissões, conforme cronograma elaborado pelas respectivas agências reguladoras.

Dividendos: consideram-se as projeções de todos os pagamentos a serem efetuados pelas empresas estatais controladas pela União e pelas empresas em que a União tenha participação acionária, a título de remuneração do capital investido pelo Governo Federal.

Cota-Parte de Compensações Financeiras: compreende as parcelas recebidas pela exploração de petróleo, xisto, gás natural, recursos minerais e recursos hídricos para geração de energia elétrica, incluídos os royalties devidos pela Itaipu Binacional ao Brasil. Nesses casos, variáveis como o volume de produção e o preço internacional do barril de petróleo, a quantidade de energia gerada e seu preço são fundamentais para a estimativa dessas receitas.

Receitas Próprias: consideram-se nessa rubrica as receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos públicos da Administração direta ou indireta, em decorrência, principalmente, da prestação de serviços e de convênios. Assim como as receitas tributárias e de contribuições, são preponderantemente influenciadas pelo crescimento do PIB e inflação.

Demais Receitas: nesse grupo destacam-se o salário-educação, as pensões militares, as doações e outras taxas e contribuições vinculadas a diversos órgãos da Administração Pública Federal.

Incentivos Fiscais: parcela do imposto de renda pago por pessoas jurídicas que fizeram opção pela aplicação em projetos considerados prioritários para o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste e do Estado do Espírito Santo:

Fundos de Incentivos Fiscais - PLO 2005		R\$ milhões
Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR		155,0
Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM		111,4
Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - FUNRES		7,0
TOTAL		273,4

Transferências Constitucionais por Repartição de Receita

Integram esse item as transferências constitucionais e legais a Estados, Municípios e Distrito Federal; os Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste; o IOF ouro; o salário-educação; as compensações financeiras; as receitas da Contribuição de intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis (CIDE); as receitas de concursos de prognósticos e as transferências do Imposto Territorial Rural - ITR.

A metodologia empregada para mensuração do resultado primário requer que as despesas sejam apuradas pelo regime contábil de caixa, diferentemente das constantes do orçamento, as quais seguem o regime de competência. Para compatibilizar esses diferentes critérios, é necessário fazer um ajuste que, no caso dos Fundos de Participação, é estimado pela diferença entre os recursos arrecadados no último decêndio do mês de dezembro de 2004, repassados em 2005, e os de 2005, repassados em 2006. Esse ajuste está estimado em R\$ 0,6 bilhão para 2005.

Também é computada nesse item a estimativa do impacto primário dos financiamentos realizados com os recursos dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, calculada com base no custo de oportunidade da aplicação de tais recursos utilizando-se taxas de juros de mercado. Tal estimativa, que em 2005 perfaz R\$ 1,2 bilhão, é feita pela aplicação, sobre o patrimônio líquido de cada Fundo, da diferença entre a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e a taxa de retorno efetiva da carteira de financiamento, e reflete o montante de subsídios que são absorvidos pelos beneficiários desses Programas, incluindo taxas administrativas, rebates de juros e principal e outros benefícios previstos na legislação vigente.

Despesas, exceto Benefícios Previdenciários

Do lado das despesas, para apuração dos resultados primário e nominal, leva-se em conta apenas os gastos não-financeiros ou primários, que excluem os pagamentos de amortizações da dívida pública, assim como as despesas que geram créditos da União com terceiros, chamadas de despesas financeiras.

Consta no Projeto de Lei Orçamentária para 2005, em todas as categorias de programação de despesa, código identificador de sua natureza primária, conforme determinado no § 4o, do art. 7o da LDO 2005.

A composição de cada um dos itens de despesa primária é identificada a seguir:

Pessoal e Encargos Sociais: estão incluídos os dispêndios com pessoal civil e militar do Governo Central, incluindo ativos, inativos

e pensionistas, bem como os precatórios alimentícios fixados para o período. Engloba toda a despesa classificada no grupo de natureza de despesa "Pessoal e Encargos Sociais", exceto as despesas com encargos sociais da União para o Regime Próprio de Previdência, que passam a ser classificadas como despesa financeira. Assim como o item de Transferências Constitucionais, o valor dessa rubrica é ajustado para o regime de caixa, mediante incorporação da variação da folha de pagamentos do mês de dezembro dos exercícios financeiros de 2003 e 2004, haja vista que os valores empenhados e liquidados nesse mês (despesa orçamentária, por competência), serão pagos efetivamente apenas em janeiro do ano seguinte. A estimativa desse ajuste para 2005 é de R\$ 0,5 bilhão. Adicionalmente, cumpre ressaltar que no demonstrativo de resultado primário não está sendo computada, tanto na receita quanto na despesa, a contribuição patronal para o regime próprio de previdência dos servidores públicos, pelo fato de representar uma mera duplicação de valores, não interferindo no resultado fiscal.

Outras Despesas Não-Discrecionárias: excetuadas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios, constituem os pagamentos relativos aos programas de Seguro-Desemprego e Abono Salarial; Sentenças Judiciais; complementação da União ao FUNDEF; benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS; benefícios da Renda Mensal Vitalícia; indenizações relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO e outras despesas previstas no anexo de despesas obrigatórias da LDO 2004, inclusive os Subsídios e Subvenções no âmbito das Operações Oficiais de Crédito, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério de Minas e Energia. Também estão incluídos na apuração do resultado primário os impactos relativos à capitalização da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA no valor de R\$ 1.050,5 milhões e dos Fundos Constitucionais no valor de R\$ 630,0 milhões, oriundos do reprovisionamento das aplicações dessas entidades. No caso do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX está computado, além da parcela de equalização de taxas de juros (despesa primária obrigatória), o resultado líquido de R\$ 358,4 milhões entre desembolsos e amortizações a ser realizado no exercício de 2005.

Despesas Discrecionárias: classificam-se nessa rubrica as despesas primárias de execução não-obrigatória no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União. Para essas despesas, os Poderes possuem a discricionariedade de alocação das dotações orçamentárias de acordo com suas metas e prioridades. Atente-se que, caso seja necessária a limitação de empenho e movimentação financeira para o cumprimento da meta fiscal, essa limitação recairá sobre esse item de despesa, conforme estabelece o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, combinado com o art. 72 da LDO para 2005.

Por princípio, na elaboração orçamentária, assume-se que o float de despesas discrecionárias, assim como das outras despesas obrigatórias não mencionadas, seja nulo, admitindo-se que o

montante dessas despesas de exercícios anteriores a serem pagas em 2005 seja o mesmo de despesas de competência deste exercício a serem pagas em 2006.

Resultado do Regime Geral da Previdência Social

Arrecadação Líquida da Previdência: refere-se à arrecadação da Contribuição dos Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social, prevista no inciso I, alínea "a", e no inciso II do art. 195 da Constituição, deduzidos os valores transferidos a terceiros, principalmente aos órgãos do chamado sistema "S". Por ser uma contribuição que incide sobre folha salarial, tem como parâmetro mais importante para estimação o crescimento da massa salarial nominal, índice que varia em função da população economicamente ativa com carteira de trabalho assinada e do rendimento nominal médio desse grupo de trabalhadores, ambos apurados pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE.

Benefícios da Previdência: engloba todos os benefícios que compõem o Regime Geral de Previdência Social, como aposentadorias, pensões, demais auxílios e sentenças judiciais previstas para quitar o passivo decorrente da revisão do valor dos benefícios concedidos no período de março de 1994 a fevereiro de 1997. Os parâmetros que mais influenciam a estimativa para esses gastos são o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - do IBGE e o crescimento esperado do Produto Interno Bruto real per capita de 2004, que será utilizado para corrigir o valor real do salário mínimo. Vale ressaltar que foi utilizado o regime contábil de caixa no texto deste expediente.

Resultado Nominal do Governo Central

Para a apuração do resultado nominal, acrescentam-se as despesas líquidas totais com os juros nominais da dívida pública ao resultado primário. Essas despesas são apuradas pelo regime de competência e, na prática, correspondem ao componente financeiro das necessidades de financiamento do Setor Público.

Metodologia de cálculo das empresas estatais

Para a apuração do resultado primário das empresas estatais federais, não são considerados os dados do Programa de Dispêndios Globais - PDG das empresas Braspetro Oil Company - BOC, Braspetro Oil Services Company - BRASOIL, Fronape International Company - FIC, Petrobrás International Finance Company - PIFCo, Petrobrás Internacional Braspetro B.V. - PIB-BV, Petrobrás Netherlands B.V. - PNBV e 5283 Participações Ltda., todas do Grupo Petrobrás, que, por atuarem exclusivamente no exterior, não afetam os agregados macroeconômicos internos. Os dispêndios

das instituições financeiras estatais também não afetam o resultado fiscal, uma vez que, devido às suas características, o endividamento líquido desse conjunto de empresas não é computado no total da dívida líquida.

O resultado fiscal das empresas estatais federais considera o impacto do orçamento da Itaipu Binacional, devido à corresponsabilidade da União na liquidação de suas dívidas, embora seus dispêndios não sejam fixados pelos órgãos de coordenação e controle brasileiros.

Conforme Quadro a seguir, estima-se que as empresas estatais federais deverão gerar em 2005 superávit primário de R\$ 12,9 bilhões, equivalentes a 0,70% do PIB, valor compatível com o montante fixado no Anexo de Metas Fiscais, constante da Lei no 10.934, de 11 de agosto de 2004 (LDO - 2005).

Empresas do Setor Produtivo Estatal
Programa de Dispendios Globais - PDG - Exercício de 2005

Necessidade de Financiamento Líquido - NEFIL (acima da linha)

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (LDO/2005), art. 11, inciso VI

R\$ mil

Discriminação	PDG - Programação	
	R\$ milhões	% do PIB
I - RECEITAS TOTAIS	207.351	11,25
- Operacionais	188.398	13,25
. Venda de Bens/serviços	183.621	9,96
. Demais Operacionais	4.777	0,26
- Financeiras	5.906	0,32
- Demais Não-Operacionais	10.686	0,58
- Outras Receitas	2.168	0,12
- Transferências do Tesouro Nacional	193	0,01
II - DESPESAS TOTAIS	201.932	10,96
- Pessoal e Encargos Sociais	12.658	0,69
- Encargos Financeiros	10.204	0,55
- Outros Custeios	143.232	7,77
- Materiais e Produtos	38.466	2,09
- Serviços de Terceiros	20.004	1,09
- Tributos e Encargos Parafiscais	59.073	3,21
- Demais Custeios	25.689	1,39
- Investimentos	25.523	1,38
- Outros Dispendios de Capital	10.315	0,56
III - AJUSTE CRITÉRIO COMPETÊNCIA/CAIXA	3.755	0,20
- Variação de Contas a Pagar (vincendo)	5.513	0,30
- Variação de Contas a Receber (vincendo)	2.282	0,12
- Variação Receitas/Despesas Financeiras	524	0,03
IV - RESULTADO OPERACIONAL (I - II + III)	9.174	0,50
V - Juros Líquidos (Receita- Despesa)	(3.774)	(0,20)
VI - RESULTADO PRIMÁRIO (IV - V)	12.948	0,70

OBS.: Valores positivos = superávit

Para o cálculo do resultado operacional das empresas estatais, sob a ótica de regime de caixa, são consideradas apenas as receitas genuinamente arrecadadas pelas empresas. Por outro lado, são abatidas todas as despesas correntes e de capital, inclusive dispêndios com investimentos e exclusive as amortizações de operações de crédito. Para a apuração do resultado primário, são também excluídas as receitas e despesas financeiras.

Considerando que as receitas e despesas constantes do Programa de Dispêndios Globais - PDG das estatais estão expressas segundo o regime de competência, para o cálculo do resultado primário utiliza-se a rubrica "Ajuste Critério Competência/Caixa", na qual são identificadas as variações das rubricas "Contas a Receber" e "Contas a Pagar".

A obtenção do superávit primário das estatais está pautada, principalmente, na receita oriunda da venda de bens e serviços. Do total dessas receitas, estimadas para 2005 em R\$ 183,6 bilhões, o Grupo Petrobrás é responsável por 76% (R\$ 138,7 bilhões), seguido pelo Grupo Eletrobrás com 12% (R\$ 22,7 bilhões).

As demais receitas não-operacionais decorrem, basicamente, da alienação de bens, de aluguéis e outras receitas. Nessa rubrica está incluída a estimativa de ingresso de recursos para a Petrobrás holding, decorrente da conclusão de negócios relacionados a projetos a serem implantados em parceria com o setor privado, denominados Projects Finances.

As demais receitas referem-se aos ingressos de aportes de capital, bem como de outros recursos não resultantes da tomada de empréstimos e financiamentos.

Os gastos estimados com "Pessoal e Encargos Sociais" estão compatíveis com os valores previstos para o corrente ano e com os planos de cargos e salários de cada empresa.

A rubrica "Materiais e Produtos" indica a previsão de gastos com a aquisição de matérias-primas, produtos para revenda, compra de energia, material de consumo e outros. Do total previsto nessa rubrica para 2005, R\$ 38,5 bilhões, o Grupo Petrobrás é responsável por R\$ 24,7 bilhões (64%), que se destinam, principalmente, à aquisição de petróleo e derivados no mercado externo. O Grupo Eletrobrás, por sua vez, deverá gastar cerca de R\$ 12,9 bilhões, principalmente, na aquisição da energia elétrica produzida por Itaipu Binacional e por produtores independentes.

Os dispêndios com "Serviços de Terceiros" resultam da contratação de serviços técnicos, administrativos e operacionais e dos indiretos com pessoal próprio. O Grupo Petrobrás despenderá cerca de R\$ 12,3 bilhões, que representam aproximadamente 62% do total de gastos estimados em R\$ 20,0 bilhões. A maior parte desses dispêndios está vinculada à manutenção de equipamentos,

especialmente ligados à exploração e produção de petróleo nas plataformas marítimas.

Do total previsto para "Tributos e Encargos Parafiscais", R\$ 59,1 bilhões, cerca de 90% (R\$ 53,0 bilhões) são de responsabilidade do Grupo Petrobrás, em virtude da expectativa de recolhimento de tributos incidentes sobre a venda de combustíveis e outras receitas operacionais, bem como sobre rendimentos financeiros.

Nos "Demais Custeios", destacam-se o pagamento de royalties pelos Grupos Petrobrás e Eletrobrás, nos valores de R\$ 9,7 bilhões e de R\$ 367,1 milhões, respectivamente, e por Itaipu Binacional (R\$ 1,0 bilhão), além de aluguéis de plataformas e outras instalações.

Os investimentos, no montante de R\$ 25,5 bilhões, diferem do total consignado no Orçamento de Investimento, uma vez que, conforme mencionado no conceito de Necessidade de Financiamento Líquido - acima da linha, não são considerados os dispêndios das empresas BOC, Brasoil, FIC, PIFCo, PNBV, PIB-BV e 5283 Participações, do Grupo Petrobrás, bem como das instituições financeiras.

Na rubrica "Outros Dispêndios de Capital" estão incluídas as provisões para pagamento de dividendos pelas empresas estatais do setor produtivo (R\$ 6,7 bilhões), inversões financeiras em outras empresas (R\$ 1,8 bilhão) e operações de Projects Finances da Petrobrás (R\$ 1,5 bilhão).

Apesar do crescimento de R\$ 3,6 bilhões nos investimentos propostos para 2005, comparativamente ao limite fixado para o corrente ano, as empresas do setor produtivo estatal apresentam desempenho, em termos de Necessidade de Financiamento Líquido, superior em R\$ 1,2 bilhão ao previsto para 2004, graças aos ganhos de produtividade obtidos nos últimos anos, à redução do endividamento e à rígida administração dos gastos correntes.



Anexo dos Objetivos das Políticas Monetária, Creditícia e Cambial

A condução da política monetária em 2003 esteve vinculada ao compromisso fundamental de preservação da estabilidade de preços. Dessa forma, a atuação do Banco Central de reverter o quadro de intensas incertezas na economia brasileira no início do ano e fazer as projeções de inflação convergirem para metas estabelecidas, levou em consideração também os custos envolvidos em termos de perda de produto, o que ficou evidenciado quando a Autoridade Monetária atuou de forma a trazer a inflação ocorrida para a trajetória de convergência, desenhada na Carta Aberta encaminhada pelo Presidente do Banco Central ao Ministro da Fazenda em janeiro de 2003.

Nesse cenário, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu aumentar a meta para a taxa Selic de 25% a.a. em dezembro de 2002, para 25,5% a.a. em janeiro de 2003, e para 26,5% a.a. em fevereiro, mantendo-a nesse patamar até junho. Em fevereiro, o Banco Central decidiu aumentar também a alíquota de recolhimento compulsório sobre depósitos à vista. Assinale-se que essas medidas foram fortalecidas pelo comprometimento da política fiscal com a obtenção de superávits primários compatíveis com a sustentabilidade da dívida pública.

Os primeiros resultados da ação da política monetária e da austeridade da política fiscal se fizeram perceber já no primeiro semestre. A partir de maio as expectativas para a inflação, doze meses à frente, passaram a convergir para a trajetória das metas ajustadas propostas.

A partir de meados do ano, o quadro macroeconômico tornou-se mais favorável, permitindo que a política monetária fosse flexibilizada. Assim, a taxa de inflação passou a apresentar tendência declinante, e o Copom iniciou o processo de redução gradativa da taxa básica de juros, de forma que em dezembro de 2003 a meta para a taxa Selic era de 16,5% ao ano. Adicionalmente a alíquota do recolhimento compulsório sobre recursos à vista foi reduzida em 15 pontos percentuais, retornando ao patamar anterior de 45%.

A distensão da política monetária conferiu novo dinamismo à produção industrial, às vendas no varejo e aos investimentos. A recuperação do nível de atividade no segundo semestre do ano seguiu processo observado em outros períodos recentes de retomada, sendo impulsionada inicialmente e com maior intensidade pelo aumento da demanda por bens de consumo duráveis e bens de capital.

O ajuste promovido nas contas externas ao longo do ano foi uma resposta à rápida deterioração das condições de financiamento externo ocorrida no segundo semestre de 2002. Em 2003, principalmente no segundo semestre, as condições do mercado internacional tornaram-se ainda mais favoráveis sob diversos aspectos. O aumento significativo da liquidez internacional traduziu-se em valorização generalizada das bolsas de valores dos países emergentes, tendência favorecida pelo patamar reduzido das taxas

Atualização do Anexo da LDO- 2005, em cumprimento ao disposto no art. 4º, § 4º da Lei Complementar no 101, de 2000

de juros americanas. Em paralelo à relativa estabilidade da taxa de câmbio, verificou-se também a recuperação nos termos de troca brasileiros, durante o ano, que contribuiu para resultados recordes de exportações e saldos comerciais crescentes. O conjunto desses fatores influenciou positivamente o resultado do balanço de pagamentos.

O comportamento do setor externo da economia brasileira e os resultados da balança comercial intensificaram a reversão das expectativas, consolidando as condições para as captações de bônus soberanos com spreads menores, ampliando o acesso de empresas residentes a recursos externos e permitindo que a taxa de rolagem nas operações de longo prazo de dívida privada superasse 100% no ano, mais que o dobro da assinalada em 2002.

A política cambial traduziu-se na preservação do regime de taxas flutuantes. A redução no grau de incerteza da economia abriu espaço para que o Governo reduzisse a participação de títulos públicos vinculados à variação cambial, bem como a oferta de hedge. A liquidez no mercado de câmbio permitiu também que o Tesouro Nacional efetuasse aquisições significativas de divisas diretamente junto ao mercado, contribuindo para trajetória benigna das reservas internacionais.

O desempenho favorável da economia na segunda metade de 2003, evidenciado pela expressiva recuperação do nível de atividade registrada nesse período, manteve-se no primeiro semestre de 2004. Essa trajetória refletiu, ao lado resultados do setor externo, a continuidade do crescimento das concessões de crédito - tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas -, cuja relevância é maior para a trajetória da demanda por bens duráveis. Além disso, ampliaram-se progressivamente os sinais de recuperação do mercado de trabalho, primeiro com aumentos de massa salarial e de níveis de emprego, seguidos da inversão da trajetória decrescente dos rendimentos reais assinalada ao longo de 2003, e, afinal, pela queda da taxa de desemprego. As condições do mercado de trabalho são um fator importante para o desempenho das vendas de bens de consumo não-duráveis - principal categoria de bens finais da indústria.

Assinale-se o esforço empreendido pelo Governo no sentido de ampliar o acesso da sociedade ao crédito e aos serviços financeiros. Nesse sentido implementou-se um programa de inclusão bancária, envolvendo a possibilidade de criação de contas simplificadas nos bancos, a regulamentação do microcrédito, das cooperativas de crédito e dos correspondentes bancários. Adicionalmente, foi implementado Projeto de Democratização do Crédito, que, por intermédio da revisão das normas do sistema financeiro, deverá aumentar os empréstimos. Avançou-se também na discussão da Lei de Falências, um dos mecanismos identificados pelo Projeto de Redução dos Juros e do Spread Bancários pelos quais o governo poderia estimular a expansão do crédito.

A recomposição da demanda interna, entretanto, constitui fator preponderante para a sustentação da retomada do nível da atividade. Nesse sentido, saliente-se o aumento recente nos rendimentos reais, derivado do comportamento do mercado de trabalho, e cuja consolidação se viabiliza mediante uma evolução favorável das taxas de inflação.

Nesse contexto, o Governo volta a ratificar o comprometimento com os objetivos de política fiscal, principalmente quanto à meta de superávit primário definida para o ano. A tendência para médio e longo prazos é de continuidade do equilíbrio fiscal em todos os níveis de governo, com maior ênfase no gerenciamento das despesas, inclusive em face da aplicação de dispositivos legais que inibem práticas que comprometam a eficiência do gasto público, no contexto das diretrizes vinculadas à Lei de Responsabilidade Fiscal. A manutenção de uma política fiscal rigorosa continuará sendo um requisito fundamental para que possa haver espaço para consolidação de uma política monetária mais flexível, respeitadas as metas de inflação definidas pelo Conselho Monetário Nacional, definidas para 2005 em 4,5%, com intervalo de tolerância de mais 2,5 p.p. e de menos 2,5 p.p.



**Demonstrativo
Sintético do
Programa de
Dispêndios Globais das
Empresas Estatais
LDO, Art. 11, inciso VI**

Empresas do Setor Produtivo

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

22000 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

22205 CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO AMAZONAS S.A. (EM LIQUIDAÇÃO)

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.112.000	RECEITAS	4.002.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	552.000	SUBSIDIO DO TESOUREIRO	552.000
SERVIÇOS DE TERCEIROS	210.000	RECEITA OPERACIONAL	400.000
UTILIDADES E SERVIÇOS	20.000	RECEITA NÃO OPERACIONAL	3.050.000
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	150.000	TOTAL DAS FONTES	4.002.000
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	180.000	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-2.890.000
TOTAL DOS USOS	1.112.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.112.000

22208 CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	5.030.600	RECEITAS	27.650.000
INVESTIMENTOS	4.120.400	RECEITA OPERACIONAL	12.100.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	910.200	RECEITA NÃO OPERACIONAL	15.550.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	22.299.920	TOTAL DAS FONTES	27.650.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.509.830	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-50.000
MATERIAIS E PRODUTOS	549.100	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-269.480
SERVIÇOS DE TERCEIROS	6.129.180		
UTILIDADES E SERVIÇOS	7.705.540		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	1.140.740		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	265.530		
TOTAL DOS USOS	27.330.520	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	27.330.520

22209 COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	900.000	RECEITAS	18.550.958
INVESTIMENTOS	900.000	RECEITA OPERACIONAL	16.606.869
DISPÊNDIOS CORRENTES	14.688.787	RECEITA NÃO OPERACIONAL	1.944.089
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.154.327	TOTAL DAS FONTES	18.550.958
MATERIAIS E PRODUTOS	1.141.343	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-597.733
SERVIÇOS DE TERCEIROS	3.264.299	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-2.364.438
UTILIDADES E SERVIÇOS	1.770.183		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	1.789.865		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	1.568.770		
TOTAL DOS USOS	15.588.787	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	15.588.787

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

22212 COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	8.100.000	RECEITAS	104.570.076
INVESTIMENTOS	8.100.000	RECEITA OPERACIONAL	85.641.284
DISPÊNDIOS CORRENTES	95.909.123	RECEITA NÃO OPERACIONAL	18.928.792
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.960.000	TOTAL DAS FONTES	104.570.076
MATERIAIS E PRODUTOS	6.000.000	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-560.953
SERVIÇOS DE TERCEIROS	27.596.944		
UTILIDADES E SERVIÇOS	14.738.220		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	10.113.959		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	8.500.000		
TOTAL DOS USOS	104.009.123	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	104.009.123

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

25000 MINISTÉRIO DA FAZENDA**25207 SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	89.503.264	RECEITAS	1.505.085.307
INVESTIMENTOS	77.003.264	RECEITA OPERACIONAL	1.478.483.670
OUTROS DISP. DE CAPITAL	12.500.000	RECEITA NÃO OPERACIONAL	26.601.637
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.389.177.039	TOTAL DAS FONTES	1.505.085.307
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	590.876.455	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-290.443
MATERIAIS E PRODUTOS	8.749.176	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-26.114.561
SERVIÇOS DE TERCEIROS	257.501.877		
UTILIDADES E SERVIÇOS	16.661.630		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	214.341.019		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	301.046.882		
TOTAL DOS USOS	1.478.680.303	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.478.680.303

25211 CASA DA MOEDA DO BRASIL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	42.000.000	RECEITAS	375.538.532
INVESTIMENTOS	30.000.000	RECEITA OPERACIONAL	365.104.116
OUTROS DISP. DE CAPITAL	12.000.000	RECEITA NÃO OPERACIONAL	10.434.416
DISPÊNDIOS CORRENTES	329.929.041	OPERAÇÕES DE CREDITO	10.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	78.614.033	OPER.CRED.INT.-BENS/SERV.	10.000.000
MATERIAIS E PRODUTOS	162.899.698	TOTAL DAS FONTES	385.538.532
SERVIÇOS DE TERCEIROS	30.115.819	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-7.136.187
UTILIDADES E SERVIÇOS	11.593.419	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	2.309.958
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	33.853.764	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-8.783.262
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	3.646.908		
OPERAÇÕES INTERNAS	3.646.908		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	9.205.400		
TOTAL DOS USOS	371.929.041	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	371.929.041

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

25228 BB - ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CREDITO S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	2.118.576	RECEITAS	28.081.742
OUTROS DISP. DE CAPITAL	2.118.576	RECEITA OPERACIONAL	7.114.606
DISPÊNDIOS CORRENTES	25.963.900	RECEITA NÃO OPERACIONAL	20.967.136
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	933.998	TOTAL DAS FONTES	28.081.742
SERVIÇOS DE TERCEIROS	541.008	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-25.738.342
UTILIDADES E SERVIÇOS	553.907	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	25.739.076
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	7.223.575		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	13.138.330		
OUTRAS FONTES	13.138.330		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	3.573.082		
TOTAL DOS USOS	28.082.476	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	28.082.476

25229 BB - CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA DE BENS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	36.583.552	RECEITAS	332.564.732
OUTROS DISP. DE CAPITAL	36.583.552	RECEITA OPERACIONAL	317.439.616
DISPÊNDIOS CORRENTES	295.981.180	RECEITA NÃO OPERACIONAL	15.125.116
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.097.743	TOTAL DAS FONTES	332.564.732
MATERIAIS E PRODUTOS	25.483	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	16.272.735
SERVIÇOS DE TERCEIROS	229.444.072	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-16.272.735
UTILIDADES E SERVIÇOS	1.119.779		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	52.545.942		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	3.748.161		
TOTAL DOS USOS	332.564.732	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	332.564.732

25230 COBRA TECNOLOGIA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	37.000.000	RECEITAS	1.329.701.120
INVESTIMENTOS	27.000.000	RECEITA OPERACIONAL	1.320.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	10.000.000	RECEITA NÃO OPERACIONAL	9.701.120
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.239.396.303	TOTAL DAS FONTES	1.329.701.120
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	41.091.274	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-15.393.886
MATERIAIS E PRODUTOS	321.716.781	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	2.306.912
SERVIÇOS DE TERCEIROS	693.732.603	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-40.217.843
UTILIDADES E SERVIÇOS	9.133.517		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	140.201.353		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	4.781.912		
OPERAÇÕES INTERNAS	4.781.912		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	28.738.863		
TOTAL DOS USOS	1.276.396.303	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.276.396.303

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

25246 BBTUR - VIAGENS E TURISMO LTDA.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	3.625.202	RECEITAS	63.182.078
INVESTIMENTOS	2.265.000	RECEITA OPERACIONAL	61.592.371
OUTROS DISP. DE CAPITAL	1.360.202	RECEITA NÃO OPERACIONAL	1.589.707
DISPÊNDIOS CORRENTES	59.912.671	TOTAL DAS FONTES	63.182.078
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.121.138	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	4.727.482
MATERIAIS E PRODUTOS	655.172	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-4.371.687
SERVIÇOS DE TERCEIROS	9.368.014		
UTILIDADES E SERVIÇOS	3.551.720		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	11.422.901		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	212.927		
OPERAÇÕES INTERNAS	212.927		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	11.580.799		
TOTAL DOS USOS	63.537.873	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	63.537.873

25276 EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	2.298.046.776	RECEITAS	2.310.731.428
INVESTIMENTOS	898.200	RECEITA OPERACIONAL	3.214.827
AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	2.038.925.911	RECEITA NÃO OPERACIONAL	2.307.516.601
OUTRAS FONTES	2.038.925.911	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	2.012.597.374
OUTROS DISP. DE CAPITAL	258.222.665	TOTAL DAS FONTES	4.323.328.802
DISPÊNDIOS CORRENTES	3.274.383.827	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	26.208.727
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.691.537	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-274.262.746
MATERIAIS E PRODUTOS	102.319	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	1.497.155.820
SERVIÇOS DE TERCEIROS	359.461.797		
UTILIDADES E SERVIÇOS	377.787		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	446.743.566		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	2.380.819.703		
OUTRAS FONTES	2.380.819.703		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	79.187.118		
TOTAL DOS USOS	5.572.430.603	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	5.572.430.603

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

25277 ATIVOS S.A. - COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	38.064.026	RECEITAS	95.160.000
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>200.000</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>93.000.000</i>
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	<i>37.864.026</i>	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	<i>2.160.000</i>
DISPÊNDIOS CORRENTES	53.222.186	TOTAL DAS FONTES	95.160.000
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>2.092.572</i>	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>-1.743.381</i>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>96.000</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>-2.130.407</i>
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	<i>19.137.158</i>		
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	<i>837.600</i>		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	<i>26.877.011</i>		
<i>DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES</i>	<i>4.181.845</i>		
TOTAL DOS USOS	91.286.212	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	91.286.212

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

32201 CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	15.796.588	RECEITAS	121.737.771
INVESTIMENTOS	14.213.500	RECEITA OPERACIONAL	117.663.371
AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	1.583.088	RECEITA NÃO OPERACIONAL	4.074.400
OUTRAS FONTES	1.583.088	TOTAL DAS FONTES	121.737.771
DISPÊNDIOS CORRENTES	108.965.425	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	5.072.039
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	66.576.000	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-2.047.797
MATERIAIS E PRODUTOS	3.500.000		
SERVIÇOS DE TERCEIROS	30.446.802		
UTILIDADES E SERVIÇOS	3.667.356		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	2.022.300		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	586.452		
OUTRAS FONTES	586.452		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	2.166.515		
TOTAL DOS USOS	124.762.013	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	124.762.013

32204 ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	612.696.974	RECEITAS	1.615.125.000
INVESTIMENTOS	419.437.000	RECEITA OPERACIONAL	1.615.125.000
AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	193.259.974	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	42.094.988
OUTRAS FONTES	193.259.974	EMPR./FIN.(NÃO INST.FIN.)	42.094.988
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.201.433.965	TOTAL DAS FONTES	1.657.219.988
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	185.757.733	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	176.910.951
MATERIAIS E PRODUTOS	394.753.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-20.000.000
SERVIÇOS DE TERCEIROS	272.320.000		
UTILIDADES E SERVIÇOS	10.520.000		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	205.681.539		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	97.523.867		
OUTRAS FONTES	97.523.867		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	34.877.826		
TOTAL DOS USOS	1.814.130.939	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.814.130.939

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32223 CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	4.661.335.777	RECEITAS	11.166.504.324
INVESTIMENTOS	224.548.635	RECEITA OPERACIONAL	7.784.376.868
INVERSÕES FINANCEIRAS	337.430.412	RECEITA NÃO OPERACIONAL	3.382.127.456
AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	1.994.476.048	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	1.761.047.721
OPERAÇÕES EXTERNAS	1.795.752.788	OPERAÇÕES DE CREDITO	1.620.500.000
OUTRAS FONTES	198.723.260	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	1.620.500.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	2.104.880.682	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	1.440.162.623
DISPÊNDIOS CORRENTES	9.812.201.228	DEMAIS RECURSOS DE LP	1.440.162.623
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	150.202.366	TOTAL DAS FONTES	15.988.214.668
MATERIAIS E PRODUTOS	7.409.538.054	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-268.072.709
SERVIÇOS DE TERCEIROS	215.917.343	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-328.526.760
UTILIDADES E SERVIÇOS	7.651.361	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-918.078.194
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	1.287.048.507		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	530.521.270		
OPERAÇÕES EXTERNAS	209.318.697		
OUTRAS FONTES	321.202.573		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	211.322.327		
TOTAL DOS USOS	14.473.537.005	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	14.473.537.005

32224 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.149.424.000	RECEITAS	3.989.688.018
INVESTIMENTOS	940.000.000	RECEITA OPERACIONAL	3.963.437.268
INVERSÕES FINANCEIRAS	120.000.000	RECEITA NÃO OPERACIONAL	26.250.750
AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	89.424.000	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	30.062.700
OPERAÇÕES INTERNAS	32.538.000	EMPR./FIN.(NÃO INST.FIN.)	15.502.700
OPERAÇÕES EXTERNAS	12.392.000	DEMAIS RECURSOS DE LP	14.560.000
OUTRAS FONTES	44.494.000	TOTAL DAS FONTES	4.019.750.718
DISPÊNDIOS CORRENTES	3.631.065.379	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	315.534.956
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	342.590.642	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	404.249.000
MATERIAIS E PRODUTOS	1.554.556.586	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	40.954.705
SERVIÇOS DE TERCEIROS	154.054.843		
UTILIDADES E SERVIÇOS	8.124.659		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	420.072.062		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	859.049.000		
OPERAÇÕES INTERNAS	184.184.000		
OPERAÇÕES EXTERNAS	1.886.000		
OUTRAS FONTES	672.979.000		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	292.617.587		
TOTAL DOS USOS	4.780.489.379	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	4.780.489.379

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32225 ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	498.441.901	RECEITAS	597.684.023
INVESTIMENTOS	269.430.500	RECEITA OPERACIONAL	521.266.166
INVERSÕES FINANCEIRAS	98.401.000	RECEITA NÃO OPERACIONAL	76.417.857
AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	44.208.638	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	109.410
OPERAÇÕES INTERNAS	1.848.030	OPERAÇÕES DE CREDITO	77.000.000
OUTRAS FONTES	42.360.608	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	77.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	86.401.763	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	14.111.763
DISPÊNDIOS CORRENTES	425.335.532	EMPR./FIN.(NÃO INST.FIN.)	14.111.763
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	152.735.153	TOTAL DAS FONTES	688.905.196
MATERIAIS E PRODUTOS	9.881.281	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	98.805.593
SERVIÇOS DE TERCEIROS	64.678.723	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-16.853.828
UTILIDADES E SERVIÇOS	2.362.216	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	152.920.472
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	83.367.223		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	8.072.874		
OPERAÇÕES INTERNAS	2.352.387		
OUTRAS FONTES	5.720.487		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	104.238.062		
TOTAL DOS USOS	923.777.433	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	923.777.433

32226 COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.794.251.605	RECEITAS	4.247.019.981
INVESTIMENTOS	695.202.207	RECEITA OPERACIONAL	4.244.964.978
INVERSÕES FINANCEIRAS	112.500.057	RECEITA NÃO OPERACIONAL	2.055.003
AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	784.591.201	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	39.762.560
OPERAÇÕES INTERNAS	109.512.966	OPERAÇÕES DE CREDITO	45.000.000
OPERAÇÕES EXTERNAS	65.220.415	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	45.000.000
OUTRAS FONTES	609.857.820	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	16.958.140
OUTROS DISP. DE CAPITAL	201.958.140	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	16.958.140
DISPÊNDIOS CORRENTES	2.728.887.940	TOTAL DAS FONTES	4.348.740.681
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	312.664.209	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	160.339.097
MATERIAIS E PRODUTOS	491.789.976	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	14.159.767
SERVIÇOS DE TERCEIROS	262.424.282	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-100.000
UTILIDADES E SERVIÇOS	14.461.570		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	684.060.249		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	621.845.120		
OPERAÇÕES INTERNAS	64.140.432		
OPERAÇÕES EXTERNAS	22.075.654		
OUTRAS FONTES	535.629.034		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	341.642.534		
TOTAL DOS USOS	4.523.139.545	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	4.523.139.545

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32228 FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	2.202.924.271	RECEITAS	5.088.058.382
INVESTIMENTOS	1.190.758.004	RECEITA OPERACIONAL	4.875.312.169
INVERSÕES FINANCEIRAS	215.402.994	RECEITA NÃO OPERACIONAL	212.746.213
AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	762.291.273	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	143.044.532
OPERAÇÕES INTERNAS	164.793.226	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	701.263.055
OUTRAS FONTES	597.498.047	EMPR./FIN.(NÃO INST.FIN.)	650.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	34.472.000	DEMAIS RECURSOS DE LP	51.263.055
DISPÊNDIOS CORRENTES	4.516.781.510	TOTAL DAS FONTES	5.932.365.969
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	422.435.133	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	379.793.798
MATERIAIS E PRODUTOS	2.625.533.836	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	407.546.014
SERVIÇOS DE TERCEIROS	334.800.514		
UTILIDADES E SERVIÇOS	19.234.082		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	568.748.878		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	225.895.000		
OPERAÇÕES INTERNAS	69.099.281		
OUTRAS FONTES	156.795.719		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	320.134.067		
TOTAL DOS USOS	6.719.705.781	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	6.719.705.781

32230 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	61.969.923.997	RECEITAS	133.141.088.150
INVESTIMENTOS	18.049.662.748	RECEITA OPERACIONAL	121.560.705.216
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.111.636.421	RECEITA NÃO OPERACIONAL	11.580.382.934
AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	1.421.611.654	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	657.288.429
OPERAÇÕES INTERNAS	230.942.046	DEMAIS PARTICIPAÇÕES	657.288.429
OPERAÇÕES EXTERNAS	1.190.669.608	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	27.069.214.669
OUTROS DISP. DE CAPITAL	41.387.013.174	OPERAÇÕES DE CREDITO	5.963.627.184
DISPÊNDIOS CORRENTES	101.962.905.104	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	1.000.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.301.183.412	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	4.172.869.126
MATERIAIS E PRODUTOS	20.162.677.989	OPER.CRED.EXT.-BENS/SERV.	790.758.058
SERVIÇOS DE TERCEIROS	14.844.283.252	TOTAL DAS FONTES	166.831.218.432
UTILIDADES E SERVIÇOS	446.469.269	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	1.110.311.078
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	41.971.182.767	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	83.193.952
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	2.214.443.840	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-4.091.894.361
OPERAÇÕES INTERNAS	361.389.265		
OPERAÇÕES EXTERNAS	1.853.054.575		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	18.022.664.575		
TOTAL DOS USOS	163.932.829.101	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	163.932.829.101

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32232 BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	24.559.921.351	RECEITAS	1.421.836.243
INVESTIMENTOS	52.142.876	RECEITA OPERACIONAL	1.255.883.606
AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	19.000.164.287	RECEITA NÃO OPERACIONAL	165.952.637
OUTRAS FONTES	19.000.164.287	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	6.647.815.591
OUTROS DISP. DE CAPITAL	5.507.614.188	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	18.254.657.386
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.509.105.830	EMPR./FIN.(NÃO INST.FIN.)	18.254.657.386
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	712.467	TOTAL DAS FONTES	26.324.309.220
MATERIAIS E PRODUTOS	486.140.913	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-176.532.921
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	20.001.074	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-31.323.424
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	394.652.644	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-47.425.694
OUTRAS FONTES	394.652.644		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	607.598.732		
TOTAL DOS USOS	26.069.027.181	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	26.069.027.181

32238 INDUSTRIA CARBOQUIMICA CATARINENSE S.A. (EM LIQUIDAÇÃO)

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	6.393.740	RECEITAS	240.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	73.660	RECEITA NÃO OPERACIONAL	240.000
MATERIAIS E PRODUTOS	3.000	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	6.143.624
SERVIÇOS DE TERCEIROS	256.610	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	6.143.624
UTILIDADES E SERVIÇOS	28.850	TOTAL DAS FONTES	6.383.624
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	31.620	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	10.116
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	6.000.000		
TOTAL DOS USOS	6.393.740	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	6.393.740

32239 PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.020.877.063	RECEITAS	36.822.620.817
INVESTIMENTOS	427.000.012	RECEITA OPERACIONAL	36.586.038.047
INVERSÕES FINANCEIRAS	61.200.000	RECEITA NÃO OPERACIONAL	236.582.770
OUTROS DISP. DE CAPITAL	532.677.051	TOTAL DAS FONTES	36.822.620.817
DISPÊNDIOS CORRENTES	36.905.263.772	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	1.054.188.196
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	486.801.892	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	436.579
MATERIAIS E PRODUTOS	27.382.655.255	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	48.895.243
SERVIÇOS DE TERCEIROS	764.019.142		
UTILIDADES E SERVIÇOS	36.865.099		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	7.635.720.599		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	410.000.005		
OPERAÇÕES INTERNAS	346.430.277		
OPERAÇÕES EXTERNAS	63.569.728		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	189.201.780		
TOTAL DOS USOS	37.926.140.835	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	37.926.140.835

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32240 PETROBRÁS GAS S.A.		RS 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	877.157.855	RECEITAS	76.597.893
INVESTIMENTOS	250.000	RECEITA OPERACIONAL	420.440
INVERSÕES FINANCEIRAS	796.376.891	RECEITA NÃO OPERACIONAL	76.177.453
AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	6.902.400	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	796.376.891
OUTRAS FONTES	6.902.400	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	796.376.891
OUTROS DISP. DE CAPITAL	73.628.564	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	73.628.564
DISPÊNDIOS CORRENTES	19.921.072	EMPR./FIN.(NÃO INST.FIN.)	73.628.564
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.940.872	TOTAL DAS FONTES	946.603.348
MATERIAIS E PRODUTOS	25.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	71.149.867
SERVIÇOS DE TERCEIROS	6.664.000	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-120.674.288
UTILIDADES E SERVIÇOS	7.200		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	9.000.000		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	284.000		
TOTAL DOS USOS	897.078.927	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	897.078.927

32242 PETROBRÁS QUÍMICA S.A.		RS 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	323.043.974	RECEITAS	162.213.272
INVESTIMENTOS	1.048.200	RECEITA NÃO OPERACIONAL	162.213.272
INVERSÕES FINANCEIRAS	252.285.900	OPERAÇÕES DE CREDITO	160.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	69.709.874	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	160.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	63.341.326	TOTAL DAS FONTES	322.213.272
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.060.216	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	18.917.607
MATERIAIS E PRODUTOS	420.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	26.263.550
SERVIÇOS DE TERCEIROS	10.826.000	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	18.990.871
UTILIDADES E SERVIÇOS	215.400		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	7.846.080		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	26.263.550		
OPERAÇÕES INTERNAS	24.180.000		
OUTRAS FONTES	2.083.550		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	7.710.080		
TOTAL DOS USOS	386.385.300	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	386.385.300

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32264 LIGHT PARTICIPAÇÕES S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	50.000	RECEITAS	8.082.322
INVESTIMENTOS	50.000	RECEITA OPERACIONAL	6.582.322
DISPÊNDIOS CORRENTES	7.537.218	RECEITA NÃO OPERACIONAL	1.500.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.734.046	TOTAL DAS FONTES	8.082.322
MATERIAIS E PRODUTOS	31.752	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-60.000
SERVIÇOS DE TERCEIROS	3.256.996	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	396.888
UTILIDADES E SERVIÇOS	127.008	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-831.992
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	243.432		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	662.832		
OUTRAS FONTES	662.832		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	481.152		
TOTAL DOS USOS	7.587.218	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	7.587.218

32267 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	55.550.106	RECEITAS	236.259.732
INVESTIMENTOS	55.550.106	RECEITA OPERACIONAL	202.099.751
DISPÊNDIOS CORRENTES	192.197.672	RECEITA NÃO OPERACIONAL	34.159.981
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.761.247	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	1.586.250
MATERIAIS E PRODUTOS	110.527.465	EMPR./FIN.(NÃO INST.FIN.)	1.586.250
SERVIÇOS DE TERCEIROS	15.918.589	TOTAL DAS FONTES	237.845.982
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	40.188.996	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	12.293.955
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	3.497.456	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-4.128
OUTRAS FONTES	3.497.456	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-2.388.031
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	8.303.919		
TOTAL DOS USOS	247.747.778	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	247.747.778

32268 COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	127.944.727	RECEITAS	636.814.232
INVESTIMENTOS	86.688.951	RECEITA OPERACIONAL	573.279.343
AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	41.255.776	RECEITA NÃO OPERACIONAL	63.534.889
OPERAÇÕES INTERNAS	8.079.356	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	28.750.000
OPERAÇÕES EXTERNAS	212.810	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	28.750.000
OUTRAS FONTES	32.963.610	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	18.348.389
DISPÊNDIOS CORRENTES	539.736.749	EMPR./FIN.(NÃO INST.FIN.)	18.348.389
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	73.096.718	TOTAL DAS FONTES	683.912.621
MATERIAIS E PRODUTOS	218.041.597	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-16.359.833
SERVIÇOS DE TERCEIROS	35.620.884	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	128.688
UTILIDADES E SERVIÇOS	3.393.500		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	174.436.061		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	18.034.711		
OPERAÇÕES INTERNAS	270.644		
OPERAÇÕES EXTERNAS	146.646		
OUTRAS FONTES	17.617.421		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	17.113.278		
TOTAL DOS USOS	667.681.476	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	667.681.476

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32269 COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	197.397.731	RECEITAS	574.294.492
INVESTIMENTOS	105.331.890	RECEITA OPERACIONAL	477.985.892
AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	92.065.841	RECEITA NÃO OPERACIONAL	96.308.600
OPERAÇÕES INTERNAS	320.522	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	118.402.115
OPERAÇÕES EXTERNAS	1.211.568	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	118.402.115
OUTRAS FONTES	90.533.751	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	4.685.200
DISPÊNDIOS CORRENTES	477.033.451	EMPR./FIN.(NÃO INST.FIN.)	4.685.200
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	69.142.999	TOTAL DAS FONTES	697.381.807
MATERIAIS E PRODUTOS	192.817.359	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-21.500.132
SERVIÇOS DE TERCEIROS	33.913.600	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-1.180.493
UTILIDADES E SERVIÇOS	3.989.400	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-270.000
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	146.879.854		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	10.197.319		
OPERAÇÕES INTERNAS	434.703		
OPERAÇÕES EXTERNAS	1.552.790		
OUTRAS FONTES	8.209.826		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	20.092.920		
TOTAL DOS USOS	674.431.182	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	674.431.182

32270 CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	151.012.530	RECEITAS	687.185.466
INVESTIMENTOS	120.885.271	RECEITA OPERACIONAL	626.595.179
AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	18.341.067	RECEITA NÃO OPERACIONAL	60.590.287
OUTRAS FONTES	18.341.067	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	38.236.600
OUTROS DISP. DE CAPITAL	11.786.192	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	38.236.600
DISPÊNDIOS CORRENTES	637.598.338	TOTAL DAS FONTES	725.422.066
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	48.417.243	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	21.659.062
MATERIAIS E PRODUTOS	334.567.767	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	33.968.091
SERVIÇOS DE TERCEIROS	53.384.512	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	7.561.649
UTILIDADES E SERVIÇOS	2.000.000		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	134.254.992		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	34.728.056		
OUTRAS FONTES	34.728.056		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	30.245.768		
TOTAL DOS USOS	788.610.868	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	788.610.868

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32271 TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA - BRASIL S.A.				RS 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	200.025.336	RECEITAS	1.454.256.389	
INVESTIMENTOS	75.226.600	RECEITA OPERACIONAL	1.413.263.170	
AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	124.798.736	RECEITA NÃO OPERACIONAL	40.993.219	
OPERAÇÕES EXTERNAS	124.798.736	TOTAL DAS FONTES	1.454.256.389	
DISPÊNDIOS CORRENTES	722.456.988	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-3.666.229	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.276.412	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-43.315.583	
MATERIAIS E PRODUTOS	4.314.567	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-484.792.253	
SERVIÇOS DE TERCEIROS	62.741.563			
UTILIDADES E SERVIÇOS	6.771.139			
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	353.311.208			
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	221.104.646			
OPERAÇÕES EXTERNAS	77.656.920			
OUTRAS FONTES	143.447.726			
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	24.937.453			
TOTAL DOS USOS	922.482.324	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	922.482.324	
32272 BOA VISTA ENERGIA S.A.				RS 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	28.736.140	RECEITAS	110.839.260	
INVESTIMENTOS	23.245.896	RECEITA OPERACIONAL	106.097.706	
AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	4.490.244	RECEITA NÃO OPERACIONAL	4.741.554	
OUTRAS FONTES	4.490.244	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	37.302.365	
OUTROS DISP. DE CAPITAL	1.000.000	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	37.302.365	
DISPÊNDIOS CORRENTES	124.662.901	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	1.520.613	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.001.716	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	3.013.829	
MATERIAIS E PRODUTOS	64.789.361	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	3.013.829	
SERVIÇOS DE TERCEIROS	19.869.016	TOTAL DAS FONTES	152.676.067	
UTILIDADES E SERVIÇOS	1.412.996	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	722.974	
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	11.775.316			
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	2.861.090			
OUTRAS FONTES	2.861.090			
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	5.953.406			
TOTAL DOS USOS	153.399.041	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	153.399.041	

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32273 MANAUS ENERGIA S.A. R\$ 1,00			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	282.017.453	RECEITAS	1.755.281.080
INVESTIMENTOS	255.500.000	RECEITA OPERACIONAL	1.728.774.080
AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	26.517.453	RECEITA NÃO OPERACIONAL	26.507.000
OUTRAS FONTES	26.517.453	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	175.711.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.682.357.769	EMPR./FIN.(NÃO INST.FIN.)	175.711.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	54.305.544	TOTAL DAS FONTES	1.930.992.080
MATERIAIS E PRODUTOS	1.367.824.140	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	31.391.975
SERVIÇOS DE TERCEIROS	92.791.004	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	1.991.167
UTILIDADES E SERVIÇOS	2.322.480		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	98.983.000		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	32.695.073		
OUTRAS FONTES	32.695.073		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	33.436.528		
TOTAL DOS USOS	1.964.375.222	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.964.375.222

32274 PETROBRÁS TRANSPORTE S.A. R\$ 1,00			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	237.736.350	RECEITAS	2.776.976.789
INVESTIMENTOS	69.986.256	RECEITA OPERACIONAL	2.679.993.407
AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	99.079.512	RECEITA NÃO OPERACIONAL	96.983.382
OPERAÇÕES INTERNAS	99.079.512	TOTAL DAS FONTES	2.776.976.789
OUTROS DISP. DE CAPITAL	68.670.582	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	26.868.211
DISPÊNDIOS CORRENTES	2.415.382.389	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-150.726.261
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	511.381.488		
MATERIAIS E PRODUTOS	123.233.665		
SERVIÇOS DE TERCEIROS	508.370.837		
UTILIDADES E SERVIÇOS	107.894.974		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	518.865.818		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	9.094.200		
OPERAÇÕES INTERNAS	9.094.200		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	636.541.407		
TOTAL DOS USOS	2.653.118.739	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.653.118.739

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32275 FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	19.883.535	RECEITAS	240.723.681
INVESTIMENTOS	19.883.535	RECEITA OPERACIONAL	240.723.681
DISPÊNDIOS CORRENTES	165.807.272	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	5.671.750
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.454.081	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	5.671.750
MATERIAIS E PRODUTOS	2.838.968	TOTAL DAS FONTES	246.395.431
SERVIÇOS DE TERCEIROS	36.027.059	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	3.058.172
UTILIDADES E SERVIÇOS	118.297	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-63.762.796
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	13.759.452		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	108.609.415		
TOTAL DOS USOS	185.690.807	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	185.690.807

32276 COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	86.595.000	RECEITAS	315.239.620
INVESTIMENTOS	79.095.000	RECEITA OPERACIONAL	293.239.620
INVERSÕES FINANCEIRAS	7.500.000	RECEITA NÃO OPERACIONAL	22.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	282.046.339	TOTAL DAS FONTES	315.239.620
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	56.000.000	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	34.013.418
MATERIAIS E PRODUTOS	138.949.883	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	19.388.301
SERVIÇOS DE TERCEIROS	40.320.729		
UTILIDADES E SERVIÇOS	1.500.000		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	31.933.621		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	13.342.106		
TOTAL DOS USOS	368.641.339	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	368.641.339

32277 COMPANHIA ENERGÉTICA DO AMAZONAS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	163.781.790	RECEITAS	585.646.695
INVESTIMENTOS	163.781.790	RECEITA OPERACIONAL	480.533.106
DISPÊNDIOS CORRENTES	577.417.583	RECEITA NÃO OPERACIONAL	105.113.589
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	47.673.618	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	103.086.032
MATERIAIS E PRODUTOS	392.236.185	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	103.086.032
SERVIÇOS DE TERCEIROS	34.640.000	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	16.851.000
UTILIDADES E SERVIÇOS	1.614.322	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	16.851.000
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	42.749.794	TOTAL DAS FONTES	705.583.727
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	3.296.000	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	31.586.508
OUTRAS FONTES	3.296.000	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	4.029.138
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	55.207.664		
TOTAL DOS USOS	741.199.373	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	741.199.373

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32278 PETROBRÁS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	15.972.319.485	RECEITAS	28.944.675.538
INVESTIMENTOS	1.000.000	RECEITA OPERACIONAL	28.865.491.525
AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	9.923.456.000	RECEITA NÃO OPERACIONAL	79.184.013
OUTRAS FONTES	9.923.456.000	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	4.397.670.160
OUTROS DISP. DE CAPITAL	6.047.863.485	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	16.055.769.547
DISPÊNDIOS CORRENTES	28.307.486.928	EMPR./FIN.(NÃO INST.FIN.)	16.055.769.547
MATERIAIS E PRODUTOS	27.978.654.378	TOTAL DAS FONTES	49.398.115.245
SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.870.100	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-5.082.444.813
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	3.210.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-37.041.779
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	211.432.450	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	1.177.760
OUTRAS FONTES	211.432.450		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	112.320.000		
TOTAL DOS USOS	44.279.806.413	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	44.279.806.413

32279 DOWNSTREAM PARTICIPAÇÕES S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	31.671.750	RECEITAS	28.717.079
INVERSÕES FINANCEIRAS	5.671.750	RECEITA NÃO OPERACIONAL	28.717.079
OUTROS DISP. DE CAPITAL	26.000.000	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	5.671.750
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.521.780	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	5.671.750
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	630.008	TOTAL DAS FONTES	34.388.829
MATERIAIS E PRODUTOS	4.106	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-66.106
SERVIÇOS DE TERCEIROS	584.520	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-226.158
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	278.146	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-903.035
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	25.000		
TOTAL DOS USOS	33.193.530	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	33.193.530

32280 ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	695.126.165	RECEITAS	7.283.584.171
INVESTIMENTOS	654.561.992	RECEITA OPERACIONAL	7.234.916.264
OUTROS DISP. DE CAPITAL	40.564.173	RECEITA NÃO OPERACIONAL	48.667.907
DISPÊNDIOS CORRENTES	7.014.584.380	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	700.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	80.638.437	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	700.000.000
MATERIAIS E PRODUTOS	4.294.023.267	TOTAL DAS FONTES	7.983.584.171
SERVIÇOS DE TERCEIROS	130.040.818	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-23.039.332
UTILIDADES E SERVIÇOS	1.243.450	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-250.834.294
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	2.251.208.958		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	240.000.000		
OUTRAS FONTES	240.000.000		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	17.429.450		
TOTAL DOS USOS	7.709.710.545	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	7.709.710.545

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32281 COMERCIALIZADORA BRASILEIRA DE ENERGIA EMERGENCIAL		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	108.000	RECEITAS	1.743.044.739
INVESTIMENTOS	108.000	RECEITA OPERACIONAL	1.709.875.607
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.444.954.462	RECEITA NÃO OPERACIONAL	33.169.132
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.398.009	TOTAL DAS FONTES	1.743.044.739
MATERIAIS E PRODUTOS	170.000	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-232.769.368
SERVIÇOS DE TERCEIROS	9.324.800	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-65.212.909
UTILIDADES E SERVIÇOS	348.000		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	41.522.500		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	1.387.191.153		
TOTAL DOS USOS	1.445.062.462	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.445.062.462

32282 PETROBRÁS NETHERLANDS B.V.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	7.885.400.006	RECEITAS	1.215.281.203
INVESTIMENTOS	2.812.049.368	RECEITA OPERACIONAL	1.215.281.203
AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	5.073.350.638	OPERAÇÕES DE CREDITO	1.767.935.000
OUTRAS FONTES	5.073.350.638	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	1.767.935.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	496.868.929	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	5.507.614.188
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	128.835.225	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	5.507.614.188
OPERAÇÕES EXTERNAS	31.111	TOTAL DAS FONTES	8.490.830.391
OUTRAS FONTES	128.804.114	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-40.049.714
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	368.033.704	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	728.577
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-69.240.319
TOTAL DOS USOS	8.382.268.935	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	8.382.268.935

32285 5283 PARTICIPAÇÕES LTDA.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	175.371.440	RECEITAS	1.906.723.035
INVESTIMENTOS	175.371.440	RECEITA OPERACIONAL	1.906.723.035
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.838.987.845	TOTAL DAS FONTES	1.906.723.035
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	75.856.384	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	134.566.500
MATERIAIS E PRODUTOS	1.554.453.299	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-26.930.250
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	208.678.162		
TOTAL DOS USOS	2.014.359.285	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.014.359.285

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32286 BRASPETRO OIL COMPANY

RS 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	3.978.522.494	RECEITAS	451.686.685
INVESTIMENTOS	586.305.746	RECEITA OPERACIONAL	451.686.685
AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	3.392.216.748	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	3.769.216.748
OUTRAS FONTES	3.392.216.748	EMPR./FIN.(NÃO INST.FIN.)	3.769.216.748
DISPÊNDIOS CORRENTES	276.659.910	TOTAL DAS FONTES	4.220.903.433
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.919.389	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-3.227.846
MATERIAIS E PRODUTOS	63.402.830	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	34.721.728
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	81.896.412	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	2.785.089
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	63.188.544		
OUTRAS FONTES	63.188.544		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	63.252.735		
TOTAL DOS USOS	4.255.182.404	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	4.255.182.404

32287 PETROBRÁS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.

RS 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	5.331.669.941	RECEITAS	12.793.586.670
INVESTIMENTOS	3.474.054.498	RECEITA OPERACIONAL	12.790.719.670
INVERSÕES FINANCEIRAS	248.713.268	RECEITA NÃO OPERACIONAL	2.867.000
AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	982.552.101	OPERAÇÕES DE CREDITO	246.924.915
OPERAÇÕES EXTERNAS	263.941.754	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	246.924.915
OUTRAS FONTES	718.610.347	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	718.610.981
OUTROS DISP. DE CAPITAL	626.350.074	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	718.610.981
DISPÊNDIOS CORRENTES	7.737.650.432	TOTAL DAS FONTES	13.759.122.566
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	432.656.991	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-980.759.455
MATERIAIS E PRODUTOS	4.023.059.197	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-1.765.878
SERVIÇOS DE TERCEIROS	138.194.082	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	292.723.140
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	1.326.889.819		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	469.738.143		
OPERAÇÕES EXTERNAS	456.655.584		
OUTRAS FONTES	13.082.559		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	1.347.112.200		
TOTAL DOS USOS	13.069.320.373	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	13.069.320.373

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32288 PETROBRÁS ENERGIA LTDA.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	346.640.904	RECEITAS	1.151.445.506
OUTROS DISP. DE CAPITAL	346.640.904	RECEITA OPERACIONAL	1.151.445.506
DISPÊNDIOS CORRENTES	804.804.602	TOTAL DAS FONTES	1.151.445.506
MATERIAIS E PRODUTOS	503.068.970	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	198.664.092
SERVIÇOS DE TERCEIROS	4.654.335	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-198.664.092
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	297.081.297		
TOTAL DOS USOS	1.151.445.506	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.151.445.506
32289 PETROBRÁS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	2.589.000	RECEITAS	164.721
INVERSÕES FINANCEIRAS	2.589.000	RECEITA NÃO OPERACIONAL	164.721
DISPÊNDIOS CORRENTES	606.542	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	2.589.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.600	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	2.589.000
MATERIAIS E PRODUTOS	3.600	TOTAL DAS FONTES	2.753.721
SERVIÇOS DE TERCEIROS	526.000	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	369.617
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	25.342	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	72.204
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	30.000		
TOTAL DOS USOS	3.195.542	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	3.195.542
32291 PETRORIO - PETROQUÍMICA DO RIO DE JANEIRO S.A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	25.000	RECEITAS	106.411
INVESTIMENTOS	25.000	RECEITA NÃO OPERACIONAL	106.411
DISPÊNDIOS CORRENTES	5.839.648	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	4.700.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.519.390	DEMAIS PARTICIPAÇÕES	4.700.000
MATERIAIS E PRODUTOS	42.000	TOTAL DAS FONTES	4.806.411
SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.191.666	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	9
UTILIDADES E SERVIÇOS	106.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	7.852
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	963.000	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	1.050.376
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	2.017.592		
TOTAL DOS USOS	5.864.648	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	5.864.648

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

32307 TRANSPORTADORA DO NORDESTE E SUDESTE S.A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	257.474.900	RECEITAS	132.010.000
INVESTIMENTOS	257.474.900	RECEITA OPERACIONAL	132.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	99.020.500	RECEITA NÃO OPERACIONAL	10.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.890.000	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	192.625.956
MATERIAIS E PRODUTOS	17.500	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	192.625.956
SERVIÇOS DE TERCEIROS	93.230.000	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	67.484.940
UTILIDADES E SERVIÇOS	390.000	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	67.484.940
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	169.000	TOTAL DAS FONTES	392.120.896
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	324.000	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-35.625.496
TOTAL DOS USOS	356.495.400	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	356.495.400

32308 TRANSPORTADORA AMAZONENSE DE GÁS S.A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	5.073.935	RECEITAS	6.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.772.435	RECEITA NÃO OPERACIONAL	6.000
MATERIAIS E PRODUTOS	13.500	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	5.073.935
SERVIÇOS DE TERCEIROS	2.360.000	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	5.073.935
UTILIDADES E SERVIÇOS	100.000	TOTAL DAS FONTES	5.079.935
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	452.000	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-6.000
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	376.000		
TOTAL DOS USOS	5.073.935	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	5.073.935

32310 USINA TERMELÉTRICA NOVA PIRATININGA LTDA.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	512.492	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	500.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	201.714	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	500.000
MATERIAIS E PRODUTOS	76.724	TOTAL DAS FONTES	500.000
SERVIÇOS DE TERCEIROS	212.219	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-1.000
UTILIDADES E SERVIÇOS	16.786	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	13.492
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	5.049		
TOTAL DOS USOS	512.492	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	512.492

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

33000 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**33202 EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	36.091.510	RECEITAS	566.321.446
INVESTIMENTOS	35.000.000	RECEITA OPERACIONAL	543.295.877
OUTROS DISP. DE CAPITAL	1.091.510	RECEITA NÃO OPERACIONAL	23.025.569
DISPÊNDIOS CORRENTES	544.340.025	TOTAL DAS FONTES	566.321.446
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	222.308.092	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	26.305.647
MATERIAIS E PRODUTOS	4.435.568	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-1.865.400
SERVIÇOS DE TERCEIROS	94.649.243	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-10.330.158
UTILIDADES E SERVIÇOS	16.182.648		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	81.373.439		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	125.391.035		
TOTAL DOS USOS	580.431.535	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	580.431.535

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

39000 MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**39210 COMPANHIA DOCAS DO CEARA**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	20.415.000	RECEITAS	29.782.867
INVESTIMENTOS	19.915.000	RECEITA OPERACIONAL	24.182.867
OUTROS DISP. DE CAPITAL	500.000	RECEITA NÃO OPERACIONAL	5.600.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	22.173.169	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	8.500.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.035.565	TESOURO	8.500.000
MATERIAIS E PRODUTOS	313.216	TOTAL DAS FONTES	38.282.867
SERVIÇOS DE TERCEIROS	4.861.399	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	550.000
UTILIDADES E SERVIÇOS	1.404.589	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	3.755.302
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	5.478.400		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	80.000		
TOTAL DOS USOS	42.588.169	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	42.588.169

39211 COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	22.717.977	RECEITAS	60.744.316
INVESTIMENTOS	17.250.000	RECEITA OPERACIONAL	47.487.668
AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	5.467.977	RECEITA NÃO OPERACIONAL	13.256.648
OPERAÇÕES INTERNAS	2.626.221	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	14.200.000
OUTRAS FONTES	2.841.756	TESOURO	14.200.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	50.018.249	TOTAL DAS FONTES	74.944.316
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.983.340	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-2.538.307
MATERIAIS E PRODUTOS	320.000	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	330.217
SERVIÇOS DE TERCEIROS	14.688.750		
UTILIDADES E SERVIÇOS	2.002.420		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	8.427.539		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	6.596.200		
TOTAL DOS USOS	72.736.226	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	72.736.226

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

39212 COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	21.875.000	RECEITAS	74.629.830
INVESTIMENTOS	21.875.000	RECEITA OPERACIONAL	53.786.942
DISPÊNDIOS CORRENTES	64.416.005	RECEITA NÃO OPERACIONAL	20.842.888
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.348.248	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	12.000.000
MATERIAIS E PRODUTOS	1.453.708	TESOURO	12.000.000
SERVIÇOS DE TERCEIROS	17.216.228	TOTAL DAS FONTES	86.629.830
UTILIDADES E SERVIÇOS	4.804.984	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-1.464.679
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	10.748.606	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	1.125.854
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	9.844.231		
TOTAL DOS USOS	86.291.005	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	86.291.005

39213 COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	95.323.235	RECEITAS	440.442.757
INVESTIMENTOS	83.349.000	RECEITA OPERACIONAL	440.442.757
AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	11.974.235	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	74.500.000
OUTRAS FONTES	11.974.235	TESOURO	74.500.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	405.783.029	TOTAL DAS FONTES	514.942.757
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	109.552.244	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-51.744.964
MATERIAIS E PRODUTOS	2.810.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	35.000.000
SERVIÇOS DE TERCEIROS	113.983.797	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	2.908.471
UTILIDADES E SERVIÇOS	15.199.100		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	59.562.310		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	38.216.581		
OUTRAS FONTES	38.216.581		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	66.458.997		
TOTAL DOS USOS	501.106.264	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	501.106.264

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

39214 COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO

RS 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	200.000	RECEITAS	4.320.000
INVESTIMENTOS	200.000	RECEITA NÃO OPERACIONAL	4.320.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	3.980.000	TOTAL DAS FONTES	4.320.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.600.000	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	500.000
MATERIAIS E PRODUTOS	200.000	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-640.000
SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.120.000		
UTILIDADES E SERVIÇOS	100.000		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	700.000		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	260.000		
TOTAL DOS USOS	4.180.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	4.180.000

39215 COMPANHIA DOCAS DO PARA

RS 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	26.465.000	RECEITAS	75.220.244
INVESTIMENTOS	26.465.000	RECEITA OPERACIONAL	64.284.417
DISPÊNDIOS CORRENTES	47.005.229	RECEITA NÃO OPERACIONAL	10.935.827
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.217.724	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	6.000.000
MATERIAIS E PRODUTOS	2.277.927	TESOURO	6.000.000
SERVIÇOS DE TERCEIROS	15.689.955	TOTAL DAS FONTES	81.220.244
UTILIDADES E SERVIÇOS	2.629.097	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-6.758.554
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	10.583.777	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-991.461
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	606.749		
TOTAL DOS USOS	73.470.229	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	73.470.229

39216 COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

RS 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	23.528.620	RECEITAS	110.849.717
INVESTIMENTOS	20.461.620	RECEITA OPERACIONAL	96.710.915
AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	3.067.000	RECEITA NÃO OPERACIONAL	14.138.802
OPERAÇÕES EXTERNAS	3.067.000	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	45.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	139.072.927	TESOURO	45.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.883.511	TOTAL DAS FONTES	155.849.717
MATERIAIS E PRODUTOS	3.100.900	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	7.925.652
SERVIÇOS DE TERCEIROS	20.067.751	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	200.000
UTILIDADES E SERVIÇOS	9.245.234	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-1.373.822
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	7.691.300		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	2.421.000		
OPERAÇÕES EXTERNAS	2.421.000		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	46.663.231		
TOTAL DOS USOS	162.601.547	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	162.601.547

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

39217 COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	16.474.400	RECEITAS	38.090.028
INVESTIMENTOS	16.474.400	RECEITA OPERACIONAL	31.273.977
DISPÊNDIOS CORRENTES	51.965.936	RECEITA NÃO OPERACIONAL	6.816.051
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.443.129	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	31.000.000
MATERIAIS E PRODUTOS	3.059.710	TESOURO	31.000.000
SERVIÇOS DE TERCEIROS	9.332.592	TOTAL DAS FONTES	69.090.028
UTILIDADES E SERVIÇOS	1.335.040	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	1.286.587
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	5.794.621	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-1.936.279
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	18.000.844		
TOTAL DOS USOS	68.440.336	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	68.440.336

39219 REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. (EM LIQUIDAÇÃO)

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	155.851.944	RECEITAS	155.852.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	48.631.954	RECEITA OPERACIONAL	4.800.000
MATERIAIS E PRODUTOS	1.518.000	RECEITA NÃO OPERACIONAL	151.052.000
SERVIÇOS DE TERCEIROS	14.282.040	TOTAL DAS FONTES	155.852.000
UTILIDADES E SERVIÇOS	3.815.650	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	8.056.200
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	1.020.800	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-8.056.256
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	86.583.500		
TOTAL DOS USOS	155.851.944	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	155.851.944

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

41000 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**41201 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	878.002.012	RECEITAS	8.450.000.000
INVESTIMENTOS	663.002.012	RECEITA OPERACIONAL	8.000.000.000
AMORTIZAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	90.000.000	RECEITA NÃO OPERACIONAL	450.000.000
OPERAÇÕES INTERNAS	15.000.000	OPERAÇÕES DE CREDITO	50.000.000
OPERAÇÕES EXTERNAS	75.000.000	OPER.CRED.EXT.-BENS/SERV.	50.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	125.000.000	TOTAL DAS FONTES	8.500.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	7.618.000.000	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	102.065.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.700.000.000	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-106.062.988
MATERIAIS E PRODUTOS	210.000.000		
SERVIÇOS DE TERCEIROS	3.299.000.000		
UTILIDADES E SERVIÇOS	228.000.000		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	754.000.000		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	90.000.000		
OPERAÇÕES INTERNAS	15.000.000		
OPERAÇÕES EXTERNAS	65.000.000		
OUTRAS FONTES	10.000.000		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	337.000.000		
TOTAL DOS USOS	8.496.002.012	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	8.496.002.012

41202 TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	31.092.580	RECEITAS	22.889.026
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.363.054	RECEITA OPERACIONAL	10.000
MATERIAIS E PRODUTOS	172.191	RECEITA NÃO OPERACIONAL	22.879.026
SERVIÇOS DE TERCEIROS	6.352.199	TOTAL DAS FONTES	22.889.026
UTILIDADES E SERVIÇOS	203.856	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	813.768
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	3.941.277	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-519.237
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	16.060.003	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	7.909.023
TOTAL DOS USOS	31.092.580	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	31.092.580

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

52000 MINISTÉRIO DA DEFESA

52212 EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

RS 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	67.500.000	RECEITAS	1.882.704.943
INVESTIMENTOS	50.000.000	RECEITA OPERACIONAL	1.857.106.968
OUTROS DISP. DE CAPITAL	17.500.000	RECEITA NÃO OPERACIONAL	25.597.975
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.680.884.673	TOTAL DAS FONTES	1.882.704.943
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	475.841.630	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-117.175.406
MATERIAIS E PRODUTOS	43.803.603	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-17.144.864
SERVIÇOS DE TERCEIROS	603.017.466		
UTILIDADES E SERVIÇOS	142.627.679		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	131.862.860		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	283.731.435		
TOTAL DOS USOS	1.748.384.673	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.748.384.673

52221 INDUSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL

RS 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.700.000	RECEITAS	60.696.498
INVESTIMENTOS	1.700.000	RECEITA OPERACIONAL	60.052.385
DISPÊNDIOS CORRENTES	75.997.608	RECEITA NÃO OPERACIONAL	644.113
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24.423.637	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	1.700.000
MATERIAIS E PRODUTOS	3.090.995	TESOURO	1.700.000
SERVIÇOS DE TERCEIROS	17.751.166	TOTAL DAS FONTES	62.396.498
UTILIDADES E SERVIÇOS	2.274.928	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	1.147.982
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	7.961.631	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	14.153.128
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	8.101.997		
OUTRAS FONTES	8.101.997		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	12.393.254		
TOTAL DOS USOS	77.697.608	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	77.697.608

52231 EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS

RS 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	2.500.000	RECEITAS	140.649.198
INVESTIMENTOS	2.500.000	RECEITA OPERACIONAL	132.549.198
DISPÊNDIOS CORRENTES	112.061.391	RECEITA NÃO OPERACIONAL	8.100.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	61.281.953	TOTAL DAS FONTES	140.649.198
MATERIAIS E PRODUTOS	12.974.803	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	-31.958.710
SERVIÇOS DE TERCEIROS	17.194.204	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	5.870.903
UTILIDADES E SERVIÇOS	951.700		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	18.698.731		
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	960.000		
TOTAL DOS USOS	114.561.391	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	114.561.391

Empresas do Setor Financeiro

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

24000 MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA**24202 FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	133.924.517	RECEITA	132.484.958
INVESTIMENTOS	3.086.000	RECEITA OPERACIONAL	126.384.958
INVERSOES FINANCEIRAS	36.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	6.100.000
AMORTIZACOES PRINCIPAL	94.838.517	DEMAIS OBRIGACOES	484.826.632
OPERACOES INTERNAS	7.070.299	FND	163.841.175
DEMAIS OBRIGACOES	87.768.218	TRANSFERENCIA DO FAT	284.985.457
DISPENDIOS CORRENTES	118.421.165	OUTRAS OBRIGACOES	36.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	63.956.320	TOTAL DAS FONTES	617.311.590
SERVICOS DE TERCEIROS	17.299.324	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	20.010.000
UTILIDADES E SERVICOS	1.650.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-83.587.508
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	5.917.440		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	21.036.096		
OPERACOES INTERNAS	901.955		
DEPOSITOS	7.650.000		
OUTRAS OBRIGACOES	12.484.141		
DEMAIS DISP. CORRENTES	8.561.985		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	252.345.682		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	301.388.400		
TOTAL DOS USOS	553.734.082	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	553.734.082

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

25000 MINISTERIO DA FAZENDA

25202 BANCO DA AMAZONIA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	169.720.005	RECEITA	1.644.470.285
INVESTIMENTOS	64.826.400	RECEITA OPERACIONAL	1.639.076.831
AMORTIZACOES PRINCIPAL	30.462.579	RECEITA NAO OPERACIONAL	5.393.454
OPERACOES INTERNAS	30.462.579	TESOURO-RECEB.CRED. DIVERSOS	990.800.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	74.431.026	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	556.805.500
DISPENDIOS CORRENTES	1.253.632.495	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	556.805.500
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	182.901.617	DEMAIS OBRIGACOES	379.415.954
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	12.089.661	DEPOSITOS A VISTA	56.828.254
SERVICOS DE TERCEIROS	232.187.004	DEPOSITOS A PRAZO	322.587.700
UTILIDADES E SERVICOS	34.981.763	TOTAL DAS FONTES	3.571.491.739
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	195.115.245	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-125.999.142
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	394.355.151	VARIACAO DO DISPONIVEL	16.781.133
OPERACOES INTERNAS	106.652.203		
OPERACOES EXTERNAS	48.153.097		
DEPOSITOS	239.549.851		
DEMAIS DISP. CORRENTES	202.002.054		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	1.423.352.500		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	2.038.921.230		
TOTAL DOS USOS	3.462.273.730	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	3.462.273.730

25210 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	559.021.104	RECEITA	2.622.197.888
INVESTIMENTOS	74.478.898	RECEITA OPERACIONAL	2.619.759.384
AMORTIZACOES PRINCIPAL	472.542.206	RECEITA NAO OPERACIONAL	2.438.504
OPERACOES INTERNAS	352.546.535	TESOURO-RECEB.CRED. DIVERSOS	2.205.000.000
OPERACOES EXTERNAS	81.687.051	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	738.421.696
OPERACOES RES. 63	38.308.620	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	100.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	12.000.000	OPER.CRED. EXTERNAS	336.951.696
DISPENDIOS CORRENTES	2.564.737.816	OPER. RESOLUCAO 63	301.470.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	283.245.437	DEMAIS OBRIGACOES	144.019.455
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	18.069.744	DEPOSITOS A VISTA	24.196.125
SERVICOS DE TERCEIROS	227.975.547	DEPOSITOS A PRAZO	119.823.330
UTILIDADES E SERVICOS	32.881.185	TOTAL DAS FONTES	5.709.639.039
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	242.255.748	VAR.OBRIG.EMPREST.C. PRAZO	-4.895.000
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	1.174.647.741	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	2.096.050.261
OPERACOES INTERNAS	70.180.730	VARIACAO DO DISPONIVEL	-13.500.000
OPERACOES EXTERNAS	58.832.758		
OPERACOES RESOLUCAO 63	1.996.074		
DEPOSITOS	92.240.000		
OUTRAS OBRIGACOES	951.398.179		
DEMAIS DISP. CORRENTES	585.662.414		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	3.123.758.920		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	4.663.535.380		
TOTAL DOS USOS	7.787.294.300	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	7.787.294.300

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

25215 IRB - BRASIL RESSEGUROS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	251.881.458	RECEITA	4.713.496.738
INVESTIMENTOS	22.629.658	RECEITA OPERACIONAL	4.671.951.681
OUTROS DISP. DE CAPITAL	229.251.800	RECEITA NAO OPERACIONAL	41.545.057
DISPÊNDIOS CORRENTES	4.222.596.104	TOTAL DAS FONTES	4.713.496.738
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	101.187.862	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	238.161.730
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	420.485	VARIACAO DO DISPONIVEL	-477.180.906
SERVICOS DE TERCEIROS	72.141.298		
UTILIDADES E SERVICOS	2.947.041		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	325.119.752		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	9.008.394		
OUTRAS OBRIGACOES	9.008.394		
DEMAIS DISP. CORRENTES	3.711.771.272		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	4.474.477.562		
TOTAL DOS USOS	4.474.477.562	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	4.474.477.562

25220 CAIXA ECONOMICA FEDERAL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.464.577.896	RECEITA	30.002.763.799
INVESTIMENTOS	930.528.373	RECEITA OPERACIONAL	29.726.941.131
AMORTIZACOES PRINCIPAL	6.306.787	RECEITA NAO OPERACIONAL	275.822.668
OPERACOES EXTERNAS	6.306.787	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	40.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	527.742.736	OPER.CRED. EXTERNAS	40.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	28.303.446.723	DEMAIS OBRIGACOES	13.541.717.299
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.945.243.114	DEPOSITOS A VISTA	585.726.303
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	2.495.984	DEPOSITOS A PRAZO	12.955.990.996
SERVICOS DE TERCEIROS	3.230.643.940	TOTAL DAS FONTES	43.584.481.098
UTILIDADES E SERVICOS	724.735.431	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-4.106.104.210
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	1.110.344.546	VARIACAO DO DISPONIVEL	-83.065.740
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	18.457.943.052		
OPERACOES EXTERNAS	12.252.954		
DEPOSITOS	7.875.696.895		
OUTRAS OBRIGACOES	10.569.993.203		
DEMAIS DISP. CORRENTES	832.040.656		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	29.768.024.619		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	9.627.286.529		
TOTAL DOS USOS	39.395.311.148	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	39.395.311.148

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

25234 BANCO DO BRASIL S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	18.229.788.475	RECEITA	37.458.984.043
INVESTIMENTOS	2.129.497.975	RECEITA OPERACIONAL	37.010.466.628
AMORTIZACOES PRINCIPAL	15.553.735.589	RECEITA NAO OPERACIONAL	448.517.415
OPERACOES INTERNAS	3.469.563.071	TESOURO-RECEB.CRED. DIVERSOS	700.812.000
OPERACOES EXTERNAS	12.084.172.518	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	20.070.921.666
OUTROS DISP. DE CAPITAL	546.554.911	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	8.144.500.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	29.697.314.297	OPER.CRED. EXTERNAS	11.926.421.666
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.568.770.611	DEMAIS OBRIGACOES	9.475.755.336
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	99.066.153	DEPOSITOS A VISTA	1.202.685.284
SERVICOS DE TERCEIROS	3.241.844.872	DEPOSITOS A PRAZO	2.753.900.944
UTILIDADES E SERVICOS	843.516.497	OUTRAS OBRIGACOES	5.519.169.108
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	3.637.256.935	TOTAL DAS FONTES	67.706.473.045
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	12.696.199.893	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	3.073.085.772
OPERACOES INTERNAS	480.726.740	VARIACAO DO DISPONIVEL	-10.145.399.096
OPERACOES EXTERNAS	174.226.309		
DEPOSITOS	5.850.908.342		
OUTRAS OBRIGACOES	6.190.338.502		
DEMAIS DISP. CORRENTES	2.610.659.336		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	47.927.102.772		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	12.707.056.949		
TOTAL DOS USOS	60.634.159.721	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	60.634.159.721

25235 BB - BANCO DE INVESTIMENTO S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	77.057.950	RECEITA	413.789.743
OUTROS DISP. DE CAPITAL	77.057.950	RECEITA OPERACIONAL	413.789.743
DISPÊNDIOS CORRENTES	105.540.544	TOTAL DAS FONTES	413.789.743
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.438.257	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-231.232.941
SERVIÇOS DE TERCEIROS	18.269.623	VARIACAO DO DISPONIVEL	41.692
UTILIDADES E SERVIÇOS	1.837.280		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	58.890.629		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	2.986.201		
OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.986.201		
DEMAIS DISP. CORRENTES	5.118.554		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	182.598.494		
TOTAL DOS USOS	182.598.494	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	182.598.494

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

25236 BB ADMINISTRAÇÃO DE ATIVOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.				RS 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	210.902.535	RECEITA	1.127.031.718	
OUTROS DISP. DE CAPITAL	210.902.535	RECEITA OPERACIONAL	1.127.031.718	
DISPÊNDIOS CORRENTES	905.048.032	TOTAL DAS FONTES	1.127.031.718	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.872.751	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-11.249.466	
SERVIÇOS DE TERCEIROS	671.097.703	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	168.315	
UTILIDADES E SERVIÇOS	2.294.588			
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	191.608.740			
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	2.340.804			
OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.340.804			
DEMAIS DISP. CORRENTES	14.833.446			
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	1.115.950.567			
TOTAL DOS USOS	1.115.950.567	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.115.950.567	

25238 BB - LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL				RS 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	310.363.701	RECEITA	147.302.963	
INVESTIMENTOS	300.000.000	RECEITA OPERACIONAL	146.577.802	
AMORTIZAÇÕES PRINCIPAL	7.520.000	RECEITA NÃO OPERACIONAL	725.161	
OPERAÇÕES INTERNAS	7.520.000	RETORNO DE OPER. DE CREDITO	228.319.052	
OUTROS DISP. DE CAPITAL	2.843.701	TOTAL DAS FONTES	375.622.015	
DISPÊNDIOS CORRENTES	135.927.633	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	70.659.668	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.317.060	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	9.651	
SERVIÇOS DE TERCEIROS	37.510.593			
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	22.503.195			
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	50.522.788			
OPERAÇÕES INTERNAS	8.036.422			
DEPÓSITOS	42.486.366			
DEMAIS DISP. CORRENTES	23.073.997			
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	446.291.334			
TOTAL DOS USOS	446.291.334	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	446.291.334	

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

25245 BB - LEASING COMPANY LIMITED

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	368.000	RECEITA	6.315.200
SERVIÇOS DE TERCEIROS	368.000	RECEITA OPERACIONAL	6.315.200
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	368.000	TOTAL DAS FONTES	6.315.200
		OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-8.000.000
		VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	2.052.800
TOTAL DOS USOS	368.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	368.000

25247 BRASILIAN AMERICAN MERCHANT BANK

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	82.880.000	RECEITA	235.062.080
SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.600.000	RECEITA OPERACIONAL	235.062.080
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	81.280.000	TOTAL DAS FONTES	235.062.080
OPERAÇÕES EXTERNAS	81.280.000	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-335.840.000
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	82.880.000	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	183.657.920
TOTAL DOS USOS	82.880.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	82.880.000

25257 BANCO DO ESTADO DO CEARA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	53.934.009	RECEITA	299.887.321
INVESTIMENTOS	45.724.006	RECEITA OPERACIONAL	298.484.347
AMORTIZAÇÕES PRINCIPAL	208.701	RECEITA NÃO OPERACIONAL	1.402.974
OPERAÇÕES INTERNAS	208.701	DEMAIS OBRIGAÇÕES	86.918.568
OUTROS DISP. DE CAPITAL	8.001.302	DEPÓSITOS A VISTA	-2.448.818
DISPÊNDIOS CORRENTES	284.178.564	DEPÓSITOS A PRAZO	79.286.903
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	57.604.640	OUTRAS OBRIGAÇÕES	10.080.483
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	3.519	TOTAL DAS FONTES	386.805.889
SERVIÇOS DE TERCEIROS	64.367.990	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-64.837.582
UTILIDADES E SERVIÇOS	14.071.227	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	53.207.113
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	30.734.602		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	89.401.598		
OPERAÇÕES INTERNAS	35.475		
DEPÓSITOS	47.104.729		
OUTRAS OBRIGAÇÕES	42.261.394		
DEMAIS DISP. CORRENTES	27.994.988		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	338.112.573		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	37.062.847		
TOTAL DOS USOS	375.175.420	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	375.175.420

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

25259 BEC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.070.418	RECEITA	2.743.158
SERVIÇOS DE TERCEIROS	58.129	RECEITA OPERACIONAL	2.734.917
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	995.849	RECEITA NÃO OPERACIONAL	8.241
DEMAIS DISP. CORRENTES	16.440	TOTAL DAS FONTES	2.743.158
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	1.070.418	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-1.672.740
TOTAL DOS USOS	1.070.418	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.070.418

25266 BANCO DO ESTADO DO PIAUÍ S.A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	5.660.000	RECEITA	42.723.000
INVESTIMENTOS	260.000	RECEITA OPERACIONAL	42.700.000
AMORTIZAÇÕES PRINCIPAL	3.900.000	RECEITA NÃO OPERACIONAL	23.000
OPERAÇÕES INTERNAS	3.600.000	DEMAIS OBRIGAÇÕES	10.000.000
DEMAIS OBRIGAÇÕES	300.000	DEPÓSITOS A VISTA	5.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	1.500.000	DEPÓSITOS A PRAZO	10.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	34.753.000	OUTRAS OBRIGAÇÕES	-5.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.092.000	TOTAL DAS FONTES	52.723.000
SERVIÇOS DE TERCEIROS	10.860.000	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-2.700.000
UTILIDADES E SERVIÇOS	1.680.000	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	11.990.000
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	1.940.000		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	6.400.000		
DEPÓSITOS	5.200.000		
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.200.000		
DEMAIS DISP. CORRENTES	1.781.000		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	40.413.000		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	21.600.000		
TOTAL DOS USOS	62.013.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	62.013.000

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

25271 BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	38.203.936	RECEITA	442.174.596
INVESTIMENTOS	30.183.900	RECEITA OPERACIONAL	430.755.254
AMORTIZAÇÕES PRINCIPAL	8.020.036	RECEITA NÃO OPERACIONAL	11.419.342
OPERAÇÕES INTERNAS	8.020.036	DEMAIS OBRIGAÇÕES	-39.785.742
DISPÊNDIOS CORRENTES	424.404.455	DEPÓSITOS A VISTA	15.122.386
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	121.693.145	DEPÓSITOS A PRAZO	-96.721.175
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	4.628.471	OUTRAS OBRIGAÇÕES	41.813.047
SERVIÇOS DE TERCEIROS	79.469.316	TOTAL DAS FONTES	402.388.854
UTILIDADES E SERVIÇOS	16.143.462	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	126.833.926
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	18.078.746	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-1
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	169.434.387		
OPERAÇÕES INTERNAS	3.228.610		
DEPÓSITOS	41.015.804		
OUTRAS OBRIGAÇÕES	125.189.973		
DEMAIS DISP. CORRENTES	14.956.928		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	462.608.391		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	66.614.388		
TOTAL DOS USOS	529.222.779	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	529.222.779

25272 BESC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	137.013	RECEITA	1.357.557
OUTROS DISP. DE CAPITAL	137.013	RECEITA OPERACIONAL	1.336.979
DISPÊNDIOS CORRENTES	803.999	RECEITA NÃO OPERACIONAL	20.578
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	249.645	TOTAL DAS FONTES	1.357.557
SERVIÇOS DE TERCEIROS	90.159	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-416.544
UTILIDADES E SERVIÇOS	243	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-1
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	319.141		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	106.056		
OUTRAS OBRIGAÇÕES	106.056		
DEMAIS DISP. CORRENTES	38.755		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	941.012		
TOTAL DOS USOS	941.012	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	941.012

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

25273 BESC FINANCEIRA S.A. CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	2.755.929	RECEITA	43.613.078
OUTROS DISP. DE CAPITAL	2.755.929	RECEITA OPERACIONAL	43.187.172
DISPÊNDIOS CORRENTES	32.589.362	RECEITA NÃO OPERACIONAL	425.906
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.924.960	DEMAIS OBRIGAÇÕES	66.000.000
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	352.663	DEPÓSITOS A PRAZO	66.000.000
SERVIÇOS DE TERCEIROS	6.043.241	TOTAL DAS FONTES	109.613.078
UTILIDADES E SERVIÇOS	628.693	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	1.866.557
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	4.595.570		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	13.188.142		
DEPÓSITOS	12.448.654		
OUTRAS OBRIGAÇÕES	739.488		
DEMAIS DISP. CORRENTES	856.093		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	35.345.291		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	76.134.344		
TOTAL DOS USOS	111.479.635	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	111.479.635

25274 BESC S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	296.061	RECEITA	2.620.251
OUTROS DISP. DE CAPITAL	296.061	RECEITA OPERACIONAL	2.620.251
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.430.043	TOTAL DAS FONTES	2.620.251
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	158.527	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-894.152
SERVIÇOS DE TERCEIROS	132.417	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	5
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	479.857		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	628.270		
DEPÓSITOS	2.046		
OUTRAS OBRIGAÇÕES	626.224		
DEMAIS DISP. CORRENTES	30.972		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	1.726.104		
TOTAL DOS USOS	1.726.104	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.726.104

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

25275 BESC S.A. CREDITO IMOBILIÁRIO		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	154.989.294	RECEITA	166.107.868
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.875.775	RECEITA OPERACIONAL	166.039.203
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	1.168.866	RECEITA NÃO OPERACIONAL	68.665
SERVIÇOS DE TERCEIROS	18.049.972	DEMAIS OBRIGAÇÕES	121.236.978
UTILIDADES E SERVIÇOS	2.885.488	DEPÓSITOS A PRAZO	121.236.978
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	7.688.215	TOTAL DAS FONTES	287.344.846
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	99.895.364	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-133.171.607
DEPÓSITOS	90.843.158	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-4.680
OUTRAS OBRIGAÇÕES	9.052.206		
DEMAIS DISP. CORRENTES	2.425.614		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	154.989.294		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	-820.735		
TOTAL DOS USOS	154.168.559	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	154.168.559

25279 BB BANCO POPULAR DO BRASIL S.A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	310.553.537	RECEITA	256.810.916
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.307.451	RECEITA OPERACIONAL	256.810.916
SERVIÇOS DE TERCEIROS	177.987.500	DEMAIS OBRIGAÇÕES	42.464.650
UTILIDADES E SERVIÇOS	76.701.884	DEPÓSITOS A VISTA	42.464.650
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	22.827.110	TOTAL DAS FONTES	299.275.566
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	890.786	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	328.898.996
OUTRAS OBRIGAÇÕES	890.786	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-6.403.779
DEMAIS DISP. CORRENTES	17.838.806		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	310.553.537		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	311.217.246		
TOTAL DOS USOS	621.770.783	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	621.770.783

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

25280 BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	3.251.696	RECEITA	27.748.623
OUTROS DISP. DE CAPITAL	3.251.696	RECEITA OPERACIONAL	27.698.462
DISPÊNDIOS CORRENTES	23.671.433	RECEITA NÃO OPERACIONAL	50.161
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.382.203	TOTAL DAS FONTES	27.748.623
SERVIÇOS DE TERCEIROS	15.559.727	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-2.520.028
UTILIDADES E SERVIÇOS	1.539.248	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	1.694.534
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	4.074.002		
DEMAIS DISP. CORRENTES	116.253		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	26.923.129		
TOTAL DOS USOS	26.923.129	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	26.923.129

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

28000 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR

28234 BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	12.364.162.217	RECEITA	18.068.678.178
INVESTIMENTOS	108.285.004	RECEITA OPERACIONAL	15.673.223.700
INVERSÕES FINANCEIRAS	128.190	RECEITA NÃO OPERACIONAL	2.395.454.478
AMORTIZAÇÕES PRINCIPAL	10.812.010.700	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	8.548.016.530
OPERAÇÕES INTERNAS	442.651.180	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	168.246.530
OPERAÇÕES EXTERNAS	3.643.648.000	OPER.CRED. EXTERNAS	5.085.990.000
DEMAIS OBRIGAÇÕES	6.725.711.520	VARIAÇÃO CAMBIAL	3.293.780.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	1.443.738.323	DEMAIS OBRIGAÇÕES	21.053.383.900
DISPÊNDIOS CORRENTES	16.860.225.245	TESOURO	342.210.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	420.046.884	FND	505.811.000
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	5.625.000	TRANSFERÊNCIA DO FAT	8.537.980.000
SERVIÇOS DE TERCEIROS	227.325.242	OUTRAS OBRIGAÇÕES	11.667.382.900
UTILIDADES E SERVIÇOS	17.125.152	TOTAL DAS FONTES	47.670.078.608
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	1.200.000.000	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	653.931.820
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	14.867.523.930	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-44.902.966
OPERAÇÕES INTERNAS	343.026.930		
OPERAÇÕES EXTERNAS	1.897.990.000		
VARIAÇÃO CAMBIAL	2.575.200.000		
OUTRAS OBRIGAÇÕES	10.051.307.000		
DEMAIS DISP. CORRENTES	122.579.037		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	29.224.387.462		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	19.054.720.000		
TOTAL DOS USOS	48.279.107.462	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	48.279.107.462

28235 BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	8.161.695.425	RECEITA	7.715.321.644
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.860.093.551	RECEITA OPERACIONAL	7.486.724.623
AMORTIZAÇÕES PRINCIPAL	5.730.796.258	RECEITA NÃO OPERACIONAL	228.597.021
OPERAÇÕES INTERNAS	5.490.987.928	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	2.123.704.700
DEMAIS OBRIGAÇÕES	239.808.330	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	2.024.470.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	570.805.616	VARIAÇÃO CAMBIAL	99.234.700
DISPÊNDIOS CORRENTES	2.976.457.497	DEMAIS OBRIGAÇÕES	3.104.610.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	87.018.856	TESOURO	1.104.610.000
SERVIÇOS DE TERCEIROS	11.080.883	OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.000.000.000
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	399.551.136	TOTAL DAS FONTES	12.943.636.344
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	2.464.045.973	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-1.695.974.121
OPERAÇÕES INTERNAS	549.778.908	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-109.509.301
VARIAÇÃO CAMBIAL	127.005.644		
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.787.261.421		
DEMAIS DISP. CORRENTES	14.760.649		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	11.138.152.922		
TOTAL DOS USOS	11.138.152.922	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	11.138.152.922

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2005**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

28236 AGENCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	6.315.897.820	RECEITA	6.925.493.700
AMORTIZAÇÕES PRINCIPAL	5.916.253.691	RECEITA OPERACIONAL	5.787.009.766
OPERAÇÕES INTERNAS	5.916.253.691	RECEITA NÃO OPERACIONAL	1.138.483.934
OUTROS DISP. DE CAPITAL	399.644.129	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	16.819.693.956
DISPÊNDIOS CORRENTES	6.179.829.621	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	15.186.008.560
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.708.129	VARIAÇÃO CAMBIAL	1.633.685.396
SERVIÇOS DE TERCEIROS	10.539.657	DEMAIS OBRIGAÇÕES	1.193.226.366
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	112.208.922	TESOURO	193.226.366
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	6.016.739.596	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.000.000.000
OPERAÇÕES INTERNAS	3.443.959.696	TOTAL DAS FONTES	24.938.414.022
VARIAÇÃO CAMBIAL	1.688.594.319	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-1.775.760.711
OUTRAS OBRIGAÇÕES	884.185.581	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	-154.614.710
DEMAIS DISP. CORRENTES	6.633.317		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	12.495.727.441		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	10.512.311.160		
TOTAL DOS USOS	23.008.038.601	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	23.008.038.601